

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

RELATÓRIO FINAL DE PROJETO DE PESQUISA – AJUSTADO AOS COMENTÁRIOS RECEBIDOS DOS PARECERISTAS

PROJETO DE PESQUISA: DADOS

Solicitante: Mirtes de Moraes

Título do Projeto: Das ações políticas nascem sujeitos sociais: Gênero, Equidade e Cidadania

Unidade / Departamento ou Programa de Pós Graduação: Centro de Comunicação e Letras - CCL

Área de Conhecimento: Educação e Cidadania

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e cidadania

1- PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PROJETO INICIAL

Sem comentários para esse tópico, sendo comentado pelos pareceristas com “uma temática relevante e bastante atual” (parecerista 1). “O tema pesquisado é interessante e os aspectos abordados nos diferentes textos que compõem o relatório final enriquecem os estudos sobre a presença (limitada) das mulheres em espaços públicos . (parecerista 2)

2. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS EXECUTADAS NO PERÍODO VISANDO AO ALCANCE

DOS OBJETIVOS

Não houve comentários dos pareceristas no que se refere a esse tópico

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO SUCINTA DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS, DEIXANDO CLARO O AVANÇO TEÓRICO, EXPERIMENTAL OU PRÁTICO OBTIDO PELA PESQUISA (Os resultados formais – publicações são solicitadas adiante)

Segundo o parecerista 1- “No formulário síntese do projeto, Tópico 3, são solicitados os resultados da pesquisa, mas foram elencados os produtos da pesquisa elaborados pela líder do grupo e demais participantes”

Em resposta ao parecerista 1 –

Como resultado da pesquisa realizada foram formalizados cinco artigos diferentes, mas que foram costuradas dentro de um eixo em comum, ou seja pensar a invisibilidade feminina em algumas profissões.

Para o parecerista 2 – “ Há textos, que acredito serem artigos em elaboração, que necessitam de maior cuidado com a redação, citações diretas e indiretas. Além disso as referências listadas interessantes, não aparecem no texto com a citação dos autores” ...

Em resposta ao parecerista 2-

Depois de recebida a notificação foi solicitado que cada professor realizasse uma revisão no artigo desenvolvido se atentando para as referências bibliográficas citadas e as formas através das quais foram citadas (direta ou indiretamente). Todos os artigos foram revisados e encontram-se no final desse relatório final.

4. DESTACAR OS PRINCIPAIS FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE INTERFERIRAM NA EXECUÇÃO DO PROJETO

Para esse tópico, o parecerista 1 apontou: “Foi pedido para destacar os principais fatores positivos e negativos que interferiam na execução do projeto, mas foram apontados aspectos referentes à participação da mulher no mercado do trabalho...”

No mesmo tópico, o parecerista 2, acrescenta: “ há uma síntese dos resultados da pesquisa, mas o que era pedido era um relato dos fatores que interferiram na execução da pesquisa.

Resposta ao parecerista 1 e 2

Como o questionamento apresentado pelos pareceristas foi bastante próximo, a resposta apresentada se realizará de forma única a contemplar os dois pareceristas.

Concordo ao comentário recebido de ambos, creio que respondi esse questionamento no segundo tópico do relatório, quando menciono a trajetória da pesquisa. No percurso apresentado, mostro as dificuldades apresentadas, assim como os desafios e as barreiras enfrentadas, cabendo assim , destacar aqui nesse momento:

A pesquisa se dividiu em três principais momentos:

Num primeiro momento foi realizada com a ajuda das alunas bolsistas, Luísa Fragão da Silva e Mariana Rizzuto do Nascimento, um levantamento bibliográfico nos acervos das bibliotecas do Mackenzie, buscando como palavras-chave: Gênero (realizado por Luísa Fragão da Silva) Mulher e Trabalho (realizado por Mariana Rizzuto do Nascimento)

Depois do levantamento realizado, buscamos novamente um contato com as obras, mas agora com a intenção de selecionar dentre os materiais levantados as referências que cruzavam de forma mais direta com o objeto de estudo do projeto. Para tanto, realizamos reuniões periódicas eu como líder do projeto e as duas alunas bolsistas.

Depois de selecionado o material que mais se aproximava com o tema proposto para discussão, solicitei as bolsistas que fizessem um fichamento desse material.

Com esse material bibliográfico sistematizado, pudemos **perceber lacunas na produção acadêmica no que se refere a alguns tipos de trabalhos exercidos por mulheres.**

Num segundo momento da pesquisa, que partiu dessa questão da invisibilidade feminina em algumas profissões, marquei uma reunião com as professoras envolvidas no projeto: Denise Paieiro, Rosana Schwarcz, Lenize Villaça e Selma Felerico. Nesse momento, a professora Márcia Detoni que estava como voluntária acabou se afastando devido a falta de tempo para desenvolver esse projeto.

O terceiro momento dessa pesquisa, se estabeleceu a partir da divisão em duplas, tarefas e temas: A professora Denise Paieiro contou inicialmente com a ajuda da bolsista Mariana Rizzuto do Nascimento para a coleta de informações e fontes. Mariana Rizzuto do Nascimento estava muito envolvida com a finalização do seu TCC e acabou se distanciando da coleta dos dados, a professora Denise solicitou a substituição de Mariana por Leticia Nascimento Marques. O tema desenvolvido pela dupla (prof^a Denise Paieiro e Leticia Nascimento Marques) foi Mulheres jornalistas em zona de confronto.

Outra dupla que se efetivou nessa divisão foi a professora Lenize Villaça e a bolsista Luísa Fragão da Silva com a proposta de enveredar no universo de mulheres jornalistas do meio esportivo.

Dando sequência a apresentação dessa seleção de temas, a professora Rosana Schwarcz realizou sua pesquisa sobre o trabalho feminino em tarefas historicamente masculinas e a construção de lideranças no cotidiano das lutas por moradia na cidade de São Paulo. Para tanto, a professora se utilizou num primeiro momento da aluna voluntária Hanna Suanne de Oliveira Silva.

A professora Selma Felerico busca mostrar através de sua pesquisa a centralidade na jogadora de futebol feminino Marta, e por meio dela tecer relações mais amplas com o âmbito esportivo, para se pensar na invisibilidade no processo de reconhecimento midiático social.

E eu, Mirtes de Moraes realizei uma pesquisa sobre a representação da mulher na política contei inicialmente com a ajuda da aluna voluntária Nara Jéssica Gonçalves Silva

Todas essas pesquisas realizadas em algumas vezes em duplas foram coordenadas pelas professoras, elas tinham como eixo em comum pensar a invisibilidade feminina em algumas profissões. Depois essas pesquisas realizadas se tornaram artigos. Gostaria já nesse momento de tecer comentários sobre uma possível publicação cujo tema das profissões dita como masculinas ainda sofrem de lacunas na bibliografia sobre discussão de gênero

Como foi destacado anteriormente cada dupla realizou como trabalho “final” um artigo, aqui destacarei os trabalhos realizados pelas duplas. Para tanto, os trabalhos buscaram tecer relações históricas e perceber como foram

alicerçadas às construções culturais no que se refere ao feminino em detrimento ao masculino. Nesse sentido a referência teórica que guia todos os artigos apresentados se deu em razão da discussão da categoria gênero.

No que se refere ao título do projeto: Das ações políticas nascem sujeitos sociais: Gênero, Equidade e Cidadania – os trabalhos também foram enlaçados no propósito de se perceber quais tipos de ações estão sendo estabelecidas com a finalidade de promover novos mulheres usufruindo de formas mais igualitárias. Tudo isso se resume a linha pesquisa promovida pela instituição: Desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e cidadania.

Quanto a forma negativa, pode-se colocar que todo esse universo de reivindicações, de equidade nas questões de gênero no nosso mundo contemporâneo ainda sofrem de permanências enraizadas. Cabe a educação mostrar a possibilidades de outros papeis sociais rompendo dessa forma estereótipos que foram demarcados na construção de gênero.

5. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, INFORMANDO O NÚMERO DE ORIENTANDOS (Graduação, Aperfeiçoamento, Mestrado e doutorado) E OUTROS*:

O parecerista 1 destaca que: “não há qualquer informação, sendo que no tópico 1 é mencionada a participação de alunas bolsistas, ou seja, o projeto certamente contribuiu para a formação de Recursos Humanos”.

Resposta ao parecerista 1-

O parecerista apresenta total razão. As alunas bolsistas são alunas da graduação do curso de jornalismo e foi a primeira atividade delas quanto pesquisadora científica. Tanto no que se refere ao desenvolvimento de um trabalho de coleta bibliográfica, como ao que se refere ao trabalho de pesquisa de campo, sendo auxiliares nas entrevistas coletadas. Outras duas alunas da graduação, uma do curso de jornalismo e outra do curso de publicidade participaram como voluntárias. A discussão estabelecida entre o tema e a bibliografia abriu portas para que uma delas, a estudante de jornalismo, enveredasse esses estudos para o seu TCC possibilitando assim, questões que tangenciam a partir da temática de gênero.

7- RELACIONAR OS TRABALHOS INSERINDO AS REFERÊNCIAS, SEGUINDO AS NORMAS DA ABNT, DOS TRABALHOS PUBLICADOS E/OU ACEITOS PARA PUBLICAÇÃO DECORRENTES DO PROJETO EM PAUTA, COMO: LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS, ARTIGOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ETC; INCLUIR RESUMOS EM CONGRESSOS, REUNIÕES CIENTÍFICAS E SEMELHANTES, MONOGRAFIAS E TGIs. ANEXAR ARQUIVOS COM AS SEPARATAS NO FORMATO .PDF DE CADA TRABALHO RELACIONADO. (OBS.: Monografias e TGIs - somente as dez páginas iniciais). CADA CAIXA DE TEXTO DEVE

FICAR SOMENTE UMA REFERÊNCIA E O RESPECTIVO ARQUIVO NO CAMPO ‘SELECIONAR ARQUIVO

Foi destacado pelo parecerista 1 que não havia nada mencionado nesse tópico.

Resposta ao parecerista 1 -

Até a apresentação e entrega do relatório datada em 31/03/2017, essa pesquisa não havia ainda sido apresentada em nenhum congresso.

Depois dessa data, alguns artigos foram apresentados e outros ainda serão, mas já estão agendados no calendário acadêmico.

Já apresentados:

Junho:

“Sim, a mulher pode! A presença das mulheres nos espaços de representação política - Autora : Mirtes de Moraes



Serão apresentados:

Setembro:

Mulheres, jornalistas, guerreiras A atuação de jornalistas brasileiras em coberturas de conflitos Autora: Denise Paiero, com apoio de Letícia Marques

X Congresso da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação)-
Viseu, Portugal

texto foi aprovado (sem ressalvas)

Outubro:

A Marta o que é de Marta - Autora: Selma Felerico

8º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte

A Associação Brasileira de Gestão do Esporte (ABRAGESP) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Departamento de Educação Física, convidam pesquisadores, docentes e estudantes de Educação Física, Esporte, Gestão Desportiva e Lazer, Administração, Economia, Marketing e áreas afins; dirigentes, consultores, assessores, investidores das diferentes organizações esportivas brasileiras e

internacionais, além de outros profissionais da Indústria do Esporte, para participar do 8º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte, que acontecerá de 18 a 20 de outubro de 2017, nas instalações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba.

<http://www.abragesp.org.br/cbge/>

Novembro:

**O desafio ainda não acabou: Nós mulheres, ainda precisamos lutar muito.
Autoras: Lenize Villaça com apoio de Luisa Fragão**

15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), a ser realizado de 8 a 10 de novembro na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com o tema “Direitos Humanos e a Pesquisa em Jornalismo”. Esse é o link:
<http://sbpjor.org.br/sbpjor/2017/06/06/chamada-de-trabalhos-sbpjorjor-2017/>

Além dessas apresentações (uma que já ocorreu e outras que ainda vão ocorrer), todas as professoras orientaram trabalhos no semestre passado que versam questões sobre a temática de gênero, porém não cabe aqui destacar, pois os trabalhos orientados não seguiram exatamente a questão do projeto desenvolvido.

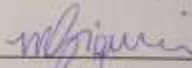
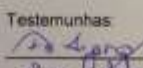

O 2ª parecerista coloca no final da sua avaliação: “Apesar de ter alcançado os objetivos e ter discutidos os resultados obtidos, o parecer é desfavorável. Isso se deve à ausência de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de acordo com a Resolução 466/12 e a Resolução 510/2016, dado que em três dos cinco textos anexados há relato de entrevistas realizadas pelas autoras...”

Resposta a parecerista 2

As entrevistas realizadas para a elaboração dos textos foram autorizadas pelas professoras jornalistas, (segue abaixo as autorizações), porém não foi solicitado antes essa autorização para o Comitê de Ética em Pesquisa, pois achávamos que as pessoas entrevistadas não estariam dentro desses casos apontados pelo CEP:

- protocolos de pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos;
- protocolos de pesquisa que, em sua metodologia, se utilizem de possíveis técnicas invasivas ao ser humano;
- protocolos de pesquisa desenvolvidos paralelamente (não curriculares) às atividades docentes e discentes;

- quando há exigência do número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) pelas agências de fomento e/ou publicações científicas."

AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE DIREITOS	
<p>Eu, MAYRA ROBERTI DE SIQUEIRA, portador(a) do RG N° 47035240-1 e CPF N° 3539398881, com endereço na Rua Cayowas N° 1718, CEP: 01258-010 Bairro Sumaré, São Paulo-SP, jornalista da empresa Rádio Excelsior, autor(a) da entrevista concedida ao projeto MackPesquisa intitulado Das Ações Políticas Nascem Sujeitos Sociais: Gênero, Equidade e Cidadania, no formato resposta por email em 2016, cedo os direitos da referida entrevista, bem como cedo os seus efeitos patrimoniais, para o Instituto Presbiteriano Mackenzie e para a Universidade Presbiteriana Mackenzie, sem qualquer custo, por tempo indeterminado, para utilização em arquivos físicos e online, seja para consultas acadêmicas ou reproduções, nos veículos de comunicação do Instituto Presbiteriano Mackenzie e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, além de: programas em TV ou Rádio de outras emissoras; veículos impressos que não do Mackenzie, e mídias digitais, desde que sem fins lucrativos e com respeito à finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.</p> <p>Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente, juntamente com duas testemunhas.</p> <p>São Paulo, 01 de outubro de 2016.</p> <p> Cedente</p> <p>Testemunhas</p> <p> </p>	

Autorização para CESSÃO DE DIREITOS

Eu, PAULO RODRIGO RANIERI DIAS MARTINO PINTO portador do RG Nº 22.833.240-0 e CPF Nº 294.125.178-23, com endereço na Rua Fortunato, Nº 89, Vila Buarque, São Paulo – SP, CEP: 01224-030, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, filho de ZULEIDE RANIERI DIAS, autora da entrevista concedida ao projeto MackPesquisa intitulado **Das Ações Políticas Nascem Sujeitos Sociais: Gênero, Equidade e Cidadania**, no formato gravação em áudio em setembro de 2016, cedo os direitos da referida entrevista, bem como cedo os seus efeitos patrimoniais, para o **Instituto Presbiteriano Mackenzie** e para a **Universidade Presbiteriana Mackenzie**, sem qualquer custo, por tempo indeterminado, para utilização em arquivos físicos e online, seja para consultas acadêmicas ou reproduções, nos veículos de comunicação do Instituto Presbiteriano Mackenzie e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, além de: programas em TV ou Rádio de outras emissoras, veículos impressos que não do Mackenzie, e mídias digitais, desde que **sem fins lucrativos** e com respeito à **finalidade educacional** do trabalho para o qual assino esta autorização. O motivo desta autorização, por meio de minha pessoa, é que eu estava presente no momento da entrevista e dou fé na veracidade da mesma e, após alguns dias, ocorreu o falecimento de minha mãe (14/10/2016), cujo atestado de óbito encontra-se anexo.

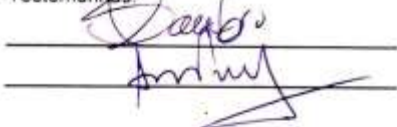
Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente, juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 25 de novembro de 2016.



Cedente

Testemunhas:





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
**** ZULEIDE DIAS ****

MATRÍCULA
**** 115295 01 55 2016 4 00082 056 0031091-33 ****

SEXO COR ESTADO CIVIL E IDADE

FEMININO BRANCA SOLTEIRA - 71 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ELEITOR

FORTALEZA DE MINAS - MG RG 4588978 SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

BENEDITO FERREIRA DIAS e ZULMIRA RANIERI DIAS ***
RESIDENTE AVENIDA DOUTOR GUILHERME DUMONT VILLARES, SEISCENTOS E CINQUENTA,
APARTAMENTO DUZENTOS E DOIS, JARDIM LONDRINA, SÃO PAULO, SP ***

DATA E HORA DO FALECIMENTO DIA MÊS ANO

QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS - ÀS 08:34 H 14 10 2016

LÓCAL DE FALECIMENTO

NO HOSPITAL SANCTA MAGGIORE, NESTE SUBDISTRITO ***

CAUSA DA MORTE

FIBRILAÇÃO VENTRICULAR MALIGNA, CHOQUE CARDIOGENICO, CHOQUE SEPTICO ***

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO(MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO) DECLARANTE

NO CEMITÉRIO JESUITAS, EMBU DAS ARTES-SP PAULO RODRIGO RANIERI DIAS MARTINO PINTO

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Dr. THIAGO TIMERMAN CRM Nº 140574 ***

OBSERVAÇÕES

REGISTRO FEITO NO LIVRO C-0082, ÀS FLS. 096, SOB Nº 31091, EM 14 de outubro de 2016. A falecida é registrada em local e data não declarados. Deixou um filho - PAULO RODRIGO, maior. Não deixou bens a inventariar, não deixou testamento, era beneficiária do INSS CPF n.º 046.908.738-57. Foi apresentada a declaração de óbito nº 243281013. NADA MAIS ME CUMPRIA CERTIFICAR. ***

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
33º SUBDISTRITO - ALTO DA MOOCA - SÃO PAULO - SP
Calle Verdiano Marques - Oficial
Rua da Mooca, 3879 - Alto da Mooca - CEP 03168-002
Fone: (11) 2507-2939 Fax: 3407-0400
Email: rghernandes@rd.com.br

Paulo Rodrigo Ranieri Dias Martino Pinto
O conteúdo da certidão é verdadeiro. São Paulo, 14 de outubro de 2016.
Mônica Emília da Cunha
Escritório Autorizado

RENTO DE EMOLUMENTOS
Rua 15, 2013, São Paulo, SP

11529-5 - AA 000060282

AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE ENTREVISTAS (FONTES) - MACKPESQUISA

AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE USO DE ENTREVISTA

Eu, TITIA RODRIGUES, portadora do

RG nº 29.260.003 -3 e CPF nº 356.619.298-89

autorizo, pleno e expressamente, o uso de minhas entrevistas, bem como o uso de seus dados pessoais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o Instituto Presbiteriano Mackenzie e para a Universidade Presbiteriana Mackenzie, sem qualquer custo, por tempo indeterminado, para utilização sem fins lucrativos – em arquivos físicos e online, seja para consultas acadêmicas ou reproduções, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização.

Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente unicamente com duas testemunhas.

São Paulo, 27 de JULHO de 2017

Titia Rodrigues
Cedente

Pai ou responsável (se for o caso)

Testemunhas

Infelizmente, o documento está em pdf- não consigo disponibilizar a imagem para esse formato.

AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE ENTREVISTAS (FONTES)
MACKPESQUISA DE USO DE ENTREVISTA € er, J{-SSdcl S.hk* cyU -Souto-, portador do RG n, 44Zítàor -r{ "cpFno 3JW , autorizo, prévia e expressamente, o uso de minhas entrevistas, bem como cedo os seus efeitos patrimoniais, nos termos do artigo 11 do Código Civil, para o Instituto Presbiteriano Mackenzie e para a Universidade Presbiteriana Mackenzie, sem qualquer custo, por tempo indeterminado, para utilização - sem fins lucrativos - em arquivos físicos e online, seja para consultas acadêmicas ou reproduções, desde que respeitem a finalidade educacional do trabalho para o qual assino esta autorização. Para que surta os efeitos legais e estando de pleno acordo com esta autorização, firmo a presente, juntamente com duas testemunhas. São Paulo, 21 de maio de 2017.
Y o" QoJ t Pai ou responsável (se for o caso) –

O outro artigo mencionado pela parecerista foi retirado pela autora Rosana Schwartz pois no momento em que realizou o trabalho estava fazendo o doutorado, momento esse que teve a autorização da entrevistada, mas agora, nesse artigo, sua fala torna-se desnecessária, segundo a autora.

Obrigada por todas as considerações.

Qualquer dúvida, estou à disposição para maiores esclarecimentos.

Local: São Paulo, 31/07/2107

Prof. Líder do Projeto: Profª Drª Mirtes de Moraes

Seguem todos os artigos revisados:

Mulher, trabalho e liderança no movimento de moradia na cidade de São Paulo.

Por Rosana Schwartz

Esta pesquisa, versa sobre o trabalho feminino em tarefas historicamente masculinas e a construção de lideranças no cotidiano das lutas por moradia na cidade de São Paulo. Dá continuidade à parte dos estudos presentes na tese do Doutorado da Professora Dra. Rosana Schwartz: *Mulheres em Movimento, Movimento de Mulheres: a luta feminina no movimento de moradia na Cidade de São Paulo*, defendida em 2007 pelo Programa de Pós-graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Após dez anos, retornar aos locais dos movimentos de moradia pesquisados foi instigante e enriquecedor.

O Conjunto Habitacional do Jardim Apuanã na zona Norte foi estruturado com 802 unidades de apartamentos e casas sobrepostas, reunindo os grupos de base Filhos da Terra, União do Povo, Chico Mendes e Jardim Vasconcelos no Movimento dos Sem-Terra da Zona

Norte foi foco deste artigo por possuir as características necessárias para a problematização em questão: Mulher, trabalho e liderança política.¹

História do Jardim Apanã.

Os membros do movimento atravessaram, inicialmente, um período de lutas contra as autoridades responsáveis pela moradia ligadas à prefeitura e ao Estado de São Paulo, promovendo reuniões e assembléias semanais com os grupos de base no bairro Jaçanã para estabelecer vínculos entre os integrantes e motivar a conscientização sobre o problema habitacional da cidade de São Paulo. Essas reuniões foram, em sua maioria, cadastradas e lideradas pelas mulheres. Examinando os relatórios dos responsáveis pelo movimento, constata-se que a maioria dos mutirantes são mulheres²

Entre os terrenos mapeados, os integrantes do movimento escolheram para a ocupação uma área abandonada e com impostos atrasados que apelidaram, por sua configuração aladeirada e íngreme, de Morro do Quiabo. Segundo os registros da associação, após a ocupação os militantes permaneceram 64 dias no local, durante os quais iniciaram os trabalhos de limpeza do mato, a construção de barracas e da cozinha comunitária e a segurança do local, etapa que levou muito tempo, aproximadamente dois anos.³

Depois de terminada essa etapa, os mutirantes iniciaram, juntos, os trabalhos de negociações com as autoridades governamentais. Concretizando o ideal que embasa a luta dos sem-teto, a comunidade passou para a construção das casas e de uma sociedade envolvida pelos laços associativos e comunitários.⁴

A verba inicial do projeto foi arrecadada entre os próprios mutirantes. Para tanto, os integrantes do grupo criaram uma cooperativa cujos membros contribuía com 10% de sua renda familiar.

Com o apoio da Paróquia da região, que colocou à disposição do movimento o seu salão paroquial para a realização de reuniões e assembléias, os mutirantes, após os 64 dias

¹ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Relatório nº3 - Jardim Apanã*. São Paulo, s/d. p.25.

² HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. *Boletim nº.4*. São Paulo, 2006(b). p.1. A Herjack é responsável pelo empreendimento do Jardim Apanã e em seus levantamentos afirma que a maioria dos mutirantes empregados em parceria para as construções constitui-se de mulheres. Elas possuem em média 2,8 filhos. Mais da metade das integrantes do movimento já possuíam 3,2 filhos antes do início da obras; as mulheres muito jovens apareciam com poucos filhos, 1,2, e as nas faixas mais idosas apresentavam em média 4,0 filhos. Hoje, 2016 essa realidade não foi alterada.

³ SÃO PAULO (Município). Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo - Resolo. Documento nº.67. São Paulo, 2005. p.3.

⁴ Idem. Documento. nº.45. São Paulo, 2005. p.5.

de ocupação, iniciaram as primeiras negociações com as organizações governamentais para a desapropriação do terreno e a sua utilização como abrigo para as oitocentas famílias que já ocupavam o “Morro do Quiabo”, posteriormente designado Jardim Apuanã.⁵

A fonte religiosa foi visível na organização da associação, que encontrava no Evangelho e na Bíblia a justificativa para a luta por um mundo com justiça social.

Tratava-se de um encadeamento de ações coletivas por esses sujeitos históricos, cujas noções fundamentais propunham primeiramente mais interesses individuais e imediatos (como ter a casa) que coletivos. Contudo, as trajetórias de pressão contra o poder público (passeatas, acampamentos, entre outras) apelaram para a necessidade da passagem do “eu” para o “nós”, incentivando o agrupamento e a união, que consolidariam um sentimento de força (“juntos venceremos”). Esse tipo de sentimento levou os adeptos do movimento a adquirirem uma maior clareza da situação dos populares com relação ao seu direito à cidade.

Indivíduos espacialmente dispersos (moradores das favelas e dos cortiços não organizados) na região tomaram conhecimento das ações do Movimento dos Sem-Terra da Zona Norte e, posteriormente, organizaram outras associações no bairro.

As famílias reunidas em acampamento e divididas em grupos de 25 pessoas, após discussões, escolheram os candidatos a representantes da associação. Os critérios para a escolha eram participação freqüente nas reuniões, colaboração na organização dos trabalhos junto à comunidade e capacidade de liderar.⁶ Foram, então, eleitos os coordenadores de grupo e o coordenador geral.

Duas vezes por mês, sempre aos domingos, eram realizadas assembleias gerais para as votações das decisões discutidas pelos coordenadores de grupos sob a coordenação geral.⁷ Hoje 2016, as reuniões continuam acontecendo no espaço destinado à oficinas, cursos e discussões.

Destacaram como propósito a participação coletiva junto às assessorias técnicas para a realização de um projeto arquitetônico em parceria com a Prefeitura, que, na época, se encontrava sob a gestão de Luiza Erundina. Nesse campo, todos os militantes, convictos de seus “justos direitos”, estavam prontos para lutar, com ou sem organização, gerando tensões entre os populares e os técnicos da prefeitura.⁸

⁵ SÃO PAULO (Município). Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo - Resolo. Documento nº.31. São Paulo, 2005. p.1.

⁶ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.45*. São Paulo. s/d. p.3.

⁷ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.40*. São Paulo, s/d. p.1.

⁸ *Ibidem*. p.17.

Tanto no Jardim Apuanã como nos demais mutirões, o Programa Habitacional de Interesse Social da prefeitura atendeu aos mutirantes por meio da divisão de recursos do financiamento do FUNAPS Comunitário para a compra de ferramentas, equipamentos e materiais de construção, para a contratação de assessoria técnica e mão-de-obra especializada e para o desenvolvimento do projeto que seria empreendido no local.⁹

As verbas foram liberadas em parcelas periódicas previstas no cronograma de obras, após a vistoria dos técnicos da SEHAB e a entrega da documentação referente à prestação de contas por parte dos associados. O retorno do financiamento foi feito pelos mutirantes após o término da construção e conforme o número de dependentes e a renda de cada família. Mediante a parceria entre eles estabelecida, os integrantes da associação se transformaram em mutirantes.

A cooperativa, após uma série de reuniões, optou pela verticalização de uma parte da obra e pela construção de casas sobrepostas umas às outras na parte mais íngreme do terreno.¹⁰ Assim, o projeto do Apuanã foi o primeiro mutirão vertical da cidade e serviu de exemplo para a organização dos movimentos em outros bairros da cidade. O empreendimento ergueu, no total, 802 unidades habitacionais na Travessa Barreira Branca nº. 61, no Bairro Jardim Filhos da Terra.¹¹

Para mobilizar os grupos, as coordenações trabalharam em tarefas que atribuíam consistência às ideias de trabalho coletivo, ajuda mútua e constituição de uma comunidade. Para tanto, organizaram-se, claramente, em duas categorias: a política, sob a responsabilidade do coordenador geral; e a técnica, sob a responsabilidade dos arquitetos. Além disso, as responsabilidades na área técnica foram conferidas aos profissionais de acordo com uma hierarquia, da qual faziam parte o arquiteto residente, o encarregado geral, os coordenadores das equipes de trabalho especializado e os coordenadores dos grupos formados pelos mutirantes. Portanto, os participantes do movimento enfrentaram a aplicação da democracia participativa na atividade cotidiana, sustentada pelo conceito de igualdade, ao mesmo tempo em que aceitaram a ordem de regras menos ou mais estritas.¹²

No cotidiano do mutirão é difícil saber se o que está em ação é o “*poder*” ou a “*autoridade*” ou um pouco de cada, considerando-se a “*autoridade*” como uma ordem com

⁹ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.4. Projeto Apuanã*. São Paulo, 2000. p.6.

¹⁰ JORNAL DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. nºs.05 e 60. São Paulo, 2003 a 2016 (respectivamente). p.3 e 12.

¹¹ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.20.

¹² Ibidem. p.23.

conteúdo específico que leva um determinado grupo de pessoas a produzir uma mudança no seu “ser”, e o “poder” como a probabilidade de que uma relação social seja obtida, a despeito das resistências encontradas. De qualquer forma, a autoridade e o poder se encontram distribuídos de maneira dicotômica no movimento, alguns os partilhando e outros sendo privados deles.¹³

Nesse sentido, outras duas questões se apresentaram no cotidiano do movimento, as imposições das representações mentais (as assembleias, as reuniões, as missas, as falas e os comportamentos) e das representações objetivadas em coisas (os emblemas, as bandeiras, as insígnias, as faixas, as palavras de ordem, os cartazes etc.), para realizar em consenso a unidade e identidade do grupo. A existência de tais signos não decorreu do acaso, tampouco do capricho pessoal, mas revelou a necessidade do grupo estabelecer uma estrutura simbólica de território e de fronteiras.¹⁴

A imposição de nomes significantes a uma associação – como “Filhos da Terra” – e a uma terra representava, para os membros do movimento, a construção de um espaço simbólico referencial que reforçaria o esboço do sistema de identificação do grupo, com o reconhecimento do seu direito à terra e da sua condição de pessoas migrantes privadas de um tempo vivido de forma estável. Afirmar o poder de fazê-lo era inserir o passageiro na permanência, na legitimidade.¹⁵

O movimento elabora regras e leis mediante o regulamento do trabalho em mutirão e os estatutos da associação. O primeiro regulamento do Apuanã estava redigido claramente, mas era considerado extremamente tolerante, já que não estabelecia punições severas para o uso de bebidas alcoólicas e outras transgressões. Assim, os coordenadores dos grupos, após três reuniões, elaboraram um novo regulamento que implicaria em classificar as condutas dos integrantes dos grupos em “más” ou “boas”. Na seqüência, encaminharam uma proposta de constituição de uma comissão de disciplina eleita por voto e composta por integrantes da associação.¹⁶ No entanto, alguns entraves decorrentes dessas ações despontariam, tais como: Quais seriam as ações “boas” e as “más”? Qual instância aplicaria a justiça? Como fazer com que tais limites fossem justos e eficazes?

¹³ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2006.

p.114-115.

¹⁴ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Crítica e Interpretação*. São Paulo: EDUC, 2002. p.31.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 2006. p.115. Um outro exemplo das denominações das associações do movimento de moradia é “Povo em Ação e Primeiro de Maio”, numa relação entre a luta dos trabalhadores no primeiro de maio, com a ação decisiva da ocupação da terra e vitória dos populares.

¹⁶ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.2 - Projeto Apuanã*. São Paulo, 1999. p.1.

Nesse sentido, foi a figura do líder que veio a campo e estabeleceu as relações de convívio no território do mutirão. A confiança foi imediata e global, pois o líder representava a identificação do grupo em sua origem, experiência e luta.¹⁷

O grupo que iniciou o processo de aprendizagem da democracia com idéias de liberdade, essencialmente polissêmicas, e que devia executar a lei foi confrontado com a contradição de que nenhuma lei, por melhor ou mais justa que fosse, se fundamentava nas particularidades de cada um. Todavia, os populares, que pela primeira vez deviam aplicar a justiça, queriam precisamente, para serem justos, levar em conta essas particularidades, pois caso contrário estabelecer-se-ia um impasse.¹⁸

Por outro lado, quando duas ou mais autoridades de naturezas diferentes agem num mesmo grupo, como acontece durante a construção em mutirão, outras dificuldades aparecem, pois freqüentemente cada uma das autoridades tende a substituir a outra num âmbito que não é de sua competência.¹⁹ No mutirão era comum existir a interferência não só dos líderes, das autoridades e dos coordenadores gerais e de grupo, como também do arquiteto residente e do arquiteto coordenador, que propunham organogramas de trabalho nem sempre compreensíveis para os mutirantes.

Viver em sociedade é, de qualquer forma, viver de maneira que seja possível agir sobre a ação uns dos outros. [...] O ponto mais importante é evidentemente a conexão entre relação de poder e estratégias de confrontação. Pois, se é verdade que, no âmago das relações de poder e como condição permanente de sua existência, existe uma insubmissão e liberdades essencialmente renitentes, não há relações de poder sem resistência, sem escapatória ou sem fuga.²⁰

Essa insubmissão e essas liberdades renitentes foram as razões das lutas que os movimentos de habitação empreenderam. Além disso, tais lutas podem ser classificadas de transversais, já que aconteceram em todo o país e não consideraram que uma solução pudesse estar num futuro qualquer, mas na ordem das transformações. Mesmo parecendo pouco relevantes, essas lutas não deixaram de encetar um fator estrutural da mudança social e forças endógenas que nasciam do funcionamento do sistema social e contribuíam para o transformar.²¹

¹⁷ MORIN, Edgar. "A noção de sujeito." In: SCHNITMAN, D. F. *Novos paradigmas: cultura e subjetividade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986. p.97.

¹⁸ ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1999. p.92.

¹⁹ BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.248.

²⁰ FOUCAULT, Michel. "Deux essais sur le sujet et le pouvoir." In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Um parcours philosophique au dela de L'objectivité*. Paris, Gallimard, 1984. p.4.

²¹ BADIOU, Alain. Op. cit. p.125.

A partir de 1993, com a vitória de Paulo Maluf nas eleições para a prefeitura de São Paulo e a centralização das medidas habitacionais no projeto Cingapura, cada família passava a se encarregar pela compra dos materiais necessários ao acabamento de suas moradias com recursos próprios, além de contribuir com mensalidades para dar andamento às outras construções do mutirão

A Pastoral da Igreja Católica apresentou para os sem-teto um filme sobre as Cooperativas Habitacionais no Uruguai que defendia o barateamento dos custos do empreendimento e a conscientização dos populares, paralelamente à construção das habitações em médio prazo.²² Essas discussões foram sistematizadas em material didático, que relacionava, ainda, as etapas do trabalho em mutirão, entre as quais: a limpeza e criação do canteiro de obras; a formação do espaço destinado para estocagem de cimento e cal; e a construção da casa de reuniões da associação.²³

Mutirão pode ser definido como uma forma de se produzir unidades habitacionais associada a uma demanda que se encontra fora do mercado. Foi pensado como uma alternativa, entre outras, de produção de moradias para uma população desassistida. Uma vez que se caracteriza por um empreendimento coletivo, todos os apartamentos devem ficar prontos e ser entregues ao mesmo tempo.

O mutirão teve uma orientação primordialmente técnica, apesar de constituir, a prazo, um projeto de cunho sócio-político.²⁴ A equipe de assessoria técnica era composta por voluntários, professores, alunos de diversas instituições, engenheiros, advogados, assistentes sociais e membros da igreja.²⁵

Como no mutirão do Jardim Apuanã não havia caminhões nem pequenos tratores, o transporte dos materiais era realizado em carrinhos de mão, que, em geral, eram empurrados pelas mulheres. Logo no início da ocupação do terreno as mulheres também trabalharam na abertura de poços para a obtenção de água.²⁶

Cada mutirante, casado ou não, homem ou mulher, assinou um pré-contrato com a COHAB-SP para a catalogação e o cadastramento das horas trabalhadas por semana e aos

²² HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.14.

²³ BECERRIL, Pe. Vidal Enrique. *Cartilha da Pastoral da Moradia: O processo construtivo por Mutirão*. São Paulo, 1989. p.45.

²⁴ LOPES, João Marcos de Almeida; ALMEIDA, Luis Fernando de; FELIPE, Joel; BONDUKI, Nabil G. *Habitação Popular: Mutirões buscam apoio técnico dos Arquitetos*. Projeto Design nº.165. São Paulo, 1993. p.60-64.

²⁵ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.72.

²⁶ *Ibidem*. p.23.

sábados e domingos. A fiscalização dessas horas era realizada pela “apontadora”, responsável pelo sistema de controle de trabalho pelas COHABs.²⁷

O Trabalho Feminino e o tornar-se liderança.

A participação das mulheres aparecia em trabalhos variados, como na fundação de valas, no nivelamento do terreno, na colocação de pedras e das estruturas de ferro (que consiste em cortar, dobrar e preparar as armações de ferro para as estruturas dos edifícios), na concretagem, na preparação da argamassa para a alvenaria (com a distribuição do concreto sobre módulos, aprontando a base de concreto sobre a qual se construiria os prédios), na limpeza do local, no acabamento geral e de batentes de portas e janelas e em diversas outras tarefas.²⁸

No trabalho de nivelamento 90% da mão-de-obra era feminina. As mulheres preparavam a terra com enxadas e pás para cobrirem as valas e nivelarem o terreno. Na equipe de ferragem, as mulheres faziam, ainda, as vigas e preparavam o estribo de ferro para dobrarem e armarem as vigas.²⁹ Só não atuavam na colocação de forros e telhados e nos trabalhos de hidráulica e eletricidade.

A alvenaria do mutirão foi desenvolvida sob duas formas construtivas: tradicional, com o uso da linha, e o pedreiro mecânico. Como pedreiro ou pedreira foram considerados todos aqueles que se desenvolveram no próprio decorrer do trabalho e que passaram a orientar um ou mais ajudantes, podendo ou não ter participado do curso fornecido pelo SENAI.³⁰

O principal aprendizado desta experiência foi a superação de limites das formações técnico-profissional e social, política e cultural, as ações coletivas dos integrantes e a participação da comunidade.³¹

As mulheres ligadas aos movimentos de moradia, preocupadas com o fato de não possuírem “casa” para suprir as carências de suas famílias, participaram com ações individuais e coletivas das associações de luta por moradia, de partidos políticos e da

²⁷ Ibidem. p.54.

²⁸ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.10*. São Paulo, s/d. p.3.

²⁹ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.58.

³⁰ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.47.

³¹ Cf. MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997. Ver também: MARICATO, Ermínia; ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

administração pública. Essas ações possibilitaram o reconhecimento de si mesmas e de outras como elas, para a resignificação de suas experiências e de suas identidades.

“Guardiãs dos viveres, as mulheres também são guardiãs do teto [...]. A morada não é uma habitação, mas local de encontro diário da família, um abrigo [...]”³² Nesse sentido, no espaço privado da casa, a mulher sem teto (“povoada” pelas imagens da “caseira rural” e “senhora de casa burguesa”) acreditava que poderia assegurar o futuro da sua família e proporcionar uma vida segura aos seus filhos, com repouso, carinho e calor humano. Precisavam, então, conquistar suas moradias.³³

Freqüentemente, a representação da maternidade transbordava seu caráter biológico para abarcar um significado social, segundo o qual deveriam ser desenvolvidos os sentimentos maternos que justificariam a dedicação aos filhos e aos demais membros da família [...].³⁴

A casa não significava apenas um espaço geográfico ou físico, mas a oposição ao universo da rua, repleto de tensões, marginais e meliantes, local perigoso onde cada um devia zelar por si. “A rua vale muitas vezes pelo desabrochar de vícios latentes, e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo e inculto, presa fácil dos instintos subalternos.”³⁵

Sentindo-se pressionadas a alcançar uma vida digna para as suas famílias, as mulheres passaram a “lutar” ativamente nos movimentos sociais de moradia. Caracterizaram suas trajetórias as *lutas*, que se estruturaram primeiro nos bairros, nos Clubes de Mães e nos Grupos de mulheres, para depois avançarem para os Movimentos Sociais, os Sindicatos e os Partidos Políticos. Por meio das suas ações – individuais e coletivas, públicas e privadas –, construíram culturalmente o sentido de suas experiências e também representações sobre as suas identidades.

A participação da mulher na *luta* por moradia estava vinculada às experiências de vida em seu cotidiano e se dava a partir da organização de reuniões com pequenos grupos femininos, nos mais variados bairros da cidade, realizadas nas igrejas ligadas às pastorais,

³² PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.194.

³³ DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.55.

³⁴ MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p.112.

³⁵ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil -1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p.197.

nas dioceses ou paróquias ou nos espaços da comunidade.³⁶ As reflexões nos espaços das igrejas católicas, apoiadas na doutrina da Teologia da Libertação, destacavam as contribuições ativas das mulheres para a conquista da justiça social.³⁷

Essa representação, somada à do núcleo doméstico de boa esposa-mãe-dona-de-casa, ressaltava a questão da *moradia* como um local necessário para o fortalecimento dos laços de união, a proteção da sua prole e a estabilidade na velhice.

Os grupos de mulheres criados no seio da Pastoral [...] vão além do resgate da identidade feminina ligada ao lar. Não esquecem os laços familiares e os problemas ligados às atividades domésticas, mas os vinculam às condições de vida [...].³⁸

Esse sentimento passou a representar um campo de investigação da História Cultural à medida que possibilitou a percepção de permanências e de descontinuidades. A construção da mentalidade desses sujeitos históricos, tecida no acúmulo de experiências de várias gerações e nas memórias acerca do espaço coletivo, constituiu-se em matéria-prima para a elaboração de identidades e sensibilidades coletivas.³⁹

[...] Ela embeleza o mais pobre reduto, a mansarda mais miserável, e pressupõe ordem, amor à regularidade e uma luta enérgica [...]. A dona-de-casa é a alma do bairro e, por isso núcleo de cultura popular original [...] a mulher do povo urbano aparece como trama das tradições dos migrantes e, na medida em que a autonomia cultural é uma prova de independência, fermento de contrapoder.⁴⁰

Diante da combinação de experiências e ações, o sujeito histórico constituiu para si próprio uma nova maneira de viver, uma relação de subjetivação em constante movimento.⁴¹

Investigando-se as mulheres sem teto como sujeitos históricos e sua participação política no movimento, em partidos políticos e na administração pública, como maneira de se expressarem e se posicionarem, desvelam-se construções de identidades e subjetividades representadas em suas ações. Por meio da participação, ressignificaram e reconstruíram a si mesmas, reinventando uma nova forma de ser e estar na comunidade.

³⁶ GONÇALVES, Betânia Diniz. *Participação e Consciência Política: Análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), São Paulo, PUC-SP, 2005. p.71.

³⁷ PETRINI, J. Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.10.

³⁸ DEL PRIORI, Mary. "História das Mulheres no Brasil." In: GIULANI, Paola C. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. São Paulo: Contexto, 1997. p.646.

³⁹ VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.54.

⁴⁰ PERROT, Michelle. Op. cit., 2001. p.204.

⁴¹ HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Minas Gerais: UMG, 2002. p.89.

Suas subjetividades e objetividades promoveram constantes dinâmicas que reelaboraram suas bases valorativas e matérias.⁴²

Pela subjetividade os sujeitos se transformaram, interferiram nas regras estabelecidas e recriaram novos posicionamentos, transformando as relações sociais e de poder.⁴³

A identidade é formada por processos sociais [...] é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades, produzidas pela interação da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a.⁴⁴

As identidades foram derivadas das relações dialéticas entre o indivíduo e a sociedade, construídas na experiência cotidiana e na reorganização dos seus significados, buscando articulações entre o tempo em que foram gestadas, a história individual e a dos grupos sociais.⁴⁵

Durante a experiência do dia-a-dia dos mutirões, as mulheres, ao ajudarem nas tarefas mais pesadas, como fazer e carregar tijolos e blocos, entre outros afazeres que exigiam força e organização, resignificaram suas identidades e subjetividades, reconhecendo as relações entre os gêneros e o poder instituído.⁴⁶ Nesse sentido, pode-se afirmar que as relações de gênero são também relações de poder.⁴⁷

Portanto, à medida que buscaram os cargos de coordenadoras e lideranças (procurando alcançar, por conseguinte, o poder) e reconheceram a sua co-responsabilidade no estabelecimento de novas relações sociais de poder, passando a agir em público, as mulheres vivenciaram um processo de transformação no contexto em que estavam inseridas.⁴⁸

A consciência política dessas mulheres se constituiu e se manifestou no cotidiano e em suas experiências entrelaçadas com micros e macros poderes. A participação política da mulher se iniciou com a sua consciência política em uma relação com o “*fazer histórico*”.

⁴² Ibidem. p.102.

⁴³ CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. vol.2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.249.

⁴⁴ BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.228.

⁴⁵ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.220.

⁴⁶ Ibidem. p.207.

⁴⁷ PERROT, Michele. Op. cit., 2001. p.207.

⁴⁸ ARENDT, Hannah. Op. cit., 1999. p.20.

Podia ser convencional, mediante o voto, ou não-convencional, mediante, por exemplo, ocupações de terrenos e construções das moradias.⁴⁹

Assim, as ações nas associações naqueles tempos e ainda nos dias de 2016 ajudam a estimular a transformação da tradicional divisão sexual do trabalho

As mulheres sem teto ainda utilizam em suas narrativas determinados termos por meio dos quais empreendem ações políticas e denunciam as dificuldades cotidianas por que passam. “*Lutar para viver*” é um dos enunciados proferidos para incitar as organizações e associações; “*lutar pela união e pelo coletivo*” e “*ação localizada*” são expressões utilizadas para motivar as reuniões de base e a realização do sonho da casa própria; e “*lutar pela moradia digna*” conjuga as representações anteriores.⁵⁰

Lutar, para essas mulheres, não significava apenas alcançar o direito à habitação digna; representa na contemporaneidade se reconhecerem em seu cotidiano e no movimento, numa experiência de autoconhecimento em que reconstroem suas identidades numa relação de solidariedade.

Significa, ainda, continuar lutando em 2016 para melhorar as condições de moradia, educação e saúde no bairro e construir uma ação política na vida cotidiana, atuando entre as esferas privada, social e política.⁵¹

O termo “*lutar*” se relaciona a uma espécie de narrativa em que os sujeitos sociais mostravam o valor da pessoa que vive essa experiência na prática cotidiana.

As mulheres participantes do movimento e líderes dos sem-teto do Jardim Apuanã utilizam o termo *luta* com acepções diversas, consoante variavam as situações, os agentes e as relações específicas travadas entre eles.

A pluralidade semântica aparece conforme narram suas experiências cotidianas, individuais ou coletivas; ou seja, à medida que os diferentes conjuntos de relações e situações foram sendo vividos, praticados e postos pelas ações desses sujeitos históricos.

Entrar na luta e estar na luta continuam condições fundamentais para participar do movimento e referem-se à vida e às atividades cotidianas, nas quais se encontravam inúmeros episódios que envolvem a organização, solidariedade, união e coletivismo.⁵²

⁴⁹ ARENDT, Hannah. Op. cit., 1999. p.42.

⁵⁰ COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.19-32.

⁵¹ ARENDT, Hannah. Op. cit., 1981.

⁵² MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Brasília: CDS/UnB Garamond, 2000. p.131.

Os empregos do termo indica também os enfrentamentos concretos e prolongados, além de anunciarem possibilidades de rupturas da situação dos sem-teto por meio de planos e ações pontuais e intensos.

As mobilizações coletivas, a dinâmica dos agrupamentos de interesses, as experiências cotidianas e as narrativas das lideranças foram reapropriadas e ressignificadas pela comunidade, impulsionando as pessoas integrantes do grupo a participarem das associações do movimento de moradia.⁵³ Nestas associações as narrativas cresceram, se expandiram e, ao mesmo tempo, deram forma e motivação ao movimento.

A questão do vocabulário nas narrativas próprias dessas mulheres do movimento de moradia se constitui como central para o estudo da cidade, transformação do trabalho e suas relações com a propriedade. Existe uma forte inter-relação entre o movimento e as narrativas dos seus integrantes, que são partes de discursos preexistentes. Nesse sentido, conhecer as narrativas desses agentes implica em identificar suas raízes e seus componentes precedentes.⁵⁴ Sobre esse mote, Ginzburg afirma: “O problema, no meu entender, não é entender o ‘conhecimento localizado’, mas tomá-lo como ponto de partida e ir além dele em busca de uma comunicação possível, em busca de um conhecimento [...]”⁵⁵

A consciência política esta ligada à vida cotidiana dos sujeitos e pode ser considerada fruto do dia-a-dia dos indivíduos.

Essas mulheres, paulatinamente, estão se percebendo como sujeitos históricos que constroem e reconstróem suas identidades. A identidade é uma representação/ação que pode ser compreendida como a própria identificação. Não esta pronta, mas se fazendo, em um contínuo processo de identificação nas associações, bem como nas ações de resistências coletivas frente às políticas públicas de habitação e nos projetos do movimento de moradia.⁵⁶

Como objeto de estudo, a *identidade* possibilitou o entrecruzamento dos saberes da História Cultural, da Política e da micro-história, problematizando a diversidade do conceito na vida cotidiana. Nessa perspectiva, “[...] a identidade é tomada como um conceito que inclui a

⁵³ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.47.

⁵⁴ SANDOVAL, S. A. “Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.” In: SPIK, Mary Jane (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. p.59-74.

⁵⁵ GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. Campinas: UNESP, p.299.

⁵⁶ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.84.

dimensão consciente e uma dimensão inconsciente, buscando articulação entre as histórias individuais e a dos grupos”.⁵⁷

Percebi que a participação cotidiana fez emergir novas formas de convivências e experiências, que tentam alterar as regras instituídas, não no sentido amplo de uma transformação plena nos valores, mas na aplicação de alguns comportamentos, como o trabalho como pedreiras, historicamente masculino⁵⁸ “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.”⁵⁹

Durante os trabalhos nas associações, muitas mulheres deixaram a casa e os seus filhos aos cuidados dos maridos, que, por meio da experiência cotidiana, acabaram por encarar como natural a divisão das tarefas domésticas. A experiência cotidiana desempenhou, portanto, a função de direcionar a vontade individual.⁶⁰

Esses sujeitos históricos, em suas lutas para estabelecer condições de moradia digna, encontraram a possibilidade de questionar suas vidas e de se disporem a um engajamento individual e coletivo que ressignificou suas identidades.

O princípio da identidade refere-se à concepção do indivíduo em relação à sua identificação com o seu grupo e, ao mesmo tempo, à percepção das suas diferenças perante os outros acerca dos conflitos de interesses. Foi um princípio de oposição.

O conceito de consciência está ligado ao engajamento do comportamento social relativo ao interesse de classe e interesse pessoal. A compreensão acerca das ações individuais e coletivas diz respeito também ao repertório disponível de ações possíveis e à legitimidade atribuída a essas ações por seus atores. O estudo da consciência política sem um exame cuidadoso da percepção de ações coletivas seria incompleto na medida em que falha em ligar visões sociais a alternativas comportamentais possíveis e implícitas em situações específicas de relação de poder. (SANDOVAL,1999, p.59)

A consciência política, por sua vez, refere-se às ações politizadas do sujeito, mesmo ele não tendo consciência dessa dimensão.

⁵⁷ POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” In: ESTUDOS Históricos: Memória. nº.3. São Paulo: Vértice/ FGV, 1989. p.15.

⁵⁸ THOMPSON, E. P. Op. cit. p.30.

⁵⁹ Ibidem. p.10.

⁶⁰ ARIETE, Marisa Altomare. *Mulheres em Movimento: a participação feminina na luta dos encortçados pela cidadania em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo, PUC-SP, 1998. p.98.

Nas entrevistas (nos anos da pesquisa do doutorado e em 2016), com “não-lideranças” residentes no Jardim Apuanã, o termo “*luta*” apareceu, mais frequentemente, para designar as dificuldades do cotidiano, especialmente aquelas relacionadas à falta de trabalho e moradia, e não como uma estratégia de organização ou mobilização.

Ante as dificuldades de encontrar emprego, de pagar aluguel e de prover a subsistência da família, esses trabalhadores utilizaram, em seus enunciados, o termo *luta* para fazer referência a tudo aquilo que foram obrigados a enfrentar no cotidiano para viverem dignamente, enfatizando sempre o conteúdo de sonho e esperança de uma vida melhor.

A consciência política, nesse caso, apareceu sob a percepção social da vida rotineira, marcada por características específicas, isoladas e ainda distantes de uma identificação coletiva de busca dos direitos e das obrigações de cidadania.

A identidade coletiva foi processada no interior do grupo, que se agregou por razões políticas, num processo de significados de construção do “*eu*” para o “*nós*”.⁶¹

A base da identidade do sujeito e o universo simbólico construído têm suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence. Crenças e valores encontram-se ligados à espontaneidade da vida cotidiana, o que permite alienação e comodismo dos sujeitos devido à não racionalidade das práticas diárias e da segmentação a que estão subordinadas.⁶²

Outro aspecto que apareceu em várias narrativas refere-se à crença na potencialidade das ações individuais ou coletivas das lideranças como instrumentos eficazes de promoção social. Nesse aspecto, as percepções de justiça e injustiça estavam presentes na forma como os integrantes das associações do movimento percebiam os arranjos sociais em relação aos atores considerados por eles e nas ações coletivas promovidas para corrigir as injustiças. A experiência subjetiva dos sujeitos históricos na vida cotidiana abria, dessa forma, caminhos para a percepção do contexto social em que se inseriam e dos fatores que necessitavam de transformação.

⁶¹ PRADO, Marco Antonio. “Ações coletivas e psicologia política: uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais.” *Revista Psicologia Política*. São Paulo, jan. de 2001. p.149-172.

⁶² HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

A análise da participação política das mulheres do movimento de moradia nas associações, nos partidos e na administração pública envolve a questão da consciência e da participação política, bem como as subjetividades e identidades individuais e coletivas, pois por meio dos processos vividos por elas pode-se verificar o entrelaçamento dessas categorias. Muitas dessas mulheres se transformaram em lideranças, em “mulheres de luta”, criando e recriando condições para tornar as relações entre os indivíduos mais justas.

A identidade do líder se construía no campo do coletivo, no interior do grupo de referência, nas atividades cotidianas; ele seria um ator social e singular. A cada situação vivenciada a sua identidade passava entre os espaços individual e coletivo em que estava inserida.⁶³

A seleção do líder se produziu no jogo e no exercício da luta pelo poder. O lugar do líder era o do poder, um campo de tensões, disputas e conflitos de interesses.⁶⁴

As líderes, na maioria de seus discursos, apareceram como organizadoras do movimento. Seu papel era fruto do longo processo de luta, que, inclusive, lhe reservaria o lugar de representante do grupo perante o Estado e outras associações.

A maioria das lideranças que coordenaram e ainda coordenam as reuniões aproveitou o espaço para discutir a casa, a vida familiar e a divisão sexual do trabalho.

Nesse processo, realizaram a analogia entre a vida doméstica, problemas locais e a mundo do trabalho.

Referência Bibliográfica

ARENDE, H. O que é política? Rio de Janeiro, Berthand Brasil, 1999.

ARIETE, Marisa Altomare. *Mulheres em Movimento: a participação feminina na luta dos encortçados pela cidadania em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo, PUC-SP, 1998. p.98.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Relatório nº3 - Jardim Apanã*. São Paulo, s/d. p.25.

ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.45*. São Paulo. s/d. p.3.

⁶³ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976. p.47.

⁶⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958. p.385.

- ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.40*. São Paulo, s/d. p.1.
- ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.4. Projeto Apuanã*. São Paulo, 2000. p.6.
- BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.228.
- BECERRIL, Pe. Vidal Enrique. *Cartilha da Pastoral da Moradia: O processo construtivo por Mutirão*. São Paulo, 1989. p.45.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. vol.2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.19-32.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.55.
- DEL PRIORI, Mary. "História das Mulheres no Brasil." In: GIULANI, Paola C. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. São Paulo: Contexto, 1997.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976. p.47.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.
- FOUCAULT, Michel. "Deux essais sur lê sujet et lê pouvoir." In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Um parcours philpsophique au dela de L'objectivité*. Paris, Gallimard, 1984.
- GONÇALVES, Betânia Diniz. *Participação e Consciência Política: Análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), São Paulo, PUC-SP, 2005.
- GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. Campinas: UNESP, p.299
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Minas Gerais: UMG, 2002. p.89.
- HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. *Boletim nº.4*. São Paulo, 2006(b). p.1.
- JORNAL DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. nºs.05 e 60. São Paulo, 2003 a 2016 (respectivamente). p.3 e 12.
- LOPES, João Marcos de Almeida; ALMEIDA, Luis Fernando de; FELIPE, Joel; BONDUKI, Nabil G. *Habitação Popular: Mutirões buscam apoio técnico dos Arquitetos*. Projeto Design nº.165. São Paulo, 1993. p.60-64.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.
- MARICATO, Ermínia; ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p.112.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Crítica e Interpretação*. São Paulo: EDUC, 2002. p.31.
- MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Brasília: CDS/UnB Garamond, 2000. p.131.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRADO, Marco Antonio. “Ações coletivas e psicologia política: uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais.” *Revista Psicologia Política*. São Paulo, jan. de 2001. p.149-172.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil -1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p.197.

SANDOVAL, S. A. “Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.” In: SPIK, Mary Jane (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. p.59-74.

SÃO PAULO (Município). Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo - Resolo. Documento nº.67. São Paulo, 2005. p.1, 3 e 5

PETRINI, J. Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” In: ESTUDOS Históricos: Memória. nº.3. São Paulo: Vértice/ FGV, 1989. p.15.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.47.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.54.

Mulher, trabalho e liderança no movimento de moradia na cidade de São Paulo.

Por Rosana Schwartz

Esta pesquisa, versa sobre o trabalho feminino em tarefas historicamente masculinas e a construção de lideranças no cotidiano das lutas por moradia na cidade de São Paulo. Dá continuidade à parte dos estudos presentes na tese do Doutorado da Professora Dra. Rosana Schwartz: *Mulheres em Movimento, Movimento de Mulheres: a luta feminina no movimento de moradia na Cidade de São Paulo*, defendida em 2007 pelo Programa de Pós-graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Após dez anos, retornar ao locais dos movimentos de moradia pesquisados foi instigante e enriquecedor.

O Conjunto Habitacional do Jardim Apanã na zona Norte foi estruturado com 802 unidades de apartamentos e casas sobrepostas, reunindo os grupos de base Filhos da Terra, União do Povo, Chico Mendes e Jardim Vasconcelos no Movimento dos Sem-Terra da Zona Norte foi foco deste artigo por possuir as características necessárias para a problematização em questão: Mulher, trabalho e liderança política.⁶⁵

História do Jardim Apanã.

⁶⁵ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Relatório nº3 - Jardim Apanã*. São Paulo, s/d. p.25.

Os membros do movimento atravessaram, inicialmente, um período de lutas contra as autoridades responsáveis pela moradia ligadas à prefeitura e ao Estado de São Paulo, promovendo reuniões e assembléias semanais com os grupos de base no bairro Jaçanã para estabelecer vínculos entre os integrantes e motivar a conscientização sobre o problema habitacional da cidade de São Paulo. Essas reuniões foram, em sua maioria, cadastradas e lideradas pelas mulheres. Examinando os relatórios dos responsáveis pelo movimento, constata-se que a maioria dos mutirantes são mulheres ⁶⁶

Entre os terrenos mapeados, os integrantes do movimento escolheram para a ocupação uma área abandonada e com impostos atrasados que apelidaram, por sua configuração aladeirada e íngreme, de Morro do Quiabo. Segundo os registros da associação, após a ocupação os militantes permaneceram 64 dias no local, durante os quais iniciaram os trabalhos de limpeza do mato, a construção de barracas e da cozinha comunitária e a segurança do local, etapa que levou muito tempo, aproximadamente dois anos. ⁶⁷

Depois de terminada essa etapa, os mutirantes iniciaram, juntos, os trabalhos de negociações com as autoridades governamentais. Concretizando o ideal que embasa a luta dos sem-teto, a comunidade passou para a construção das casas e de uma sociedade envolvida pelos laços associativos e comunitários. ⁶⁸

A verba inicial do projeto foi arrecadada entre os próprios mutirantes. Para tanto, os integrantes do grupo criaram uma cooperativa cujos membros contribuíam com 10% de sua renda familiar.

Com o apoio da Paróquia da região, que colocou à disposição do movimento o seu salão paroquial para a realização de reuniões e assembléias, os mutirantes, após os 64 dias de ocupação, iniciaram as primeiras negociações com as organizações governamentais para a desapropriação do terreno e a sua utilização como abrigo para as oitocentas famílias que já ocupavam o “Morro do Quiabo”, posteriormente designado Jardim Apuanã. ⁶⁹

⁶⁶ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. *Boletim n.º.4*. São Paulo, 2006(b). p.1. A Herjack é responsável pelo empreendimento do Jardim Apuanã e em seus levantamentos afirma que a maioria dos mutirantes empregados em parceria para as construções constitui-se de mulheres. Elas possuem em média 2,8 filhos. Mais da metade das integrantes do movimento já possuíam 3,2 filhos antes do início da obras; as mulheres muito jovens apareciam com poucos filhos, 1,2, e as nas faixas mais idosas apresentavam em média 4,0 filhos. Hoje, 2016 essa realidade não foi alterada.

⁶⁷ SÃO PAULO (Município). Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo - Resolo. Documento n.º.67. São Paulo, 2005. p.3.

⁶⁸ Idem. Documento. n.º.45. São Paulo, 2005. p.5.

⁶⁹ SÃO PAULO (Município). Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo - Resolo. Documento n.º.31. São Paulo, 2005. p.1.

A fonte religiosa foi visível na organização da associação, que encontrava no Evangelho e na Bíblia a justificativa para a luta por um mundo com justiça social.

Tratava-se de um encadeamento de ações coletivas por esses sujeitos históricos, cujas noções fundamentais propunham primeiramente mais interesses individuais e imediatos (como ter a casa) que coletivos. Contudo, as trajetórias de pressão contra o poder público (passeatas, acampamentos, entre outras) apelaram para a necessidade da passagem do “eu” para o “nós”, incentivando o agrupamento e a união, que consolidariam um sentimento de força (“juntos venceremos”). Esse tipo de sentimento levou os adeptos do movimento a adquirirem uma maior clareza da situação dos populares com relação ao seu direito à cidade.

Indivíduos espacialmente dispersos (moradores das favelas e dos cortiços não organizados) na região tomaram conhecimento das ações do Movimento dos Sem-Terra da Zona Norte e, posteriormente, organizaram outras associações no bairro.

As famílias reunidas em acampamento e divididas em grupos de 25 pessoas, após discussões, escolheram os candidatos a representantes da associação. Os critérios para a escolha eram participação freqüente nas reuniões, colaboração na organização dos trabalhos junto à comunidade e capacidade de liderar.⁷⁰ Foram, então, eleitos os coordenadores de grupo e o coordenador geral.

Duas vezes por mês, sempre aos domingos, eram realizadas assembleias gerais para as votações das decisões discutidas pelos coordenadores de grupos sob a coordenação geral.⁷¹ Hoje 2016, as reuniões continuam acontecendo no espaço destinado à oficinas, cursos e discussões.

Destacaram como propósito a participação coletiva junto às assessorias técnicas para a realização de um projeto arquitetônico em parceria com a Prefeitura, que, na época, se encontrava sob a gestão de Luiza Erundina. Nesse campo, todos os militantes, convictos de seus “justos direitos”, estavam prontos para lutar, com ou sem organização, gerando tensões entre os populares e os técnicos da prefeitura.⁷²

Tanto no Jardim Apuanã como nos demais mutirões, o Programa Habitacional de Interesse Social da prefeitura atendeu aos mutirantes por meio da divisão de recursos do financiamento do FUNAPS Comunitário para a compra de ferramentas, equipamentos e

⁷⁰ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.45*. São Paulo. s/d. p.3.

⁷¹ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.40*. São Paulo, s/d. p.1.

⁷² *Ibidem*. p.17.

materiais de construção, para a contratação de assessoria técnica e mão-de-obra especializada e para o desenvolvimento do projeto que seria empreendido no local.⁷³

As verbas foram liberadas em parcelas periódicas previstas no cronograma de obras, após a vistoria dos técnicos da SEHAB e a entrega da documentação referente à prestação de contas por parte dos associados. O retorno do financiamento foi feito pelos mutirantes após o término da construção e conforme o número de dependentes e a renda de cada família. Mediante a parceria entre eles estabelecida, os integrantes da associação se transformaram em mutirantes.

A cooperativa, após uma série de reuniões, optou pela verticalização de uma parte da obra e pela construção de casas sobrepostas umas às outras na parte mais íngreme do terreno.⁷⁴ Assim, o projeto do Apuanã foi o primeiro mutirão vertical da cidade e serviu de exemplo para a organização dos movimentos em outros bairros da cidade. O empreendimento ergueu, no total, 802 unidades habitacionais na Travessa Barreira Branca nº. 61, no Bairro Jardim Filhos da Terra.⁷⁵

Para mobilizar os grupos, as coordenações trabalharam em tarefas que atribuíam consistência às ideias de trabalho coletivo, ajuda mútua e constituição de uma comunidade. Para tanto, organizaram-se, claramente, em duas categorias: a política, sob a responsabilidade do coordenador geral; e a técnica, sob a responsabilidade dos arquitetos. Além disso, as responsabilidades na área técnica foram conferidas aos profissionais de acordo com uma hierarquia, da qual faziam parte o arquiteto residente, o encarregado geral, os coordenadores das equipes de trabalho especializado e os coordenadores dos grupos formados pelos mutirantes. Portanto, os participantes do movimento enfrentaram a aplicação da democracia participativa na atividade cotidiana, sustentada pelo conceito de igualdade, ao mesmo tempo em que aceitaram a ordem de regras menos ou mais estritas.⁷⁶

No cotidiano do mutirão é difícil saber se o que está em ação é o “*poder*” ou a “*autoridade*” ou um pouco de cada, considerando-se a “*autoridade*” como uma ordem com conteúdo específico que leva um determinado grupo de pessoas a produzir uma mudança no seu “*ser*”, e o “*poder*” como a probabilidade de que uma relação social seja obtida, a despeito das resistências encontradas. De qualquer forma, a autoridade e o poder se

⁷³ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.4. Projeto Apuanã*. São Paulo, 2000. p.6.

⁷⁴ JORNAL DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. nºs.05 e 60. São Paulo, 2003 a 2016 (respectivamente). p.3 e 12.

⁷⁵ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.20.

⁷⁶ *Ibidem*. p.23.

encontram distribuídos de maneira dicotômica no movimento, alguns os partilhando e outros sendo privados deles.⁷⁷

Nesse sentido, outras duas questões se apresentaram no cotidiano do movimento, as imposições das representações mentais (as assembleias, as reuniões, as missas, as falas e os comportamentos) e das representações objetivadas em coisas (os emblemas, as bandeiras, as insígnias, as faixas, as palavras de ordem, os cartazes etc.), para realizar em consenso a unidade e identidade do grupo. A existência de tais signos não decorreu do acaso, tampouco do capricho pessoal, mas revelou a necessidade do grupo estabelecer uma estrutura simbólica de território e de fronteiras.⁷⁸

A imposição de nomes significantes a uma associação – como “Filhos da Terra” – e a uma terra representava, para os membros do movimento, a construção de um espaço simbólico referencial que reforçaria o esboço do sistema de identificação do grupo, com o reconhecimento do seu direito à terra e da sua condição de pessoas migrantes privadas de um tempo vivido de forma estável. Afirmar o poder de fazê-lo era inserir o passageiro na permanência, na legitimidade.⁷⁹

O movimento elabora regras e leis mediante o regulamento do trabalho em mutirão e os estatutos da associação. O primeiro regulamento do Apuanã estava redigido claramente, mas era considerado extremamente tolerante, já que não estabelecia punições severas para o uso de bebidas alcoólicas e outras transgressões. Assim, os coordenadores dos grupos, após três reuniões, elaboraram um novo regulamento que implicaria em classificar as condutas dos integrantes dos grupos em “más” ou “boas”. Na seqüência, encaminharam uma proposta de constituição de uma comissão de disciplina eleita por voto e composta por integrantes da associação.⁸⁰ No entanto, alguns entraves decorrentes dessas ações despontariam, tais como: Quais seriam as ações “boas” e as “más”? Qual instância aplicaria a justiça? Como fazer com que tais limites fossem justos e eficazes?

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2006.

p.114-115.

⁷⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Crítica e Interpretação*. São Paulo: EDUC, 2002. p.31.

⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 2006. p.115. Um outro exemplo das denominações das associações do movimento de moradia é “Povo em Ação e Primeiro de Maio”, numa relação entre a luta dos trabalhadores no primeiro de maio, com a ação decisiva da ocupação da terra e vitória dos populares.

⁸⁰ ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.2 - Projeto Apuanã*. São Paulo, 1999. p.1.

Nesse sentido, foi a figura do líder que veio a campo e estabeleceu as relações de convívio no território do mutirão. A confiança foi imediata e global, pois o líder representava a identificação do grupo em sua origem, experiência e luta.⁸¹

O grupo que iniciou o processo de aprendizagem da democracia com idéias de liberdade, essencialmente polissêmicas, e que devia executar a lei foi confrontado com a contradição de que nenhuma lei, por melhor ou mais justa que fosse, se fundamentava nas particularidades de cada um. Todavia, os populares, que pela primeira vez deviam aplicar a justiça, queriam precisamente, para serem justos, levar em conta essas particularidades, pois caso contrário estabelecer-se-ia um impasse.⁸²

Por outro lado, quando duas ou mais autoridades de naturezas diferentes agem num mesmo grupo, como acontece durante a construção em mutirão, outras dificuldades aparecem, pois freqüentemente cada uma das autoridades tende a substituir a outra num âmbito que não é de sua competência.⁸³ No mutirão era comum existir a interferência não só dos líderes, das autoridades e dos coordenadores gerais e de grupo, como também do arquiteto residente e do arquiteto coordenador, que propunham organogramas de trabalho nem sempre compreensíveis para os mutirantes.

Viver em sociedade é, de qualquer forma, viver de maneira que seja possível agir sobre a ação uns dos outros. [...] O ponto mais importante é evidentemente a conexão entre relação de poder e estratégias de confrontação. Pois, se é verdade que, no âmago das relações de poder e como condição permanente de sua existência, existe uma insubmissão e liberdades essencialmente renitentes, não há relações de poder sem resistência, sem escapatória ou sem fuga.⁸⁴

Essa insubmissão e essas liberdades renitentes foram as razões das lutas que os movimentos de habitação empreenderam. Além disso, tais lutas podem ser classificadas de transversais, já que aconteceram em todo o país e não consideraram que uma solução pudesse estar num futuro qualquer, mas na ordem das transformações. Mesmo parecendo pouco relevantes, essas lutas não deixaram de encetar um fator estrutural da mudança social e forças endógenas que nasciam do funcionamento do sistema social e contribuíam para o transformar.⁸⁵

⁸¹ MORIN, Edgar. "A noção de sujeito." In: SCHNITMAN, D. F. *Novos paradigmas: cultura e subjetividade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986. p.97.

⁸² ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1999. p.92.

⁸³ BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.248.

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. "Deux essais sur le sujet et le pouvoir." In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Um parcours philosophique au dela de L'objectivité*. Paris, Gallimard, 1984. p.4.

⁸⁵ BADIOU, Alain. Op. cit. p.125.

A partir de 1993, com a vitória de Paulo Maluf nas eleições para a prefeitura de São Paulo e a centralização das medidas habitacionais no projeto Cingapura, cada família passava a se encarregar pela compra dos materiais necessários ao acabamento de suas moradias com recursos próprios, além de contribuir com mensalidades para dar andamento às outras construções do mutirão

A Pastoral da Igreja Católica apresentou para os sem-teto um filme sobre as Cooperativas Habitacionais no Uruguai que defendia o barateamento dos custos do empreendimento e a conscientização dos populares, paralelamente à construção das habitações em médio prazo.⁸⁶ Essas discussões foram sistematizadas em material didático, que relacionava, ainda, as etapas do trabalho em mutirão, entre as quais: a limpeza e criação do canteiro de obras; a formação do espaço destinado para estocagem de cimento e cal; e a construção da casa de reuniões da associação.⁸⁷

Mutirão pode ser definido como uma forma de se produzir unidades habitacionais associada a uma demanda que se encontra fora do mercado. Foi pensado como uma alternativa, entre outras, de produção de moradias para uma população desassistida. Uma vez que se caracteriza por um empreendimento coletivo, todos os apartamentos devem ficar prontos e ser entregues ao mesmo tempo.

O mutirão teve uma orientação primordialmente técnica, apesar de constituir, a prazo, um projeto de cunho sócio-político.⁸⁸ A equipe de assessoria técnica era composta por voluntários, professores, alunos de diversas instituições, engenheiros, advogados, assistentes sociais e membros da igreja.⁸⁹

Como no mutirão do Jardim Apuanã não havia caminhões nem pequenos tratores, o transporte dos materiais era realizado em carrinhos de mão, que, em geral, eram empurrados pelas mulheres. Logo no início da ocupação do terreno as mulheres também trabalharam na abertura de poços para a obtenção de água.⁹⁰

Cada mutirante, casado ou não, homem ou mulher, assinou um pré-contrato com a COHAB-SP para a catalogação e o cadastramento das horas trabalhadas por semana e aos

⁸⁶ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.14.

⁸⁷ BECERRIL, Pe. Vidal Enrique. *Cartilha da Pastoral da Moradia: O processo construtivo por Mutirão*. São Paulo, 1989. p.45.

⁸⁸ LOPES, João Marcos de Almeida; ALMEIDA, Luis Fernando de; FELIPE, Joel; BONDUKI, Nabil G. *Habitação Popular: Mutirões buscam apoio técnico dos Arquitetos*. Projeto Design nº.165. São Paulo, 1993. p.60-64.

⁸⁹ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.72.

⁹⁰ *Ibidem*. p.23.

sábados e domingos. A fiscalização dessas horas era realizada pela “apontadora”, responsável pelo sistema de controle de trabalho pelas COHABs.⁹¹

O Trabalho Feminino e o tornar-se liderança.

A participação das mulheres aparecia em trabalhos variados, como na fundação de valas, no nivelamento do terreno, na colocação de pedras e das estruturas de ferro (que consiste em cortar, dobrar e preparar as armações de ferro para as estruturas dos edifícios), na concretagem, na preparação da argamassa para a alvenaria (com a distribuição do concreto sobre módulos, aprontando a base de concreto sobre a qual se construiria os prédios), na limpeza do local, no acabamento geral e de batentes de portas e janelas e em diversas outras tarefas.⁹²

No trabalho de nivelamento 90% da mão-de-obra era feminina. As mulheres preparavam a terra com enxadas e pás para cobrirem as valas e nivelarem o terreno. Na equipe de ferragem, as mulheres faziam, ainda, as vigas e preparavam o estribo de ferro para dobrarem e armarem as vigas.⁹³ Só não atuavam na colocação de forros e telhados e nos trabalhos de hidráulica e eletricidade.

A alvenaria do mutirão foi desenvolvida sob duas formas construtivas: tradicional, com o uso da linha, e o pedreiro mecânico. Como pedreiro ou pedreira foram considerados todos aqueles que se desenvolveram no próprio decorrer do trabalho e que passaram a orientar um ou mais ajudantes, podendo ou não ter participado do curso fornecido pelo SENAI.⁹⁴

O principal aprendizado desta experiência foi a superação de limites das formações técnico-profissional e social, política e cultural, as ações coletivas dos integrantes e a participação da comunidade.⁹⁵

As mulheres ligadas aos movimentos de moradia, preocupadas com o fato de não possuírem “casa” para suprir as carências de suas famílias, participaram com ações individuais e coletivas das associações de luta por moradia, de partidos políticos e da

⁹¹ Ibidem. p.54.

⁹² ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento n°.10*. São Paulo, s/d. p.3.

⁹³ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.58.

⁹⁴ HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. Op. cit., 2006(a). p.47.

⁹⁵ Cf. MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997. Ver também: MARICATO, Ermínia; ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

administração pública. Essas ações possibilitaram o reconhecimento de si mesmas e de outras como elas, para a resignificação de suas experiências e de suas identidades.

“Guardiãs dos viveres, as mulheres também são guardiãs do teto [...]. A morada não é uma habitação, mas local de encontro diário da família, um abrigo [...].”⁹⁶ Nesse sentido, no espaço privado da casa, a mulher sem teto (“povoada” pelas imagens da “caseira rural” e “senhora de casa burguesa”) acreditava que poderia assegurar o futuro da sua família e proporcionar uma vida segura aos seus filhos, com repouso, carinho e calor humano. Precisavam, então, conquistar suas moradias.⁹⁷

Freqüentemente, a representação da maternidade transbordava seu caráter biológico para abarcar um significado social, segundo o qual deveriam ser desenvolvidos os sentimentos maternos que justificariam a dedicação aos filhos e aos demais membros da família [...].⁹⁸

A casa não significava apenas um espaço geográfico ou físico, mas a oposição ao universo da rua, repleto de tensões, marginais e meliantes, local perigoso onde cada um devia zelar por si. “A rua vale muitas vezes pelo desabrochar de vícios latentes, e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo e inculto, presa fácil dos instintos subalternos.”⁹⁹

Sentindo-se pressionadas a alcançar uma vida digna para as suas famílias, as mulheres passaram a “lutar” ativamente nos movimentos sociais de moradia. Caracterizaram suas trajetórias as *lutas*, que se estruturaram primeiro nos bairros, nos Clubes de Mães e nos Grupos de mulheres, para depois avançarem para os Movimentos Sociais, os Sindicatos e os Partidos Políticos. Por meio das suas ações – individuais e coletivas, públicas e privadas –, construíram culturalmente o sentido de suas experiências e também representações sobre as suas identidades.

A participação da mulher na *luta* por moradia estava vinculada às experiências de vida em seu cotidiano e se dava a partir da organização de reuniões com pequenos grupos femininos, nos mais variados bairros da cidade, realizadas nas igrejas ligadas às pastorais,

⁹⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.194.

⁹⁷ DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.55.

⁹⁸ MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p.112.

⁹⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil -1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p.197.

nas dioceses ou paróquias ou nos espaços da comunidade.¹⁰⁰ As reflexões nos espaços das igrejas católicas, apoiadas na doutrina da Teologia da Libertação, destacavam as contribuições ativas das mulheres para a conquista da justiça social.¹⁰¹

Essa representação, somada à do núcleo doméstico de boa esposa-mãe-dona-de-casa, ressaltava a questão da *moradia* como um local necessário para o fortalecimento dos laços de união, a proteção da sua prole e a estabilidade na velhice.

Os grupos de mulheres criados no seio da Pastoral [...] vão além do resgate da identidade feminina ligada ao lar. Não esquecem os laços familiares e os problemas ligados às atividades domésticas, mas os vinculam às condições de vida [...].¹⁰²

Esse sentimento passou a representar um campo de investigação da História Cultural à medida que possibilitou a percepção de permanências e de discontinuidades. A construção da mentalidade desses sujeitos históricos, tecida no acúmulo de experiências de várias gerações e nas memórias acerca do espaço coletivo, constituiu-se em matéria-prima para a elaboração de identidades e sensibilidades coletivas.¹⁰³

[...] Ela embeleza o mais pobre reduto, a mansarda mais miserável, e pressupõe ordem, amor à regularidade e uma luta enérgica [...]. A dona-de-casa é a alma do bairro e, por isso núcleo de cultura popular original [...] a mulher do povo urbano aparece como trama das tradições dos migrantes e, na medida em que a autonomia cultural é uma prova de independência, fermento de contrapoder.¹⁰⁴

Diante da combinação de experiências e ações, o sujeito histórico constituiu para si próprio uma nova maneira de viver, uma relação de subjetivação em constante movimento.¹⁰⁵

Investigando-se as mulheres sem teto como sujeitos históricos e sua participação política no movimento, em partidos políticos e na administração pública, como maneira de se expressarem e se posicionarem, desvelam-se construções de identidades e subjetividades representadas em suas ações. Por meio da participação, ressignificaram e

¹⁰⁰ GONÇALVES, Betânia Diniz. *Participação e Consciência Política: Análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), São Paulo, PUC-SP, 2005. p.71.

¹⁰¹ PETRINI, J. Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.10.

¹⁰² DEL PRIORI, Mary. "História das Mulheres no Brasil." In: GIULANI, Paola C. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. São Paulo: Contexto, 1997. p.646.

¹⁰³ VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.54.

¹⁰⁴ PERROT, Michelle. Op. cit., 2001. p.204.

¹⁰⁵ HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Minas Gerais: UMG, 2002. p.89.

reconstruíram a si mesmas, reinventando uma nova forma de ser e estar na comunidade. Suas subjetividades e objetividades promoveram constantes dinâmicas que reelaboraram suas bases valorativas e matérias.¹⁰⁶

Pela subjetividade os sujeitos se transformaram, interferiram nas regras estabelecidas e recriaram novos posicionamentos, transformando as relações sociais e de poder.¹⁰⁷

A identidade é formada por processos sociais [...] é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades, produzidas pela interação da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a.¹⁰⁸

As identidades foram derivadas das relações dialéticas entre o indivíduo e a sociedade, construídas na experiência cotidiana e na reorganização dos seus significados, buscando articulações entre o tempo em que foram gestadas, a história individual e a dos grupos sociais.¹⁰⁹

Durante a experiência do dia-a-dia dos mutirões, as mulheres, ao ajudarem nas tarefas mais pesadas, como fazer e carregar tijolos e blocos, entre outros afazeres que exigiam força e organização, ressignificaram suas identidades e subjetividades, reconhecendo as relações entre os gêneros e o poder instituído.¹¹⁰ Nesse sentido, pode-se afirmar que as relações de gênero são também relações de poder.¹¹¹

Portanto, à medida que buscaram os cargos de coordenadoras e lideranças (procurando alcançar, por conseguinte, o poder) e reconheceram a sua co-responsabilidade no estabelecimento de novas relações sociais de poder, passando a agir em público, as mulheres vivenciaram um processo de transformação no contexto em que estavam inseridas.¹¹²

¹⁰⁶ Ibidem. p.102.

¹⁰⁷ CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. vol.2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.249.

¹⁰⁸ BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.228.

¹⁰⁹ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.220.

¹¹⁰ Ibidem. p.207.

¹¹¹ PERROT, Michele. Op. cit., 2001. p.207.

¹¹² ARENDT, Hannah. Op. cit., 1999. p.20.

A consciência política dessas mulheres se constituiu e se manifestou no cotidiano e em suas experiências entrelaçadas com micros e macros poderes. A participação política da mulher se iniciou com a sua consciência política em uma relação com o “*fazer histórico*”. Podia ser convencional, mediante o voto, ou não-convencional, mediante, por exemplo, ocupações de terrenos e construções das moradias.¹¹³

Assim, as ações nas associações naqueles tempos e ainda nos dias de 2016 ajudam a estimular a transformação da tradicional divisão sexual do trabalho

As mulheres sem teto ainda utilizam em suas narrativas determinados termos por meio dos quais empreendem ações políticas e denunciam as dificuldades cotidianas por que passam. “*Lutar para viver*” é um dos enunciados proferidos para incitar as organizações e associações; “*lutar pela união e pelo coletivo*” e “*ação localizada*” são expressões utilizadas para motivar as reuniões de base e a realização do sonho da casa própria; e “*lutar pela moradia digna*” conjuga as representações anteriores.¹¹⁴

Lutar, para essas mulheres, não significava apenas alcançar o direito à habitação digna; representa na contemporaneidade se reconhecerem em seu cotidiano e no movimento, numa experiência de autoconhecimento em que reconstroem suas identidades numa relação de solidariedade.

Significa, ainda, continuar lutando em 2016 para melhorar as condições de moradia, educação e saúde no bairro e construir uma ação política na vida cotidiana, atuando entre as esferas privada, social e política.¹¹⁵

O termo “*lutar*” se relaciona a uma espécie de narrativa em que os sujeitos sociais mostravam o valor da pessoa que vive essa experiência na prática cotidiana.

As mulheres participantes do movimento e líderes dos sem-teto do Jardim Apuanã utilizam o termo *luta* com acepções diversas, consoante variavam as situações, os agentes e as relações específicas travadas entre eles.

A pluralidade semântica aparece conforme narram suas experiências cotidianas, individuais ou coletivas; ou seja, à medida que os diferentes conjuntos de relações e situações foram sendo vividos, praticados e postos pelas ações desses sujeitos históricos.

¹¹³ ARENDT, Hannah. Op. cit., 1999. p.42.

¹¹⁴ COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.19-32.

¹¹⁵ ARENDT, Hannah. Op. cit., 1981.

Entrar na luta e estar na luta continuam condições fundamentais para participar do movimento e referem-se à vida e às atividades cotidianas, nas quais se encontravam inúmeros episódios que envolvem a organização, solidariedade, união e coletivismo.¹¹⁶

Os empregos do termo indica também os enfrentamentos concretos e prolongados, além de anunciarem possibilidades de rupturas da situação dos sem-teto por meio de planos e ações pontuais e intensos.

As mobilizações coletivas, a dinâmica dos agrupamentos de interesses, as experiências cotidianas e as narrativas das lideranças foram reapropriadas e ressignificadas pela comunidade, impulsionando as pessoas integrantes do grupo a participarem das associações do movimento de moradia.¹¹⁷ Nestas associações as narrativas cresceram, se expandiram e, ao mesmo tempo, deram forma e motivação ao movimento.

A questão do vocabulário nas narrativas próprias dessas mulheres do movimento de moradia se constitui como central para o estudo da cidade, transformação do trabalho e suas relações com a propriedade. Existe uma forte inter-relação entre o movimento e as narrativas dos seus integrantes, que são partes de discursos preexistentes. Nesse sentido, conhecer as narrativas desses agentes implica em identificar suas raízes e seus componentes precedentes.¹¹⁸ Sobre esse mote, Ginzburg afirma: “O problema, no meu entender, não é entender o ‘conhecimento localizado’, mas tomá-lo como ponto de partida e ir além dele em busca de uma comunicação possível, em busca de um conhecimento [...]”.¹¹⁹

A consciência política esta ligada à vida cotidiana dos sujeitos e pode ser considerada fruto do dia-a-dia dos indivíduos.

Essas mulheres, paulatinamente, estão se percebendo como sujeitos históricos que constroem e reconstróem suas identidades. A identidade é uma representação/ação que pode ser compreendida como a própria identificação. Não esta pronta, mas se fazendo, em um contínuo processo de identificação nas associações, bem como nas ações de resistências coletivas frente às políticas públicas de habitação e nos projetos do movimento de moradia.¹²⁰

¹¹⁶ MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Brasília: CDS/UnB Garamond, 2000. p.131.

¹¹⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.47.

¹¹⁸ SANDOVAL, S. A. “Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.” In: SPIK, Mary Jane (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. p.59-74.

¹¹⁹ GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. Campinas: UNESP, p.299.

¹²⁰ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.84.

Como objeto de estudo, a *identidade* possibilitou o entrecruzamento dos saberes da História Cultural, da Política e da micro-história, problematizando a diversidade do conceito na vida cotidiana. Nessa perspectiva, “[...] a identidade é tomada como um conceito que inclui a dimensão consciente e uma dimensão inconsciente, buscando articulação entre as histórias individuais e a dos grupos”.¹²¹

Percebi que a participação cotidiana fez emergir novas formas de convivências e experiências, que tentam alterar as regras instituídas, não no sentido amplo de uma transformação plena nos valores, mas na aplicação de alguns comportamentos, como o trabalho como pedreiras, historicamente masculino¹²² “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.”¹²³

Durante os trabalhos nas associações, muitas mulheres deixaram a casa e os seus filhos aos cuidados dos maridos, que, por meio da experiência cotidiana, acabaram por encarar como natural a divisão das tarefas domésticas. A experiência cotidiana desempenhou, portanto, a função de direcionar a vontade individual.¹²⁴

Esses sujeitos históricos, em suas lutas para estabelecer condições de moradia digna, encontraram a possibilidade de questionar suas vidas e de se disporem a um engajamento individual e coletivo que ressignificou suas identidades.

O princípio da identidade refere-se à concepção do indivíduo em relação à sua identificação com o seu grupo e, ao mesmo tempo, à percepção das suas diferenças perante os outros acerca dos conflitos de interesses. Foi um princípio de oposição.

O conceito de consciência está ligado ao engajamento do comportamento social relativo ao interesse de classe e interesse pessoal. A compreensão acerca das ações individuais e coletivas diz respeito também ao repertório disponível de ações possíveis e à legitimidade atribuída a essas ações por seus atores. O estudo da consciência política sem um exame cuidadoso da percepção de ações coletivas seria incompleto na medida em que falha em ligar visões sociais a alternativas comportamentais possíveis e implícitas em situações específicas de relação de poder. (SANDOVAL,1999, p.59)

¹²¹ POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” In: ESTUDOS Históricos: Memória. nº.3. São Paulo: Vértice/ FGV, 1989. p.15.

¹²² THOMPSON, E. P. Op. cit. p.30.

¹²³ Ibidem. p.10.

¹²⁴ ARIETE, Marisa Altomare. *Mulheres em Movimento: a participação feminina na luta dos encortçados pela cidadania em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo, PUC-SP, 1998. p.98.

A consciência política, por sua vez, refere-se às ações politizadas do sujeito, mesmo ele não tendo consciência dessa dimensão.

Nas entrevistas (nos anos da pesquisa do doutorado e em 2016), com “não-lideranças” residentes no Jardim Apuanã, o termo “*luta*” apareceu, mais freqüentemente, para designar as dificuldades do cotidiano, especialmente aquelas relacionadas à falta de trabalho e moradia, e não como uma estratégia de organização ou mobilização.

Ante as dificuldades de encontrar emprego, de pagar aluguel e de prover a subsistência da família, esses trabalhadores utilizaram, em seus enunciados, o termo *luta* para fazer referência a tudo aquilo que foram obrigados a enfrentar no cotidiano para viverem dignamente, enfatizando sempre o conteúdo de sonho e esperança de uma vida melhor.

A consciência política, nesse caso, apareceu sob a percepção social da vida rotineira, marcada por características específicas, isoladas e ainda distantes de uma identificação coletiva de busca dos direitos e das obrigações de cidadania.

A identidade coletiva foi processada no interior do grupo, que se agregou por razões políticas, num processo de significados de construção do “*eu*” para o “*nós*”.¹²⁵

A base da identidade do sujeito e o universo simbólico construído têm suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence. Crenças e valores encontram-se ligados à espontaneidade da vida cotidiana, o que permite alienação e comodismo dos sujeitos devido à não racionalidade das práticas diárias e da segmentação a que estão subordinadas.¹²⁶

Outro aspecto que apareceu em várias narrativas refere-se à crença na potencialidade das ações individuais ou coletivas das lideranças como instrumentos eficazes de promoção social. Nesse aspecto, as percepções de justiça e injustiça estavam presentes na forma como os integrantes das associações do movimento percebiam os arranjos sociais em relação aos atores

¹²⁵ PRADO, Marco Antonio. “Ações coletivas e psicologia política: uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais.” *Revista Psicologia Política*. São Paulo, jan. de 2001. p.149-172.

¹²⁶ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

considerados por eles e nas ações coletivas promovidas para corrigir as injustiças. A experiência subjetiva dos sujeitos históricos na vida cotidiana abria, dessa forma, caminhos para a percepção do contexto social em que se inseriam e dos fatores que necessitavam de transformação.

A análise da participação política das mulheres do movimento de moradia nas associações, nos partidos e na administração pública envolve a questão da consciência e da participação política, bem como as subjetividades e identidades individuais e coletivas, pois por meio dos processos vividos por elas pode-se verificar o entrelaçamento dessas categorias. Muitas dessas mulheres se transformaram em lideranças, em “mulheres de luta”, criando e recriando condições para tornar as relações entre os indivíduos mais justas.

A identidade do líder se construía no campo do coletivo, no interior do grupo de referência, nas atividades cotidianas; ele seria um ator social e singular. A cada situação vivenciada a sua identidade passava entre os espaços individual e coletivo em que estava inserida.¹²⁷

A seleção do líder se produziu no jogo e no exercício da luta pelo poder. O lugar do líder era o do poder, um campo de tensões, disputas e conflitos de interesses.¹²⁸

As líderes, na maioria de seus discursos, apareceram como organizadoras do movimento. Seu papel era fruto do longo processo de luta, que, inclusive, lhe reservaria o lugar de representante do grupo perante o Estado e outras associações.

A maioria das lideranças que coordenaram e ainda coordenam as reuniões aproveitou o espaço para discutir a casa, a vida familiar e a divisão sexual do trabalho.

Nesse processo, realizaram a analogia entre a vida doméstica, problemas locais e a mundo do trabalho.

Referência Bibliográfica

ARENDRT, H. O que é política? Rio de Janeiro, Berthand Brasil, 1999.

ARIETE, Marisa Altomare. *Mulheres em Movimento: a participação feminina na luta dos encortçados pela cidadania em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo, PUC-SP, 1998. p.98.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

¹²⁷ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976. p.47.

¹²⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958. p.385.

- ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Relatório nº3 - Jardim Apanã*. São Paulo, s/d. p.25.
- ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.45*. São Paulo. s/d. p.3.
- ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.40*. São Paulo, s/d. p.1.
- ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TERRA DA ZONA NORTE. *Documento nº.4. Projeto Apuanã*. São Paulo, 2000. p.6.
- BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BERGER, P.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.228.
- BECERRIL, Pe. Vidal Enrique. *Cartilha da Pastoral da Moradia: O processo construtivo por Mutirão*. São Paulo, 1989. p.45.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. vol.2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.19-32.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.55.
- DEL PRIORI, Mary. "História das Mulheres no Brasil." In: GIULANI, Paola C. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. São Paulo: Contexto, 1997.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976. p.47.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.
- FOUCAULT, Michel. "Deux essais sur lê sujet et lê pouvoir." In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Um parcours philpsophique au dela de L'objectivité*. Paris, Gallimard, 1984.
- GONÇALVES, Betânia Diniz. *Participação e Consciência Política: Análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), São Paulo, PUC-SP, 2005.
- GINZBURG, Carlo. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. Campinas: UNESP, p.299
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Minas Gerais: UMG, 2002. p.89.
- HERJACK ENGENHARIA S/C LTDA. *Boletim nº.4*. São Paulo, 2006(b). p.1.
- JORNAL DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. nºs.05 e 60. São Paulo, 2003 a 2016 (respectivamente). p.3 e 12.
- LOPES, João Marcos de Almeida; ALMEIDA, Luis Fernando de; FELIPE, Joel; BONDUKI, Nabil G. *Habitação Popular: Mutirões buscam apoio técnico dos Arquitetos*. Projeto Design nº.165. São Paulo, 1993. p.60-64.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.
- MARICATO, Ermínia; ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p.112.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Crítica e Interpretação*. São Paulo: EDUC, 2002. p.31.

- MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Brasília: CDS/UnB Garamond, 2000. p.131.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PRADO, Marco Antonio. “Ações coletivas e psicologia política: uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais.” *Revista Psicologia Política*. São Paulo, jan. de 2001. p.149-172.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil -1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p.197.
- SANDOVAL, S. A. “Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.” In: SPIK, Mary Jane (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. p.59-74.
- SÃO PAULO (Município). Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo - Resolo. Documento nº.67. São Paulo, 2005. p.1, 3 e 5
- PETRINI, J. Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” In: ESTUDOS Históricos: Memória. nº.3. São Paulo: Vértice/ FGV, 1989. p.15.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.47.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.54.

Mulheres, jornalistas, guerreiras

A atuação de jornalistas brasileiras em coberturas de conflitos

Autora: Denise Paiero, com apoio de Letícia Marques

As mulheres ocupam 62% das vagas em redações e assessorias de imprensa brasileiras, segundo o Censo de 2010 do IBGE. O mesmo processo de ampliação da presença feminina no jornalismo é observado em vários países do mundo.

Mas nem sempre foi assim. No final do Séc. XIX muitas das europeias que se “aventuravam” na profissão precisavam fazê-lo à sombra, se escondendo atrás de pseudônimos masculinos, para que pudessem ocupar espaços destinados aos homens nas redações. Lucas (2012, online) aponta a jornalista Jerusa Granda como uma das pioneiras no jornalismo e conta:

Jesusa Granda, con su nombre y su apellido en femenino, es la primera mujer que perteneció a una asociación de prensa en España, la de Madrid. Era el año 1895, época en la que, ocultas tras seudónimos disuasorios o de masculinidad, como

fuera Fernán Caballero, las mujeres iban alcanzando en la sombra techos que se lucen hoy algo más accesibles.

Já no Brasil, a inserção a mulher no jornalismo caminhava a passos ainda mais lentos e entramos no Sec. XX tendo as redações como espaço unicamente masculino. Segundo José Hamilton Ribeiro:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servir para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO, 1998, p. 31).

Segundo Casadei (2011) foi na imprensa alternativa que as jornalistas brasileiras encontraram espaço para o desenvolvimento do seu trabalho. Jornais e revistas, que variavam suas linhas editoriais entre os que reforçavam a imagem das mulheres como mães e donas de casa e os que seguiam a defesa dos, ainda incipientes, direitos da mulher passaram a ser redigidos e editados por mulheres já no final do Séc. XIX. De forma geral, segundo Casadei, os textos dessas publicações não eram assinados

A profissionalização das mulheres também era alvo de preconceitos, bem registrados, por exemplo, em um artigo como o intitulado “O Eterno Feminino”, publicado na Revista Ilustrada, em 1886, em que se diz que sua esfera de ação profissional deve ser ampliada, mas não muito. “E que a mulher não deve se intrometer em lutas políticas” (apud BUITONI, 1981: 18), dando a dimensão da luta empreendida por essas mulheres periodistas do século XIX. (CASADEI, 2011, p. 3)

Se a mulher, durante muito tempo, não foi considerada capaz de exercer o jornalismo, o que dizer de uma de suas vertentes mais perigosas: a cobertura de conflitos armados? A entrada nesse mercado foi ainda mais lenta. Uma das primeiras correspondentes de guerra foi Clare Hollingworth, conhecida por ter sido a primeira a noticiar o evento que deu origem à II Guerra Mundial, em 1939 ao *The Daily Telegraph*.

Hoje, o que percebemos é que apesar de as redações estarem gradualmente sendo tomadas por mulheres e de a presença feminina estar crescendo em coberturas de conflitos pelo mundo (segundo relatório da ONG International News Safety Institute – INSI - de 2010, quase 45% dos jornalistas enviados a situações de violência armada naquele ano eram mulheres), de forma geral, nas redações brasileiras, a presença de mulheres em cobertura de guerras ainda pode ser considerada exceção. Por aqui, a profissão ainda é, muitas vezes, encarada com desconfiança quando exercida por mulheres. Dentre os argumentos (alguns deles um tanto machistas, obviamente) dos que questionam a presença de mulheres em áreas de conflito estaria uma suposta fragilidade feminina e as dificuldades que a mulher teria para trabalhar em ambientes tão hostis. Os riscos de sofrerem, além da violência comum aos jornalistas homens, também violência sexual seria um outro argumento. Além disso, considerando-se algumas das áreas mais perigosas do mundo, como o Oriente Médio, as mulheres teriam, segundo esses mesmos argumentos, mais dificuldades para exercerem seus trabalhos, pois tratam-se de países bastante machistas e com culturas muito diferentes da nossa.

É sobre essas questões que esse artigo se debruça. Buscamos aqui responder: de fato há especificidades na atuação de mulheres jornalistas em áreas de conflito? E, se sim, de qual ordem elas seriam? Para isso, pesquisamos um pouco da história do jornalismo de cobertura de conflitos e, mais importante, ouvimos três jornalistas brasileiras que atuam ou atuaram cobrindo conflitos armados dentro e fora do Brasil. Elas são Jéssica Santos, jovem jornalista que atua na cobertura de manifestações de rua e de eventos que costumam ter confronto entre manifestantes e a polícia, Thea Rodriguez, jornalista especializada em conflitos no Oriente Médio, que cobriu conflitos na Faixa de Gaza e a também jovem mas já veterana Patrícia de Campos Melo, repórter especial da Folha de S. Paulo, atuou cobrindo as principais guerras deste século. Com este artigo, pretendemos ajudar de desmistificar a imagem do trabalho de mulheres jornalistas em conflitos armados e, quem sabe, estimular mais mulheres a seguirem os passos de nossas três entrevistadas.

1. A cobertura de conflitos

O Fim da Guerra Fria trouxe e evidenciou uma série de outros tipos de conflitos armados. Com a queda do Muro de Berlim e o esfacelamento da antiga União Soviética, os debates ideológicos entre EUA e URSS foram substituídos por conflitos de natureza étnica e

religiosa que afloraram com mais força e outros, já anteriormente existentes, que também passaram a receber os holofotes da mídia. Segundo Mary Kaldor (2007), neste período de caos social, econômico e político, surgem as facções e/ou milícias que vão guerrear com o Estado e entre si pelo poder. (KALDOR, 2007, p. 34- 40,).

Esta nova guerra caracteriza-se pela impossibilidade de se distinguir entre beligerantes e não-beligerantes, pelo confronto bélico em meio aos civis, por fronteiras nacionais dissolvidas e pelo fim do Estado como único financiador do conflito. Surgem daí as chamadas economias paralelas - o mercado negro de diamantes, petróleo e armas, por exemplo, passam a ser grandes fontes de dinheiro para o prolongamento da guerra (KALDOR, 2007, p.43). As batalhas dessas chamadas “novas guerras” passam a acontecer não mais em fronteiras delimitadas e, muitas vezes longe das cidades. Agora não se tem mais dois lados claramente identificáveis, não se sabe mais quem é civil e quem é militar. E é nesse ambiente que atuam os correspondentes de guerra. Não sem motivo, o jornalismo de conflitos é considerado uma das profissões mais perigosas do mundo.

Segundo relatório publicado em 2013 pela ONG Repórteres sem Fronteiras até o final daquele ano a Guerra na Síria já havia deixado 60 “fornecedores de notícias” desaparecidos e outros 110 mortos. Em relatório de novembro 2014, o Comitê Para Proteção dos Jornalistas (CPJ), com sede em Nova York, informou que 70 jornalistas haviam perdido a vida naquele ano. A grande maioria em áreas de conflito armado no Oriente Médio. Ainda segundo A CPJ, os anos de 2011 a 2014 foram os que tiveram mais mortes de profissionais de imprensa desde que o Comitê começou a realizar a contagem anual, em 1992.

Outro relatório da ONG Repórteres Sem Fronteiras aponta que, em 2015, 67 jornalistas morreram no exercício da sua profissão. Muitos deles atuando em áreas de conflitos. Síria, Iemen e Sudão do Sul aparecem entre os países onde mais mortes aconteceram. A França apareceu em terceiro lugar devido ao atentado contra a redação do Charlie Hebdo, ocorrido naquele ano. Também em 2015 chamaram a atenção as mortes de duas jornalistas mulheres.

Dados da RSF indicaram ainda que, em 2015, 54 jornalistas foram sequestrados – alta de 34% na comparação com 2014. Os reféns estavam principalmente na Síria (26), no Iémen

(13), no Iraque (10) e na Líbia (5); enquanto os presos estavam sobretudo na China (23), no Egito (22), Irã (18) e na Turquia (9).

2. A cobertura de conflitos no Brasil

As chamadas “Jornadas de Julho” de 2013 trouxeram à tona uma tendência no Brasil: a retomada das ruas das grandes cidades como espaços de manifestações públicas. Desde os episódios que sacudiram o país em 2013 – quando mais de um milhão de pessoas saiu simultaneamente às ruas para protestar, motivadas primeiramente pelo aumento no preço das passagens de ônibus e, depois, pelas mais variadas demandas – o número de protestos aumentou consideravelmente, bem como a visibilidade dada a eles pela imprensa.

Simultaneamente ao aumento no número de protestos nas ruas, cresceram também as ocorrências de conflitos entre manifestantes e policiais. Aliás, a violência policial teria sido, conforme pesquisas que realizamos anteriormente (PAIERO, 2014, online), um dos motes para o inesperado crescimento das manifestações de junho de 2013.

Dos protestos contra aumento das passagens às manifestações de professores por reajustes salariais, passando pelas manifestações contrárias ao Impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, inúmeros foram os protestos que terminaram marcados por episódios de confronto entre manifestantes e policiais. No meio de todo esse verdadeiro cenário de guerra, jornalistas desempenham seus trabalhos e, por vezes, acabam sendo vítimas da violência tanto de policiais, quanto de manifestantes. Segundo a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), ao menos 9 jornalistas foram feridos por policiais durante apenas uma das manifestações contra o aumento do preço das passagens de ônibus em São Paulo em 2013. Um deles foi o jornalista Sérgio Andrade que perdeu a visão atingido por uma bala de borracha na PM durante a cobertura da manifestação. Outro caso muito comentado foi do fotógrafo Alex Silveira, atingido em 2014 por uma bala de borracha da PM ao cobrir outra manifestação. Emblemático também foi o caso da jornalista Giuliana Valone, da Folha de S. Paulo, atingida no olho durante manifestação em 2013. A imagem da repórter com o rosto ensanguentado foi estampada na capa do próprio veículo para o qual ela trabalhava e acabou se tornando símbolo da violência contra jornalistas nas manifestações.

E não é apenas a violência policial que transforma a cobertura de conflitos no Brasil em uma profissão perigosa. Muitas vezes, jornalistas são hostilizados e mesmo agredidos fisicamente pelos próprios manifestantes. Os últimos anos foram marcados por uma série de atos violentos cometidos – propositalmente ou não – pelos manifestantes contra jornalistas. O mais conhecido foi a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade. Santiago morreu depois de ser atingido na cabeça por um rojão enquanto cobria uma manifestação em 2013, no Centro do Rio de Janeiro. Os responsáveis foram dois manifestantes que afirmaram não ter tido a intenção de atingir o repórter. De qualquer forma, propositalmente ou não, o fato é que dezenas de jornalistas foram agredidos e sofreram consequências de atos cometidos por manifestantes durante protestos recentes no Brasil. Segundo o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Estado de S. Paulo, a violência contra jornalistas no Brasil cresceu muito desde 2013. Em 2015 foram 137 casos, 20% deles em São Paulo", disse Paulo Zochi, presidente do Sindicato à época.

3. Mulheres em áreas de conflito

Retomando aqui a questão que norteia este trabalho e diante do exposto nas páginas anteriores, voltamos à pergunta: mulheres que trabalham em cobertura de conflitos estão mais expostas a riscos ou a maiores dificuldades que os homens ao exercerem os mesmos trabalhos?

Uma das questões que sempre vêm à tona quando pensamos em mulheres atuando em áreas hostis é que elas são muito mais propensas a sofrerem violência sexual. Um dos casos que exemplificam esse risco é o da repórter estadunidense Laura Logan, que ao cobrir os protestos no Egito em 2011 foi espancada e sofreu violência sexual praticada por vários homens. Salva por um grupo de mulheres Laura carregou durante muito tempo o trauma pelo que passou no Egito. A história de Laura trouxe à tona os riscos aos quais as mulheres estariam sujeitas nessas situações.

Levando essa questão da violência sexual em consideração, antes mesmo do ocorrido com Laura, o

Institute News Safety de 2010 perguntou a 31 mulheres, com experiência de mais de 12 anos em cobertura de guerra, quais os principais problemas enfrentados por elas em um cenário de guerra. Assédio sexual, assédio moral, dificuldades para lidar com a vida pessoal e os filhos foram alguns dos pontos das 51 perguntas do questionário: Mais de 82% relataram agressão física ou intimidação, enquanto cobriam o conflito. 55,2% relataram abuso sexual, 6,9% disseram ter sofrido ameaça de abuso sexual, 34,5% relataram abuso físico, e 41,4% disseram que sofreram abuso mental. 7,4% relataram ter sido tomado como refém. (BROTTO; MASSON; SARAIVA, 2012. P. 4)

No entanto, ainda segundo as pesquisadoras,

As entrevistadas da pesquisa do INSI afirmaram que não se viam em maior perigo nem mais prejudicadas em relação aos homens, mas confessaram que já sofreram muitos abusos morais e sexuais. Em seus pedidos à ONG no preparo de um novo curso de treinamento, elas incluíram “aulas adicionais de auto-defesa, cursos de reciclagem em ambiente hostil, cursos específicos para lidar com ameaças físicas e sexuais, incluindo discussões abertas com colegas do sexo masculino de sensibilização para esta questão e aulas sobre os costumes e idiomas locais” (Ibidem)

Essa busca das jornalistas por mais treinamento e pela discussão do seu trabalho com outros colegas aponta para seu interesse em permanecer na atividade, bem como para a vontade de estarem preparadas para lidar com as situações em que elas eventualmente tenham uma dificuldade maior por serem mulheres. No entanto, a visão preconceituosa sobre a suposta fragilidade feminina faz com que, em casos de violência contra a jornalista que cobre conflitos a culpa seja até mesmo atribuída à vítima.

Em artigo sobre o que aconteceu com a jornalista Logan no Egito, ANCHIETA (2011, p.02) aponta que em redes sociais e em comentários de jornalistas veteranos, Logan foi apontada como culpada pelo que lhe aconteceu. Frases relacionando o fato de ser mulher com o perigo iminente a colocaram em condição de responsável pela violência que sofreu. Até a cor do seu cabelo loiro foi citada como fator que poderia prejudicá-la, pois a faria parecer “insinuante”.

Os dados aqui apresentados mostram o quanto o profissional de jornalismo, seja ele do sexo masculino ou feminino, se expõe durante a cobertura de um conflito. E isso não impede que as mulheres, embora ainda sejam minoria no exercício dessa profissão, a

exercem com altíssimo nível de profissionalismo. Para entender como se dá essa atividade na prática, conversamos com três jornalistas brasileiras que atuam em coberturas de conflitos. Assuntos como assédio moral e sexual, violência policial e vida pessoal foram abordados durante nossa conversa com elas. A seguir, reproduzimos em forma de depoimentos, trechos das entrevistas realizadas pela estudante de Jornalismo Letícia Marques com as três jornalistas, especialmente para este trabalho.

a) Thea Rodriguez

Thea Rodriguez é Jornalista formada em 2009 pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Comunicação dos Conflitos Armados e Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona desde 2012. Tem experiência em jornalismo internacional como correspondente e enviada especial. Alguns temas de estudo e investigação desenvolvidos por ela: Apátridas e refugiados, as vítimas mais vulneráveis dos conflitos; a Bolívia de Evo Morales e os conflitos separatistas; A questão palestina no Esporte; As negociações de paz das Farc. Com a palavra, Thea:

O meu primeiro contato com o conflito foi quando eu ainda estava na faculdade, e fui para a Bolívia. A primeira sensação que eu tive foi muito boa em relação à solidariedade dos outros jornalistas. Rolou naquele momento uma parceria, ou seja, não tinha ninguém competindo, todos estavam lá com uma causa parecida. Apesar dos furos, o trabalho era recíproco e muito tranquilo nesse sentido. Por outro lado, eu era a única mulher, eu senti uma facilidade por ser mulher, das pessoas me atenderem com mais prontidão no geral. O que era bom para o meu trabalho, mas como pessoa, eu me sentia meio invadida, alguns entrevistados chegavam e perguntavam se eu queria jantar com eles. Esse assédio, que eu considero leve, acontecia naquele momento, mas eu soube conduzir a situação para conseguir o que eu precisava, sem ter de me envolver de qualquer forma. No final, passada essa experiência na Bolívia, eu acabei ganhando alguns amigos e fontes.

Esse é um meio muito masculino, eu sei que as pessoas em geral e até mesmo os jornalistas olham e falam: “O que essa mulher está fazendo aqui?”. Eu já ouvi essas perguntas: “Nossa, mas o que você está fazendo aqui? Por que você está aqui?”. A eles eu sempre respondo: “Pelo mesmo motivo que você, a gente tem o mesmo interesse, a mesma profissão”.

Eu senti mais assédio, aliás, sofri um assédio moral muito pesado na redação aqui no Brasil, com o meu chefe. Eu tinha de cobrir a Palestina e fiz ótimos contatos lá. Um dos homens do governo me convidou para voltar para o evento que ia ter lá e pediu para eu selecionar mais cinco jornalistas comigo pelo mundo para essa cobertura. Quando fui falar com o meu chefe, ele virou um demônio, ele ficou muito enciumado de eu conseguir aquilo e ele, com anos de profissão, nunca ter conseguido. A partir daí virou um inferno. E isso tem a ver com eu ser mulher, porque ele provavelmente acreditava que é muito mais fácil assediar moralmente uma mulher que um homem. De alguma forma eu estava sendo melhor que ele, e ele não aceitavam isso. Ele não falava mais comigo, não me mandava e-mail. Isso tornou meu trabalho muito mais difícil. Ele me mandava fazer traduções enquanto eu tinha que fazer várias entrevistas importantes e nesse processo de assédio moral eu fiquei grávida. E passei toda a minha gravidez sendo assediada moralmente.

A meu ver, o assédio externo é muito mais administrável. Você escuta cantada, o cara te convida para jantar, diz que eu você é muito bonita. Isso sempre existe com entrevistado e em qualquer lugar onde trabalhei, infelizmente. Mas é muito mais fácil você se desvencilhar disso. Querendo ou não, isso é um absurdo porque a mulher está acostumada a sair dessas situações, isso é feio. De alguma maneira a gente aprende muito cedo a ser mulher e a lidar com esse tipo de pessoa, a gente não deveria aprender isso. Infelizmente, é assim que acontece. Mas o problema foi quando começou a ser interno, com uma pessoa com quem eu trabalhava diariamente. Quando se tem uma pessoa te assediando todos os dias é muito mais difícil.

Além disso, às vezes quando eu conseguia uma matéria ou uma pauta muito boa, ele não elogiava e dizia que estava muito bom. Ele apenas perguntava: “Como você conseguiu isso?”, insinuando que eu tinha feito alguma coisa a mais para conseguir aquilo e não por mérito próprio, não aceitando o sucesso feminino. Eu nunca tive uma chefe mulher, eu sempre tive chefe homem, e isso foi difícil.

Eu fui para a Faixa de Gaza e conheci várias pessoas de culturas diferentes, vi muitas delas mortas. Mas o que me causou problemas, que me trouxe o ataque de pânico, foi o assédio moral de um único homem que não aceitava meu sucesso.

Jéssica Santos

Jéssica Santos é Jornalista formada pelo Mackenzie em 2008. Trabalhou no site de notícias Rede Brasil e no jornal Diário de S. Paulo. Além do jornalismo diário também colaborou com o jornal Brasil de Fato e com coletivos na cobertura de conflitos urbanos. Cobriu as Jornadas de Junho, atos contra a Copa do Mundo e Operações policiais na região da Cracolândia. Atuou em campanhas eleitorais e assessoria de imprensa parlamentar. Suas principais áreas de atuação são com movimentos sociais, cidadania, política e cultura. Vajamos o que Jéssica nos contou:

Comecei a cobrir manifestações porque a empresa jornalística onde eu trabalhava me mandava para essas pautas. Mas como sempre me interessei por esses assuntos, mesmo depois que saí da empresa continuei cobrindo manifestações de rua por conta própria. Na verdade, desde a faculdade eu vi que eu gostava da rua. No trabalho eu sempre pedia para ir às manifestações, porque era uma coisa que eu gostava e tinha mais experiência.

Por isso, o que mais cobri foram conflitos de rua. Cobri manifestações do MPL (Movimento Passe Livre), protestos de servidores na frente da Prefeitura de São Paulo, principalmente na gestão de Gilberto Kassab. Cobri ainda manifestações de professores, Marcha da Maconha, operações da Polícia na Cracolândia, reintegração de posse de imóveis e ocupações de prédios.

Já fui agredida também. Uma vez, fui tentar impedir os funcionários do Metrô de baterem em um jornalista que era meu amigo. Quando eles me viram gritando, me bateram e me empurraram.

Aliás, uma das minhas maiores preocupações ao cobrir conflitos é a proteção. Uso capacete, me preocupo em como converso com a PM. Quando estou na manifestação como jornalista e começa a repressão e o corre-corre, largo os equipamentos e tento ajudar as pessoas a saírem daquilo, porque as pessoas, em geral, não têm muita noção, nem sabem aonde fica a “rota de fuga” (para onde correr e se salvar).

Por sem mulher, tomo algumas precauções. Ao trabalhar, procuro usar roupas mais sociais, enquanto os homens usam roupas do dia-a-dia. Em pautas com políticos, é comum o uso de roupas sociais por mulheres para que os políticos principalmente nos respeitem e nos deem atenção. Se você não estiver arrumada alguns nem olham na sua cara. Alguns políticos, assediam jornalistas.

Em geral, nas manifestações, como eu sou alta, nunca tive grandes problemas com homens, porém sempre estou acompanhada de jornalistas homens, principalmente fotógrafos.

Em uma operação na Cracolândia, um guarda Civil Metropolitano me parou e perguntou o que eu estava fazendo ali sozinha. Também na Cracolândia, eu e minha amiga, que estava grávida de seis meses, tivemos de ficar por pouco tempo, porque nós não aguentávamos o quanto os homens estavam nos encarando.

Já dentro da redação, parece que os homens se respeitam entre eles. Mas quando a colega é uma mulher, ocorre sim diferenciação, tanto entre colegas, quanto com os chefes.

Apesar de tudo, sempre que posso estou indo às manifestações, é uma coisa que eu gosto e sempre vou gostar de fazer.

c. Patrícia de Campos Melo

Patrícia de Campos Melo é Repórter especial da Folha de S. Paulo. Foi correspondente nos EUA e escreve sobre política e economia internacional. Cobriu vários dos principais conflitos armados deste século, além de fazer matérias sobre a epidemia de Ebola na África. Aqui, ela fala sobre sua experiência:

Trabalhar na área de conflitos é difícil, porque é muito complicado obter informações confiáveis e é mais importante do que nunca ouvir os dois lados. Há duas enormes dificuldades na cobertura de conflitos: acesso ao local e às informações. É muito difícil chegar até a linha de frente, hospitais, etc. e chegar à verdade é mais difícil ainda.

Cobri a Guerra do Afeganistão (2009); a Guerra da Síria (2015 e 2016), o Estado Islâmico no Iraque (2015 e 2016), os refugiados na Turquia e a repressão a jornalistas e curdos (2015 e 2016), a epidemia de Ebola em Serra Leoa (situação de emergência, não de conflito 2014 e 2015), os atentados de 11 de Setembro em NY (2001), Guantánamo (2009 e 2013), e a perseguição de muçulmanos na Índia (2014)

Já passei por muitas situações marcantes. Na guerra da Síria eu conheci um casal maravilhoso de refugiados que tinha se apaixonado pela internet e resolvido voltar para a Síria. Quando eles voltaram, a cidade deles, Kobani, foi invadida pelo Estado Islâmico. E eles resolveram ficar para defender a terra deles. Estão lá até hoje e nos tornamos muito amigos. Em Serra Leoa, conheci um menino que tinha perdido a família inteira, 12 pessoas, para o Ebola. E ele não conseguia dormir à noite. As pessoas o evitavam, não acreditavam que ele estava curado. Na Turquia, conheci um menino sírio que tinha sido atingido por uma bomba em Aleppo e ficara paraplégico. Ele ia enfrentar um bote de borracha para tentar atravessar da Turquia para a Grécia, porque era o único jeito de buscar um tratamento.

Esse tipo de trabalho foi uma consequência do que eu vinha fazendo. Comecei na editoria de Cidades, onde fazia muitas coberturas ligadas à saúde e à polícia. Depois transferei um ano da USP para a Universidade do Texas em Austin e aí começou minha experiência internacional. Depois disso, fui correspondente – bolsista na Alemanha em 1998. De lá, fui para o Valor e depois para o Estadão, onde passei a fazer várias matérias internacionais, na Índia, China, Japão. E em 2006 fui para Washington ser correspondente, e fiquei lá 4 anos e meio.

Dependendo do lugar onde trabalho, tenho de tomar algumas providências por ser mulher. Às vezes, eu me cubro com véu e roupa preta. Foi assim no Afeganistão, na Líbia e em alguns locais do Iraque e da Síria. Ser mulher às vezes nos coloca exigências a mais, mas nada que já tenha atrapalhado meu trabalho. Por exemplo, quando entrevistei salafistas na Líbia, tive de me cobrir inteirinha e os entrevistados nem sequer olhavam para mim e ficavam a uma boa distância, de costas, porque não podem ter contato com mulher.

Nunca sofri violência, mas ouvi piadinhas machistas, na maioria das vezes, vindas de ocidentais, e não de gente do local.

O maior aprendizado que trago disso das minhas experiências é a perspectiva para entender a magnitude dos problemas, privilégio de poder se colocar no lugar dos outros e entender, ainda que parcialmente, o que eles passam

Considerações finais: Por mais Jéssicas, Patrícias e Theas

A crescente demanda por informações sobre conflitos – sejam internacionais, em razão do aumento de guerras e suas consequências pelo mundo, sejam nacionais – em boa parte por causa da retomada recente das ruas do Brasil pelos manifestantes – tem exigido também que um maior número de jornalistas se dedique a esse trabalho. Dentro e fora do Brasil cresce, simultaneamente, a preocupação de entidades que defendem profissionais de imprensa com a segurança desses repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. E não é sem motivo, como bem mostram os diversos números de violência contra jornalistas destacados neste trabalho.

Nesse cenário, observamos que, a despeito do que acontecia em um passado recente, em muitos países, o crescimento no número de mulheres que atuam na cobertura desses eventos já é realidade. Infelizmente, esse ainda não é o caso do Brasil, onde a cobertura de conflitos é delegada prioritariamente a homens.

Como apontaram nossas três entrevistadas, ouvidas para este trabalho, de forma geral, as jornalistas brasileiras que “ousam” encarar esse espaço prioritariamente masculino por aqui, ainda encontram dificuldades.

No entanto, a despeito do que pode fazer crer o senso comum, que aponta para a suposta “fragilidade feminina” como característica que dificultaria a presença de mulheres nessa atividade, nossas entrevistadas foram unânimes ao afirmar que o maior problema está exatamente no olhar machista que a sociedade, no Brasil, costuma lançar sobre elas.

Thea Rodriguez, Patrícia Campos Mello e Jéssica Souza afirmam que o fato de serem mulheres nunca foi motivo para impedi-las de ir atrás de seus fontes, de buscar a notícia, de apurar os fatos, seja onde for. Elas também são unânimes, porém, ao afirmar que o machismo é dificultador do seu trabalho. Patrícia fala em piadas machistas que já teve de ouvir de ocidentais – e não, também como o senso comum poderia esperar – de suas fontes em países muçulmanos radicais. Thea já se acostumou a ouvir “cantadas” de suas fontes e sofreu um pesadíssimo assédio moral por parte do seu chefe, que não admitia uma mulher ofuscando sua própria imagem. Jéssica precisa se vestir de forma mais séria que seus colegas do sexo masculino, para ser respeitada e sente um certo desprezo por parte dos colegas de redação – exatamente por ser mulher. Ou seja, a violência maior, o diferencial da sua ação em relação aos colegas homens não está em campo. Está no machismo cotidiano, muitas vezes dentro de próprio espaço onde elas trabalham, ou nas fontes que elas precisam ouvir.

Episódios que vão de piadas machistas, aparentemente – só aparentemente – inocentes, até um caso extremo de assédio moral. Assédio sexual aberto ou velado e a exigência de comportamentos diferentes dos que se exigem dos homens fazem com que a rotina dessas profissionais seja um pouco mais difícil do que poderia ser.

Porém - e felizmente, as situações aqui relatadas não fizeram com que elas parassem. Ao contrário, elas foram adiante. Também felizmente, percebo que o que prega o senso comum não desanima candidatas a esse trabalho. Como professora de Jornalismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie há mais de dez anos, noto que o interesse das meninas, estudantes de jornalismo, pela cobertura de conflitos é tão grande ou até mesmo maior que os dos meninos pela mesma área. Tem sido comum nos últimos anos que as garotas já cheguem ao curso porque querem exatamente trabalhar com cobertura de guerras. Outras passam a se interessar pela área já durante a faculdade. Diante desse cenário, torço para que cada vez mais “Jéssicas”, “Patrícias”, “Theas” e tantas outras mulheres enveredem também por essa área do jornalismo e façam desse espaço uma área de trabalho mais democrática e diversa!

Referências Bibliográficas

ANCHIETA, Isabelle. *Violência Contra a Beleza da Mulher*. Observatório da Imprensa; 2011. Disponível em <http://isabelleanchieta.blogspot.com.br/2011/03/r.html>. Acessado em 10/11/2016.

BROTTO, Victória; MASSON, Fernanda; SARAIVA, Mariana. *Relação entre gênero e cobertura jornalística de conflito armado: a situação da jornalista brasileira nas zonas de conflito*. Trabalho de conclusão de Curso de Jornalismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CASADEI, Elisa. Revista ALTERJOR *A inserção das mulheres no Jornalismo e a imprensa alternativa*. Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo. Ano 02– Volume 01 - Edição 03, Janeiro-Junho de 2011

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS - FENAJ (Brasília) (Org.). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*. 2017. Edição: maria José Braga.

Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio_fenaj_2016.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

GLOBO, O. *Insi: Brasil é o 8º país mais perigoso para jornalistas*. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/insi-brasil-8-pais-mais-perigoso-para-jornalistas-3666380>> Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

INSTITUTE, International News Safety; AGENCY, Swedish International Development Co-operation. *Woman Reporting War-Summary of preliminary survey on safety issues faced by females in the news media who in area of conflict*. London, 2010. Disponível em <http://www.newssafety.org/images/stories/pdf/programme/wrw_finalreport.pdf>.

KALDOR, Mary. *New and Old Wars – a Organized Violence in a Global Era*. 2ª ed. Cambridge: Stanford University Press, 2007.

LUCAS, Angeles. *Las periodistas de hace 100 años*. Disponível em http://elpais.com/elpais/2012/03/09/mujeres/1331296789_133129.html. Acessado em 24/03/2017.

PAIERO, Denise. *Protestos no Brasil: da retomada das ruas em 2013 ao #naovaitercopa*. Trabalho apresentado no Congresso do Centro de Investigação Media e Jornalismo. Lisboa, 2014.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (Brasil) (Org.). *Balanço dos jornalistas mortos no mundo 2015*. 2015. Disponível em: <https://rsf.org/sites/default/files/rsf_2015-part_2-po_0.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, Paula Melani. *A Profissionalização no Jornalismo e o mercado de trabalho para mulheres no Estado de São Paulo*. *Revista Jurídica Eletrônica UNICOC*, número 02, outubro de 2005.

O DESAFIO AINDA NÃO ACABOU: NÓS, MULHERES, AINDA PRECISAMOS LUTAR MUITO

Por
LENIZE VILLAÇA¹²⁹
LUISA FRAGÃO¹³⁰

¹²⁹ Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e professora do curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

¹³⁰ Aluna de graduação do curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

INTRODUÇÃO

A área de jornalismo, assim como todas as áreas das Ciências da Comunicação, sofreu profundas modificações na teoria e na sua aplicação nas últimas décadas devido à influência de novos recursos eletrônicos, tais como o computador e a Internet. Conseqüentemente, mudanças foram e continuam sendo exigidas na prática profissional, pois as necessidades de informação dos leitores, ouvintes e telespectadores se renovam a cada dia. Mas, mais do que tecnologia, o jornalismo enfrenta um novo desafio: o da igualdade de gêneros. Homens e mulheres não só devem ter o mesmo salário como também as mesmas oportunidades.

Nesse contexto, a proposta do presente texto é mostrar a história de mulheres jornalistas e o cotidiano no ambiente de trabalho, para uma possível identificação de como o mercado de trabalho se portou no passado e, atualmente, em relação aos seus direitos e cargos.

No Brasil, pesquisas sobre as questões envolvendo gênero tem se ampliado a cada ano. No entanto, ainda há muito a ser feito:

A Ipsos¹³¹ ouviu pessoas de 24 países para elaborar o relatório Global Advisor, focado nos temas do feminismo e igualdade de gênero. Os resultados mostraram que a situação das brasileiras é preocupante: 41% das entrevistadas no País confessaram ter medo de se expressar e de lutar pelos seus direitos. Esse percentual é bem maior do que a média global, que ficou em 26%. As mulheres do Brasil ficaram atrás apenas das indianas (as mais receosas em brigar pelos seus direitos, com 54%) e das turcas (47%). (SACCHITIELLO, 2017, online)

Interessante notar que mesmo em países cujas questões sócio-econômicas semelhantes em vários aspectos com o Brasil, como no caso da Índia, ainda assim, nós brasileiras temos mais medo que elas em ir atrás dos nossos direitos. E o mesmo efeito acontece em um país muçulmano, como a Turquia, em que surpreendentemente, as mulheres lutam pelos seus direitos, mas do que nós brasileiras, mesmo com a liberdade religiosa que existe hoje em nosso país.

Na outra parte da pesquisa da Ipsos, os dados se apresentam mais alarmantes ainda para as brasileiras, pois, ainda, 19% dos homens entrevistados acreditam na inferioridade feminina e, pasmem, 14% das entrevistadas se consideram inferiores aos homens:

Apesar de estarmos na segunda década do século XXI, ainda há, em todo o mundo, pessoas que acreditam que as mulheres são inferiores aos homens. No Brasil, 19% dos homens acredita na inferioridade

¹³¹ Instituto Ipsos é uma empresa de pesquisa e de inteligência de mercado do mundo. Fundada na França, está presente em 87 países, incluindo o Brasil.

feminina – e algumas mulheres concordam com eles. Segundo a pesquisa da Ipsos, 14% das entrevistadas mulheres disseram que se consideram inferiores aos homens. Na média, o percentual geral (homens e mulheres) que concordaram com a questão no Brasil foi 16%. No mundo, essa fatia foi de 18%. Entre os entrevistados pela pesquisa em todo o mundo, 17% disseram que a mulher não deveria trabalhar fora de casa para poder cuidar unicamente da casa e da família. No Brasil, o índice de pessoas que aprovam essa ideia foi um pouco menor: 15%. (SACCHITIELLO, 2017, Online)

E a educação é que teve um papel importantíssimo nesse despertar, pois a ida para escolas formais e não mais o ensino individualizado, ela passaram a ter uma nova noção social e perceberam que podiam ser muito mais que donas-de-casa, esposas *full time*, ou excelentes cozinheiras e bordadeiras.

E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever (DUARTE, 2003, p. 153).

A importância deste artigo se justifica pelo próprio paradoxo encontrado nesta introdução. Ao mesmo tempo em que mulheres do século XX começam a perceber o seu papel na sociedade e a lutar por isso, paradoxalmente um século depois, ainda temos mulheres que se acham inferiores aos homens e outras mulheres que concorda com isso.

E com esse cenário ainda preconceituoso e frágil, onde muitas pessoas ainda distinguem mulheres, achando-as inferiores ou incapazes, que resolvemos desenvolver a pesquisa a seguir, para mapear dentro da área da Comunicação, como as mulheres têm vivenciado seu dia a dia. Considerando o aspecto bastante amplo do tema, optamos pela realização de entrevistas, além do apoio de pesquisas bibliográficas e *sites* na Internet que possibilitaram perceber os rumos que a questão de gênero tem tomado. Para contextualizar e exemplificar essa realidade foram, então, realizadas três entrevistas com mulheres jornalistas do meio esportivo, para saber de cada uma suas percepções de como é ser mulher e exercer a função profissional nesta área.

A PROFISSAO QUE LIBERTA A MENTE

Mas, antes de mostrar o que nossas entrevistadas nos contaram, vale recordar que se hoje temos avanços, mulheres começaram a “acordar” e protestar contra a opressão e discriminação no meio do século XIX e começo do século XX, o que muitos autores definem como a primeira onda do feminismo.

No Brasil, bem como em vários países latino-americanos, a exemplo do Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações aparecem já na primeira metade do século XIX, em especial através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das idéias feministas naquele momento (COSTA, 2005, p. 11).

E nesse contexto, destacamos Narcisa Amália de Campos, nascida em 1852 no Rio de Janeiro, filha de poeta e professora, a primeira mulher no Brasil a se profissionalizar como jornalista, com artigos a favor da Abolição da Escravatura, defensora da mulher e dos oprimidos.

Aos 20 anos, escreve “Nebulosas”, poemas de exaltação à natureza, à pátria e de lembranças da infância da “jovem e bela poetisa” (...). Muda-se para a Capital e dedica-se ao magistério, e em 13 de outubro de 1884, funda um pequeno Jornal Quinzenal, “o Gazetinha”, suplemento do Tymburitá que tinha como subtítulo, “folha dedicada ao belo sexo”. (FENSKE, 2015, online)

É importante destacar que a imprensa exerceu um papel fundamental na informação das mulheres como um todo, como também se tornou a partir da década de 1940, um local de trabalho, uma profissão a ser exercida, ou como radialista¹³² ou como jornalista¹³³.

Somente em 1969 é que teríamos um novo e arrojado projeto de gênero, a **Radio Mulher**, paradoxalmente pensada e realizada por um homem:

Pelas mãos do araraquarense Roberto Montoro, hoje com 86 anos, o estigma começou a mudar. Em 1969, Montoro comprou a rádio Santo Amaro AM e a transformou, no ano seguinte, em Rádio Mulher. Se os estádios eram para homens, o 930 AM era feito inteiramente por mulheres para mulheres. “Tratava-se de uma rádio muito à frente de seu tempo”, lembra Claudete Troiano, hoje apresentadora do programa *Santa Receita*, da TV Aparecida, de Aparecida (SP). “Até a

¹³² O profissional de Radialismo tem como atividades a de administração, produção e técnica em empresas de radiodifusão. E, como funções a de diretor, narrador ou locutor de programas, entre outras.

¹³³ O profissional de Jornalismo é quem busca, investiga, redige e transmite notícias, por meio dos meios de comunicação como jornais, revistas, internet, televisão, rádio etc.

técnica de som era mulher, inclusive ela puxava metros de fio no gramado como os homens”. (DUARTE, 2015, online)

A Radio Mulher marcou a história da radiodifusão e deixou nomes marcantes, como o de Claudete Troiano, Germana Garilli, Jurema Yara, Leilah Silveira e Zuleide Ranieri, entre outras. Mas o projeto durou somente até em 1976, quando terminou por falta de patrocínios. Somente sete anos depois, em 1983, é que voltamos a ter uma mulher com função expressiva no segmento do jornalismo esportivo de rádio e televisão, Regiani Ritter, que recebeu um convite para cobrir folgas de repórteres na cobertura dos clubes paulistanos pela Radio Gazeta.

A grande maioria me recebeu muito bem, mas alguns me olharam com ironia e sarcasmo no início e, com o tempo, com ódio. Ironia e sarcasmo porque eles pensavam: ‘Mais uma que vem e passa’. E o ódio porque não passei e fiquei. (RITTER In: PORTAL MIDIA ESPORTE, 2014, online)

Como vimos, diversos fatores foram responsáveis pela tardia entrada da mulher no mundo do esporte, no mercado de trabalho, e também no jornalismo esportivo. As principais causas para esse atraso são os estereótipos de gênero, tais como a ideia de que o papel da mulher é de cuidar exclusivamente dos filhos, que esporte – e principalmente futebol – não é assunto para elas e, a mulher com cargo alto na empresa, utilizou a sexualidade para estar ali. Todos esses discursos rebaixam a mulher e desmerecem seu esforço ao longo dos anos. Mas, será, que já existe um reconhecimento do quanto se lutou para a conquista de um espaço profissional que também lhe pertence? É o que descobriremos a seguir.

NOSSAS ENTREVISTADAS: PROFISSIONAIS DE ONTEM E HOJE

Para se obter essas respostas, dividimos a metodologia em levantamento bibliográfico físico e online e, também, a realização de entrevistas fechadas e diretivas, que poderiam ser realizadas presencial ou virtualmente. A primeira ocorreu em áudio em setembro de 2016 com Zuleide Ranieri, 70 anos, mais conhecida como Zuzu Ranieri, considerada a primeira mulher a narrar grandes partidas de futebol no Brasil, há 40 anos. Como citado anteriormente, Zuzu integrou o projeto da Rádio Mulher, mas, antes passou

pela Rádio Cacique, de Santos, e Piratininga, de São José dos Campos. Junto com as demais repórteres da Rádio Mulher, ela entrou para a história do jornalismo esportivo tanto por sua competência quanto por ser uma mulher exercendo sua profissão em um meio tão machista, em plena década de 1970. Em 2015, Zuzu foi homenageada pela equipe do Museu do Futebol na exposição *Visibilidade Para O Futebol Feminino*, na Sala Dança do Futebol. O acervo está digitalizado e encontra-se disponível para pesquisa no local.

A segunda entrevistada foi realizado por mail com Gabriela Montesano, de 28 anos, repórter da TV Audax - Canal oficial do Grêmio Osasco Audax, clube de futebol de cidade de Osasco – em julho de 2016. Formada em jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, turma de 2011, Montesano trabalhou no jornal Lance! e na TV ESPN Brasil, mas foi na TV Audax que estreou como repórter e comentarista. Quando começou a estudar jornalismo, ela já sabia que gostava muito de esportes, mas ficou em dúvida se tentava essa área por temer o estereótipo de que mulher não entende muito de esportes. Porém, quando iniciou o estágio, viu que teria que aliar essas duas coisas: paixão e profissão.

Por fim, temos a jornalista Mayra Siqueira, também de 28 anos, que também foi entrevistada via email em outubro de 2016. Ela é repórter e âncora da Rádio Globo/CBN São Paulo, cobrindo grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo, Taça Libertadores da América, Campeonato Brasileiro e torneios esportivos em geral. Mayra chegou a estagiar na Globo.com e na revista Trivela. Além de Jornalismo, ela também é graduada em História e é ex-nadadora profissional. Mayra foi eleita a melhor repórter de rádio em 2016 pelos internautas do Torcedores.com. Começou a pensar em seguir carreira no jornalismo esportivo por volta de 2009, com seu primeiro estágio na área, na revista e site Trivela. Ela, que sempre foi ligada em esportes, foi começar no primeiro trabalho na área para não querer mais sair.

O DIA A DIA DA PROFISSAO NA VISAO DELAS

Quando questionadas se já passaram por alguma situação ruim e constrangedora no trabalho unicamente por serem mulheres, Mayra e Gabriela respondem que é algo comum. De ataques virtuais que tentam desmerecer as palavras e opinião da repórter, por ser uma mulher “que não entende nada de futebol”, até dificuldades de se aproximar de uma fonte, exemplificando uma situação comum que as mulheres passam, independente da área. Gabriela enfatiza que situações assim ocorrem frequentemente. De acordo com ela, todas as semanas tem alguma história de machismo. Já, para Zuzu, que viveu uma época diferente do jornalismo esportivo, havia sim um

certo preconceito por ser mulher e estar no meio esportivo, principalmente por torcidas adversárias. Era a torcida que falava palavras de ordem para ela por ser mulher.

(...) existia um certo preconceito, sim. Principalmente torcidas adversárias. Quando a gente narrava um gol do Palmeiras, e o Corinthians estava perdendo, ouvia um “ah, vai pra casa! Vai lavar louça”. Mas dos colegas repórteres nós não tínhamos muito preconceito. O Faustão dava muita força, Milton Neves, Vanderlei Nogueira, todos eles davam muita força para as nossas repórteres. Na cabine, onde eu ficava, recebia muito apoio do Mauro Pinheiro. Recebi muita força do Zé Paulo de Andrade, que tá até aí hoje com um programa. Recebia muito apoio de todos eles. (...)eu acredito e vejo que hoje existe mais preconceito do que naquela época. Hoje tem muito mais machismo, muito mais cantadas. Aquela época era um respeito absoluto, jogador algum cantava qualquer pessoa da equipe, e eram meninas bonitas, mas eles tinham o maior respeito. Acho que hoje existe mais preconceito do que naquela época.

O desmerecimento e assédio que as três vivenciaram e/ou vivenciam em suas carreiras é reduto de um pensamento machista, retrógrado e conservador que ainda existe na sociedade, manifestado de diversas formas. Na opinião de Zuzu, o preconceito aumentou comparando com o que vivenciava antigamente, mesmo com a mulher conquistando mais espaço no mercado de trabalho hoje em dia.

Mayra já passou pela situação de jogadores a ignorarem em campo e pararem na pessoa seguinte para dar entrevista. “Você aprende a se posicionar e não ser passada pra trás. Felizmente vejo que vai diminuindo conforme mais mulheres ocupam esses espaços.”

Algumas situações são comuns e se repetem ainda, infelizmente. Ataques virtuais, que tentam te desmerecer e desmerecer suas palavras e opinião apenas por ser mulher (a primeira vez foi justamente em 2009, na época da Trivela), ironias, comentários jocosos... Além da dificuldade de se aproximar de uma fonte, especialmente no meio do futebol, por ser mulher - existe a tênue linha de ser apenas profissional e de confundirem as coisas. Com o tempo a gente se acostuma e se blinda, mas não quer dizer que deixe de agredir.

Com relação aos colegas de trabalho, a situação é ainda pior. Mayra vê o pior preconceito nesse lado, principalmente por serem pessoas esclarecidas, que convivem e observam o trabalho das mulheres na área, e que ainda assim questionam e colocam à prova os métodos ou conhecimento das colegas.

Vejo o pior preconceito como o deles. Pessoas esclarecidas, que convivem e observam o trabalho das mulheres da área, e que ainda

assim questionam e colocam à prova os métodos ou conhecimento das colegas. É inadmissível e absurdo passar do pressuposto que uma informação ou opinião de uma mulher possa ser mais questionável do que qualquer outra pessoa. Mas, sim, acontece. Comentários velados e desconfiança são comuns.

E ainda acrescenta que a mulher tem que se mostrar duplamente eficaz para ser reconhecida nesse ambiente de trabalho:

Eu acho que todo mundo tem que mostrar eficiência de qualquer forma, sempre fui muito dedicada em qualquer coisa que me dispus a fazer, mas, sendo mulher especialmente na área do futebol, você precisa se provar e criar seu nome duplamente. O respeito não vem de forma natural, mas ele chega para quem tem competência. O importante é sempre se proteger de possíveis ataques, não esmorecer a cada porta fechada, e manter sua postura firme.

Por vezes, “deduzem” que ela ocupa o cargo pelo *sex appeal* e não pela competência.

Acontece, porque jogador tem uma ideia de que toda a mulher que tá nesse meio também faz parte de algo que eles consideram "que eles podem tentar". Jogador tem uma coisa que não sabe dizer muito “não”, eles não se contentam com a ideia de que você não quer dar muita abertura para algumas situações. Sem contar outros que ainda questionam assim “ah, mas quem será essa repórter?” se você está lá é porque alguém pegou você, aconteceu alguma coisa desse tipo. A mulher tem que mostrar um pouco mais do que o homem que é capaz. Pensam que ela vai fazer alguma pergunta idiota ou então tá lá porque alguém colocou, porque é bonitinha, então não te dão o devido valor. Acho que é só questão de tempo, com o tempo eles conseguem entender melhor. Mas logo de cara, tem muito preconceito. Não só de jogador, como também de comissão técnica que te olha com outros olhos e não acreditam que você pode fazer esse trabalho.

E isso também foi levantada por Gabriela, como se sente sendo mulher e trabalhando em um meio ainda predominantemente masculino, como o esportivo:

Não vou dizer que acontece diariamente, mas talvez semanalmente. Isso acontece muito, porque as pessoas não te levam muito a sério, não só as pessoas do jornalismo, como também comissão técnica, jogador... É um meio um pouco chato de lidar, porque não acreditam muito na sua capacidade, eu sinto isso. É difícil. Hoje eu acredito que eu consigo conquistar em alguns lugares, mas têm outros que não sei como seria se eu fosse. Como eu comento jogos, a gente chega em um lugar para fazer uma transmissão, aí tem um monte de

gente lá para acompanhar e perguntam “ah, mas você vai comentar o jogo?”. Aí eu falo “é, vou comentar”. Aí eles falam “mas você entende mesmo?”, sabe? O tipo de pergunta de quem não acredita que você é capaz.

Comentários velados e desconfiança são comuns, observa Gabriela:

É, eu acredito que a mulher tem que se preparar 10 vezes mais do que o homem. Não só nesse ramo, mas neste específico porque ainda tem muita desconfiança com o trabalho da mulher. Eu lembro uma vez de um episódio que me marcou um pouco, eu estava fazendo um jogo da base, lá em Piracicaba, estava lá no estádio, e eu estava fazendo reportagem de campo nesse dia. E eu lembro que a torcida inteira do 15 ficou gritando o jogo inteiro pra mim “gostosa!”. Não tem como você responder, mas ao mesmo tempo você pensa que não quer ficar calada, então eu acho que tem momentos que temos até que ignorar, porque não vale a pena. Isso só um exemplo, eu daria muitos outros.

Gabriela nunca presenciou uma situação do tipo com as pessoas que trabalha, mas diz saber que isso acontece em muitos lugares. Ela percebeu comentários desmerecedores e de assédio quando foi trabalhar com televisão. “As mulheres tendem a ir para a parte de apresentadora, tem que ser bonitinha”, em uma ideia de que a mulher precisa aliar as duas coisas, beleza e competência (no caso da televisão, a beleza em muitos casos vem antes da competência). E ainda destaca que lutou por essa quebra de paradigma nos lugares em que trabalhou:

Não, com o pessoal que eu trabalho isso nunca aconteceu. Mas sei que isso acontece em muitos lugares, porque as mulheres tendem a ir para a parte de apresentadora, tem que ser bonitinha. O que aconteceu comigo no começo, antes de eu mostrar que eu poderia comentar e fazer alguma coisa um pouco diferente, não que eu seja uma pessoa mal arrumada, eles citaram assim “ah, essa menina é boa, ela fala bem e comenta bem, mas ela precisa se arrumar um pouco mais, né? Tem que usar mais vestido, arrumar mais o cabelo, detalhes assim”. Aí eu falei, “não eu não tenho necessidade disso, o que importa é eu fazer bem o meu trabalho”. Ainda existe essa ideia de que a mulher precisa aliar as duas coisas, a competência com a beleza.

Por fim, Gabriela Montesano toca em um assunto delicado, mas que consta da roda de fofocas ou do imaginário de muitos, a que você ocupa um determinado cargo pelo seu *sex appeal* e o uso dele para proveito próprio:

Acontece, porque jogador tem uma ideia de que toda a mulher que tá nesse meio também faz parte de algo que eles consideram “que eles podem tentar”. Jogador tem uma coisa que não sabe dizer muito “não”, eles não se contentam com a ideia de que você não quer dar muita abertura para algumas situações. Sem contar outros que ainda

questionam assim “ah, mas quem será essa repórter?” se você está lá é porque alguém pegou você, aconteceu alguma coisa desse tipo. A mulher tem que mostrar um pouco mais do que o homem que é capaz. Pensam que ela vai fazer alguma pergunta idiota ou então tá lá porque alguém colocou, porque é bonitinha, então não te dão o devido valor. Acho que é só questão de tempo, com o tempo eles conseguem entender melhor. Mas logo de cara, tem muito preconceito. Não só de jogador, como também de comissão técnica que te olha com outros olhos e não acreditam que você pode fazer esse trabalho.

Por conta disso, as três concordam que um dos desafios da mulher nessa área é ter que se mostrar duplamente mais eficiente, unicamente por conta do gênero. É necessário provar para aos outros, tanto para a equipe de trabalho quanto para os entrevistados, de que você realmente domina o assunto, já que o respeito não vem de forma natural. “Se você olhar para a TV hoje, você vê que quase todas que trabalham têm certo padrão que tem algo bem visto. Tem muitas meninas competentes, mas tem muitas que são escolhidas por conta da aparência, isso acontece muito.”, ressalta Gabriela.

E O FUTURO DOS JORNALISMO PARA AS MULHERES?

Ao serem questionadas sobre o futuro do jornalismo esportivo para as mulheres, as respostas são animadoras. Todas enxergam mudanças, isso inclusive em seus respectivos tempos de carreira na área.

Para Mayra Siqueira:

Vejo mudanças, sem dúvidas! Tive a sorte de começar em uma geração que já tinha benefícios do espaço conquistado por mulheres anteriores incríveis! Ainda tem muito chão pela frente, é evidente, mas cada vez se torna mais comum e menos surpresa ver uma mulher na nossa área. Ainda carecemos de mulheres na posição de comentaristas, mas confio que essas barreiras também vão caindo aos poucos. Repórteres mulheres já tivemos várias, e bastante competentes. Não tenho pressa. Sei que caminhamos para que gênero simplesmente não tenha a menor relevância nessa profissão...

Gabriela Montesano, também enxerga uma luz no fim do túnel:

Ah, eu acho que tá mudando, aos pouquinhos. Como as mulheres vêm se unindo fora desse meio, as mulheres estão muito unidas também nesse meio, e tem cada vez mais mulher trabalhando e buscando conhecimento pra poder provar pros homens que elas conseguem. Acho que estamos muito unidas, lutando por isso e mostrando o nosso trabalho. Eu vejo que dá pra melhorar sim, acredito que desde quando a gente começou até hoje, as coisas já mudaram um pouco, principalmente por conta dessa união das mulheres. Antes as mulheres eram um pouco divididas, também por uma questão de ego, não sei, mas hoje em dia não, eu vejo as meninas bem unidas, ajudando bastante e acredito que ainda dá pra gente melhorar bastante, vai aos poucos, né. Não é nada que muda do dia pra noite, mas eu vejo um progresso

E para Zuzu: “Recebo muitos telefonemas e mensagens de alunas que as vezes me pedem entrevista ou material e falam que elas têm medo das entrevistas, mas elas têm que ter coragem”.

Hoje, muitos benefícios já foram conquistados e muito mudou desde a época de Zuzu até os dias atuais, mas ainda tem muito pela frente. Gabriela também vê que muito já foi conquistado, graças a união das mulheres e ascensão dos movimentos feministas. A união que se vê fora do ambiente de trabalho, quando as mulheres estão nas ruas protestando por seus direitos, isso reflete em diversas outras áreas. Opinião similar à de Mayra que já percebe muitos avanços na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte foi uma das ferramentas para a emancipação feminina. Graças à crescente participação da mulher nesta área, em especial praticando modalidades que eram consideradas exclusivas para os homens, foi possível enfraquecer um dos estereótipos de gênero de “sexo frágil”. Com essa maior inserção da mulher no mundo do esporte, também foi possível o início de um protagonismo no jornalismo esportivo. Foi primeiro concedendo entrevistas e depois fazendo reportagens, que a mulher cresceu e apareceu no mundo do esporte. De praticantes a informantes, o número de mulheres jornalistas cobrindo esportes só vem aumentando. Mas isso não quer dizer que elas não enfrentem mais resistência, preconceito e desmerecimento. Muito pelo contrário, tudo

isso ainda ocorre e a diferença da presença de homens e mulheres em empresas de comunicação e/ ou na redação da área de esportes ainda é grande.

O artigo apresentado tem a intenção de contribuir com as discussões existentes sobre a questão de gênero. Ainda existem poucas mulheres narrando partidas de futebol. A lista do “Canal 500” dos melhores locutores esportivos não incluiu uma mulher, por exemplo, e aí está um dos focos da resistência do machismo. Outro exemplo disso é o fato da TV Globo não incluir mulheres apresentando programas de esporte no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, mesmo divulgando que todas iriam ter esse espaço em 2017.

Percebe-se que os veículos midiáticos, em especial a televisão e o rádio, permanecem com estruturas retrógradas e machistas, que ainda estão presos em padrões de gênero e discursos arcaicos.

A percepção que obtivemos da mulher no jornalismo esportivo, depois de conversar com pessoas que estão na área, é que existe um preconceito que é manifestado de diversas formas. Na desconfiança da capacidade da mulher aos comentários machistas disparados por torcida, equipe técnica e colegas de trabalho. Ocupar um lugar que antes eram exclusivos do mundo masculino é uma tarefa difícil. Requer o pensamento de que muito já foi feito, mas ainda há obstáculos e discursos a serem desconstruídos.

A mulher dos anos 1970, que ingressava na área, parecia estar extasiada com a oportunidade e, por isso, não conseguia perceber e problematizar situações machistas que também passava. Um exemplo disso é o da Rádio Mulher que, de fato, foi importante na época por ser composta só de mulheres, narrando partidas de futebol e adentrando em um universo que antes era exclusivo aos homens. Porém, muitos comentários eram voltados a atributos físicos dos jogadores, uma transmissão que não deixava de incorporar estereótipos de gênero e que, de certa forma, reproduzia os mesmos pensamentos machistas de sempre.

Zuzu com certeza fez história ao ser pioneira nas transmissões de futebol por mulheres e isso abriu portas para tantas outras jornalistas, como Mayra e Gabriela. No cenário de agora, com a efervescência dos movimentos feministas, a tendência para o futuro é de continuar essa expansão da mulher por espaço e reconhecimento.

Na época em que estava na Radio Mulher, Zuzu passou a usar o bordão: **“uma mulher a mais no estádio, um palavrão a menos”**. Ela conta que pensou nisso para ficar mais sóbria a participação da mulher no esporte e que até conseguiu patrocínio da prefeitura de São Paulo.

Mas como a gente ia comprar tantas flores para dar para cada mulher no Pacaembu? Muitas mulheres iam ao estádio. Resolvemos entrar em

contato com o prefeito daquela época e a prefeitura cedeu vários caminhões de flores. Em uma tarde que jogava Palmeiras e Corinthians no Pacaembu, nós dividimos a equipe toda, cada uma em um portão da entrada e cada mulher que chegava nós entregávamos uma rosa. Isso funcionou que foi uma beleza.

Talvez de uma ideia singela como esta ocorrida em pleno anos 1970, tenhamos um caminho a ser seguido por todos para a igualdade de gênero: respeito, simpatia, diálogo. Assim Zuleide Ranieri definiu seu momento na Rádio Mulher e é com muita esperança em um futuro mais digno e igualitário que Mayra Siqueira e Gabriela Montesano, seguem na profissão de jornalistas.

Com este artigo, não pretendemos esgotar o assunto. O trabalho de pesquisa realizado foi uma abordagem inicial que mostrou a importância do tema e poderá dar origem a novos debates e trabalhos acadêmicos que enriqueçam o conhecimento de todos acerca de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONHEÇA a trajetória da primeira jornalista de esportes do Brasil. **Portal Mídia Esporte**. São Paulo, 2014. Disponível em:

<http://www.portalmidiaesporte.com/2014/03/conheca-a-jornalista-regiani-ritter.html>. Acesso em: 14/02/2016.

COSTA, A. A. A. C. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p.9-35, 2005.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, M. Projeto sobre futebol feminino dá destaque para as pioneiras da Rádio Mulher. **Blog do Curioso**. São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://guiadoscuriosos.uol.com.br/blog/2015/05/18/projeto-sobre-futebol-feminino-da-destaque-para-as-pioneiras-da-radio-mulher>. Acesso em: 10/02/2016.

FENSKE, E K (pesquisa, seleção e organização). Narcisa Amália de Campos - poeta, republicana, abolicionista e feminista do século XIX. **Templo Cultural Delfos**, junho/2015. Disponível no link: <http://www.elfikurten.com.br/2015/06/narcisa-amalia-de-campos.html>. Acesso em:

FERREIRA, D. M. M. **Discurso feminino e identidade social**. 2ed. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

MEDINA, C. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982.

MONTESANO, G. Entrevista II. [9 jul. 2016]. Entrevistadoras: Luísa Fragão; Lenize Villaça. São Paulo, 2016. 1 arquivo .doc (email).

MUSEU do Futebol. **Acervo Zuleide Ranieri**, a Zuzu. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://futebofeminino.museudofutebol.org.br/teste/?p=1557>. Acesso em: 10/10/2015.

OS 10 MELHORES narradores esportivos do Brasil. **Canal 500 Notícias**. São Paulo, 14 julho 2016. Disponível em: <http://canal500.blogspot.com.br/2016/07/os-10-melhores-narradores-esportivos-do.html>. Acesso em: 31 julho 2016.

RANIERI, Z. Entrevista I. [14 set. 2016]. Entrevistadoras: Luísa Fragão; Lenize Villaça. São Paulo, 2016. 1 arquivo .mp3 (45 min.).

SACCHITIELLO, B. Desigualdade e opressão: os números do Dia da Mulher. **Meio & Mensagem**, São Paulo. 8 mar 2017. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2017/03/08/desigualdade-e-opressao-os-numeros-do-dia-da-mulher.html>. Acesso em 10 mar 2017.

SIQUEIRA, M. Entrevista III. [21 out. 2016]. Entrevistadoras: Luísa Fragão; Lenize Villaça. São Paulo, 2016. 1 arquivo .doc (email).

A Marta o que é de Marta

Profa. Dra. Selma Felerico ¹³⁴

¹³⁴Pós-Doutoranda em Comunicação no PPGCOM – ECA/USP; Doutora e Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP; Professora Pesquisadora Integral da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Membro do Grupo de Pesquisas Comunicação, discurso e poéticas do consumo do PPGCOM da ESPM; Pesquisadora do CAEPM; Membro do Grupo de Pesquisa: GERE- Grupo de estudos de Raça e Etnia. e-mail: sfelerico@gmail.com; 1142297@mackenzie.br

**«Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus»
(Mateus 22:21)**

O processo de civilização ocidental fez com que a ordem masculina fosse construída, estabelecida e, de modo contínuo, reproduzida, através dos tempos. Tal movimento foi fundamental para que a diferenciação fosse sobremaneira reforçada, no âmbito das relações sociais. Esta distinção, fez com que a mulher, desde os primórdios, fosse vista sempre como um ser “invisível”, no sentido de ser considerada desprovida, tanto de capacidade intelectual, quanto de capacidade física. Assim, coube ao sexo feminino saber cuidar da casa, procriar e fazer apenas o que o pai, no primeiro momento, e o marido, no segundo, quisesse

Dentro desse enfoque, busca-se, no presente artigo compreender o porquê da melhor jogadora de futebol brasileira, ter ocupado pouco espaço na sociedade brasileira, notadamente aqui no âmbito esportivo, quando se fala da mitificação dos gêneros e, assim, de sua invisibilidade no processo de reconhecimento midiático social. Destaca-se que tais relações estão perpassadas pelo poder e, via de regra, pela dominação masculina.

Quando tentamos pensar a dominação masculina, corremos o risco de recorrer ou nos submeter a modos de pensamento que são, eles próprios, produtos de milênios de dominação masculina. Queiramos ou não, o analista, homem ou mulher, é parte e parcela do objeto que tenta compreender [...] Por conseguinte, nosso primeiro imperativo deve ser descobrir uma estratégia prática que nos permita efetuar a objetivação metódica do sujeito da objetivação científica: um estratagema para revelar as estruturas do inconsciente arcaico. (BOURDIEU, 2007, p.13)

Isso tudo faz com que a mulher não compreenda, de modo objetivo e claro, o modelo que está reproduzindo e, bem assim, difundindo. E, em não percebendo que o homem se coloca como marco inicial de toda a vida em sociedade, ela é dominada. Há, desse modo, a incorporação e, por conseguinte, a assimilação de um pensamento da superioridade predominantemente masculina.

[...] a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2007, 45)

Em um contexto no qual a dominação masculina sempre faz as vezes, a mulher vê-se como um ser inferior, considerando que o discurso prático reforça a ideia da relação de dominação ser natural, e que o homem é o ser pensante do ambiente doméstico e social. Neste raciocínio, Bourdieu (2007, p. 82) confirma que “a dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos... tem por efeito colocá-

las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica”.

A Mulher no Esporte

O Esporte é fruto da evolução cultural da humanidade e sua evolução ocorreu por meio de diferentes tipos de brincadeiras, jogos, e esportes competitivos - estes últimos se distinguindo daqueles devido a submissão dos indivíduos à qualificação e à quantificação de resultados.

Hoje as mulheres se mostram tão competitivas quanto os homens e capazes também de realizarem grandes feitos nos esportes. A participação delas, no entanto, apresenta-se constituída de muito preconceito, principalmente na liderança esportiva, apesar de na atualidade o gênero feminino ter ultrapassado muitas barreiras. Os índices femininos nos grandes eventos internacionais estão se igualando aos homens, especialmente em esportes coletivos, como vôlei e futebol.

A história das mulheres no esporte e a polêmica sobre a participação esportiva feminina é tão antiga quanto a dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, onde os homens competiam nus e as mulheres eram proibidas até de assistir às competições. No primeiro item do regulamento Olímpico estava o veto às mulheres, que proibia a participação delas em qualquer modalidade. Vários séculos se passaram até que as mulheres comesçassem a conquistar o direito de praticar alguns esportes.

Na Grécia Antiga iniciaram-se as Panatéias, primeiras formas de Jogos Olímpicos. Era tido como festa religiosa, onde competidores se reuniam a cada quatro anos, em comemorações aos Deuses marcados por jogos e lutas, onde a participação da mulher era proibida, até como espectadora (OLIVEIRA et al, 2008, p.118).O motivo para a exclusão das mulheres na condição de atletas era justificada pela não condição física para desenvolver os esforços físicos que lá aconteciam. Quanto a questão das mulheres espectadoras também era proibido uma vez que o terreno até chegar aos locais de realização das provas era muito íngreme e, percorrê-lo exigiria muito esforço físico e afetaria de alguma forma o seu sistema reprodutivo (TUBINO, 1992)

Segundo GOELLNER (2003) o próprio Barão de Coubertin, um dos idealizadores dos jogos, era contrário à participação feminina por considerar que as mulheres poderiam vulgarizar esse terreno tão recheado de honras e conquistas. Apesar dos esforços em manter as mulheres fora das competições, cabe registrar que, em 1896, houve uma competidora extra-oficial na maratona.

Stamati Revithi, era uma mulher grega que correu a maratona de 40 km durante o verão de 1896 nos Jogos Olímpicos. Os Jogos excluía as mulheres da competição, mas Revithi insistiu para que ela fosse autorizada a correr. Revithi correu um dia após a corrida oficial apenas para homens, e apesar de ter terminado a maratona em cerca de 5 horas e 30 minutos e encontrado testemunhas para assinar seus nomes e verificar o tempo de execução, ela não foi autorizada a entrar no Estádio Panathinaiko ao final da corrida. (WIKIPEDIA , 2017)

Apesar de ser falado pouco da participação feminina na história do esporte ela existiu e protagonizou vários feitos durante essa trajetória. O fato de não serem notadas quando comparadas aos homens, não significa afirmar que não tenham existido ou que estiveram restringidas a determinadas atividades físicas. A história do esporte mundial se fez e se faz também pela participação feminina.

A participação das mulheres nas Olimpíadas teve uma longa e sofrida trajetória para chegar ao lugar onde está hoje, que apesar de não ser totalmente igualitário, já avançou muito desde os Jogos da Antiguidade. A igualdade nas modalidades veio somente há quatro anos, nas Olimpíadas de Londres, quando as mulheres conseguiram competir em todas as modalidades disponíveis (a última a entrar foi o Boxe).

A Mulher Brasileira e o Esporte

Na sociedade brasileira patriarcal do final do século XIX a mulher tinha o papel de mãe e esposa dedicada, propriedade do homem. Enquanto os meninos cresciam fazendo exercícios guerreiros, voltados para a força, à disciplina; as meninas faziam exercícios leves, condizentes com a procriação. Acreditava-se na natureza feminina e masculina, natureza essa construída pelas atitudes sociais e valores culturais, naturalizando os sistemas simbólicos e reforçando as construções preconceituosas e discriminatórias da prática esportiva.

A partir desta concepção, a educação física feminina foi ajustada com seu desenvolvimento reprodutivo. O desenvolvimento intelectual feminino não despertava importância (ao contrário, era desestimulado), visto que os médicos e teóricos sociais estavam convencidos de que a educação intelectual sobrecarregava as mulheres e roubava-lhes a energia de que a função reprodutora e o desenvolvimento físico necessitavam. O esporte ainda representava para a maioria uma agressão à sua feminilidade, muito embora, bem dosado, pudesse trazer benefícios para a sua função de reprodutora.

.As poucas mulheres que tinham acesso à prática de atividades físico-desportivas, na época considerada coisa de homem e restrita aos homens, eram

aquelas que pertenciam à elite e eram de famílias europeias que incentivavam a prática de esportes.

As mulheres continuavam vivendo dominadas pelo estereótipo da fragilidade; além da ginástica, praticavam atividades mais recomendadas para o sexo feminino como canto, declamação e dança, que auxiliavam no desenvolvimento das funções respiratórias e estimulavam a elegância. As esposas acompanhavam seus maridos nas competições de remo e turfe – os primeiros esportes no Brasil – e mais tarde, no final do século XIX, iniciaram sua participação no turfe e ciclismo.

Segundo os homens, os exercícios físicos eram praticados pelas mulheres para obter um corpo bonito e saudável, para que pudesse enfrentar a vida moderna e a maternidade. Por isso, esportes com o futebol ou halterofilismo eram tidos como prejudiciais ao desenvolvimento do corpo e do comportamento feminino.

Conforme GOELLNER (2003) ao corpo feminino excessivamente transformado pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo, são atribuídas características viris que não apenas questionam a beleza e a feminilidade da mulher, mas também colocavam em dúvida a autenticidade do seu sexo. Afinal, socialmente, o corpo e o comportamento da mulher são julgados, estigmatizando aquelas que ultrapassam os limites que convencionalmente lhe foram impostos. Portanto, se uma mulher não parece ser uma mulher é porque é um homem. Ou ainda, um homem pela metade.

Nos anos 1910, algumas poucas mulheres pioneiras, que tinham suporte familiar, praticavam o tênis, a equitação, o basquete, a natação, e muitas mulheres participavam como estimuladoras de torcidas. As brasileiras começaram a praticar esporte em clubes na década de 1920, este tipo de participação hoje, atingiu patamares especiais em todo o país.

Entre 1920 e 1930 apareceram as primeiras esportistas brasileiras. Maria Lenk foi uma delas, nadadora, que nos anos 1920 foi a primeira mulher brasileira que se destacou no esporte. Em 1932 nos Jogos Olímpicos de Los Angeles foi a primeira mulher a representar o Brasil numa competição olímpica. Até hoje, Maria Lenk continua nadando e batendo recordes. Além de brilhante atleta foi professora de Educação Física e se envolveu na organização de esportes no âmbito nacional.

Na Segunda metade do século XX, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro o primeiro evento esportivo exclusivamente feminino, que marcou o processo da emancipação da mulher brasileira no esporte, os Jogos da Primavera, que eram uma grande festa social, esportiva e estética da época. A fase pós Jogos da Primavera

alterou tabus, e em 1980 a jogadora de vôlei Isabel continuou atuando nas quadras até o quinto mês da gestação, provando que gravidez não é doença e que gestação e prática da atividade física podem caminhar juntas.

No ano passado, na Rio 2016, as mulheres brasileiras atingiram 44,9% dos atletas que disputaram as Olimpíadas: foram 209 mulheres e 256 homens. Algumas delegações, como a dos Estados Unidos e da China, trouxeram mais atletas mulheres do que homens para competir. Mas a história nem sempre foi assim

Muitas brasileiras ainda continuam fora da prática esportiva porque nossa sociedade ainda prega que a força, resistência, e competição são aspectos do homem. Mulheres atletas são consideradas muitas vezes masculinizadas, não apenas por seu corpo delineado, forte e com músculos, mas também pelas características psicológicas que carregam como, a determinação, a persistência, a busca de superação e o controle da dor.

A mulher no esporte: uma questão de gênero

Em vista disso e analisando o que vem ocorrendo desde os tempos antigos, percebe-se que as crianças nascem machos ou fêmeas da espécie humana “mas vão sendo criados, educados e moldados segundo aquilo que a sociedade considera próprio para meninos e meninas” (CANNABRAVA, 2005). A própria sociedade vem moldando esses seres e deixando com eles uma bagagem cultural de como ser e o que fazer. Ela distribui papéis para ambos os sexos e espera que estes os cumpram, considerando absurdos aqueles que tentam burlar essas regras.

Não se pode negar o fato de que existem diferenças entre homens e mulheres, mas é fundamental destacar que as mulheres estão buscando seu espaço e lutando pelos seus direitos, superando as dificuldades e preconceitos. Ainda falando sobre as diferenças biológicas entre homem e mulher, acredita-se que:

Vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis estereotipados para o masculino e o feminino, nos quais há sempre um desequilíbrio: o papel do homem é sempre mais valorizado do que o papel da mulher (CANNABRAVA, 2005).

Ao observar o cenário esportivo podem-se questionar porque existem pouquíssimas mulheres como treinadoras, como técnicas em grandes clubes ou até mesmo com treinamento de atletas de provas individuais? Já que a mulher provou ser tão competente no esporte quanto o homem, deve conquistar também seu espaço como

treinadora, dirigente, técnica, pois esse é um mercado de trabalho ocupado na maioria das vezes por homens.

Porque o destaque midiático de certos esportes serem apenas para homens? Porque o corpo da mulher não foi feito para esportes mais violentos? Preconceito e ignorância. As respostas aos estímulos do treinamento, ao exercício são basicamente as mesmas para o sexo feminino e masculino.

Necessita-se maior igualdade em relação ao profissionalismo feminino na área esportiva para a obtenção de uma sociedade mais justa, com mais oportunidades para o chamado sexo frágil. Por exemplo, enumeremos no Brasil o número de jornalistas, comentaristas e locutoras esportivas que conhecemos e veremos que a mídia esportiva pertence ao mundo masculino. A mulher é vista, analisada, comentada, classificada, mitificada ou não pelos homens aos quais, decididamente, não convém misturar sexo e esporte.

Pode-se ver que não é comum encontrá-las atuando e permanecendo como técnica de grandes equipes. Na maioria das vezes quando consegue um cargo como esse, é por ter um histórico já no esporte, por ter sido ex-atleta. O treinamento, assim como cargos de dirigentes, entre outros, está mais associado à figura masculina. Portanto, quando vão empregar esses profissionais, tendem a contratar um homem sem cogitar da inserção feminina.

A pouca representatividade de mulheres técnicas fortalece o entendimento de que o sistema esportivo cria e reforça um elo de gênero entre esporte e masculinidade, pois é sustentado por uma estrutura patriarcal, que enfatiza qualidades de domínio, agressividade, competitividade e risco, valorizadas tradicionalmente como características dos homens, desenvolvendo, por fim, a noção de que treinar atletas é tarefa para homens e não para as mulheres. (STAUROWSKY, citado por OLIVEIRA, 2007)

As mulheres utilizam-se da imagem que a sociedade criou, de que são belas, meigas, maternais, flexíveis, para permanecerem em ascensão no treinamento. Ou seja, estão usando as armas que podem para obter o seu lugar e permanecer nele GOELLNER (2003) . O estereótipo da maternidade é mais uma das muitas brechas utilizadas por elas para maior aproximação entre os atletas. Isso é mais um fator que diferencia o trabalho masculino e feminino nesse setor, pois pode-se perceber que a mulher tem um jeito mais carinhoso e compreensivo de tratar os atletas. Porém, não deixando de ter qualidades como: vitória, liderança, dedicação, competência, capacidade, determinação, amor pelo trabalho e disciplina.

Assim, se o esporte se traduz como um importante elemento para a promoção de uma maior visibilidade das mulheres no espaço público e se, ao longo da história do esporte nacional, houve a projeção de vários talentos esportivos femininos, vale registrar que essas conquistas resultam muito mais do esforço individual e de pequenos grupos de mulheres (e também de homens) do que de uma efetiva política nacional de inclusão das mulheres no âmbito do esporte e das atividades de lazer (GOELLNER, 2003, p. 97).

Do histórico permeado pelo preconceito, algumas mulheres acreditam ser natural essa reserva masculina no treinamento de equipes esportivas.

Mulheres, esporte e mídia

A mulher que se envolve no esporte está sujeita a sofrer os resultados de sua exposição pública. Além de discriminação, preconceito e insinuações estereotipadas, ela sofre muitas vezes com a falta de apoio da própria família, da sociedade e da mídia.

Ao falar-se da mídia, vê-se a diferença no número de aparições entre homens e mulheres. Ou seja, os homens aparecem muito mais em reportagens relacionadas com o esporte do que as mulheres. Se forem analisadas as aparições das mulheres na mídia, percebe-se que o que é destacado é a sua beleza e não o seu potencial ou seu rendimento. Dão ênfase a sua forma física, a comentários preconceituosos, insinuações sobre sua sexualidade, entre outros. Na verdade, a mulher é utilizada como garota propaganda de marcas, usada pela mídia para vender seu produto e não reconhecida pelo seu trabalho e sua competência no esporte.

Alguns fatores foram apontados pelos (as) atletas como causadores de prejuízos para as mulheres no contexto esportivo. Entre eles: o não reconhecimento do ser mulher atleta, ou seja, não ser reconhecida pelo seu desempenho dentro das quadras, mas pelo seu belo corpo; as relações sociais no esporte serem construídas em cima de valores sexistas, e a mulher atleta não poder viver dignamente através de seu trabalho no contexto esportivo. (PAIN e STREY, 2006)

No âmbito esportivo, a mulher não busca a aparição na mídia somente pela sua beleza, pelo seu corpo, mas sim pelo seu trabalho, esforço e resultado. Ela não quer ser vista como mulher-objeto, mas sim reconhecida por suas conquistas. Apesar de que, em algumas ocasiões elas tenham se submeter as estratégias dos patrocinadores para serem reconhecidas. Mesmo no jornalismo esportivo o papel da mulher não é diferente. Os homens são os comentaristas. Elas, as apresentadoras. As mulheres funcionam quase como enfeites. Quem dá a linha editorial da cobertura são os homens.

A mulher tem buscado mais conhecimento para justamente não ser julgada incapaz pelo sexo masculino, para assim poder igualar as oportunidades, mas isso

ainda tem sido um progresso lento. Mesmo quando está mais preparada para assumir um cargo importante, acaba na maioria das vezes, sendo substituída por um homem e devido a uma tradição sociocultural arraigada. Culturalmente não existe a visão de igualdade entre homens e mulheres e essa discriminação começa dentro do próprio ambiente familiar, onde tanto homens como as mulheres trabalham, mas as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos nem sempre são divididos. A presença masculina nos espaços decisórios é muito forte e as mulheres ainda são exceções.

Dessa forma observa-se que o preconceito continua forte nas quadras, nos estádios, em todos os lugares de atuação esportiva bem como no momento social atual.

As Escolhas de Marta

Marta Vieira da Silva mais conhecida como Marta é uma jogadora de futebol brasileira que atua como atacante. Atualmente, joga pelo FC Rosengård, da Suécia – nasceu em Dois Riachos, Alagoas, no dia 19 de fevereiro de 1986. Marta já foi escolhida como melhor futebolista do mundo por cinco vezes consecutivas, um recorde entre mulheres e homens – 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. Em 2015, ela se tornou a maior artilheira da história das Copas do Mundo de futebol feminino, com 15 gols e também se tornou a maior artilheira da história da seleção brasileira (contando a Masculina e a Feminina) com 101 gols. No dia 15 de março de 2017 Marta se naturalizou sueca, depois de 10 anos de residência no país escandinavo. A jogadora de 31 anos deixou o Brasil muito jovem, em 2004, para jogar em Umea. Sem considerar os pequenos intervalos em que atuou nos Estados Unidos e no Brasil, Marta disputou 10 temporadas na Suécia. Vale ressaltar que, mesmo com o processo, Marta mantém a nacionalidade brasileira e nunca vestirá o uniforme da Suécia. "Não pode e nem quero mudar de seleção nacional", afirmou a atleta¹³⁵.

Poucos brasileiros, porém, reconhecem as conquistas da nossa maior estrela do futebol. Os feitos de Marta nem chegam a ser assunto nas rodas masculinas de conversas sobre futebol. As marcas da maior jogadora do dito "país do futebol" obtiveram pouco espaço na imprensa esportiva. Por que Ronaldo, o fenômeno, que também ostenta a marca de 15 gols em mundiais, tem muito mais visibilidade? Por que Neymar e Gabriel Jesus, qualitativamente distantes de marcas como estas, são os atletas que frequentam as primeiras páginas dos jornais? A mídia tende a reproduzir

¹³⁵ Disponível em: < <https://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2017/03/15/marta-obtem-a-nacionalidade-sueca.htm>> Acesso em 20 de março de 2017.

estereótipos, onde a mulher ocupa apenas os papéis mais tradicionais, como o de dona de casa ou de mãe.

"Pesquisas demonstram que, por exemplo, em matérias de economia, a mulher é entrevistada no supermercado para falar sobre o aumento dos preços, enquanto os homens são os economistas, que comentam tecnicamente", exemplifica.¹³⁶ Maria Kubik – Professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

No discurso midiático brasileiro relacionado ao esporte a mulher é tratada muito mais como "musa" do que como "atleta". Os estudos críticos da imagem de gênero demonstram que o machismo na cobertura esportiva é tão grande que, mesmo quando as mulheres conseguem algum espaço, são retratadas em ângulos que visam destacar partes especificadas dos seus corpos, de forma a retratá-las muito mais como objeto sexual do que elas como atletas.

"No Brasil do machismo, o lugar da mulher não é no futebol, que ainda tido como um nicho masculino. E, por isso, mesmo conquistas valorosas como a de Marta e Formiga não ganham visibilidade", (Maria Kubik) ¹³⁷

Atualmente, há 800 times de futebol masculino inscritos nos campeonatos regionais. Já os femininos são apenas 175. Em São Paulo, os principais clubes não têm equipes femininas.

José Roberto Torero, escritor e jornalista esportivo, afirma que o futebol feminino ainda é muito desconsiderado não só no Brasil, mas em vários outros países com tradição no esporte. De acordo com o jornalista, o futebol feminino só se destaca mesmo nos países em que o masculino não é forte, como na Suécia, na Noruega e nos Estados Unidos. "Parece que as mulheres ainda não têm licença para jogar futebol... Vôlei, que não tem contato, mulher pode jogar. Basquete fica no meio termo. Mas futebol, não", esclarece.¹³⁸

Dentre os fatores, ele também cita o machismo, que faz com que o público encare os esportes mais brutos, de maior contato, como genuinamente masculinos. O jornalista esportivo lembra também que as mulheres vêm conquistando espaço em

¹³⁶ PASSOS, Najla, Por que as conquistas históricas do futebol feminino não saem na mídia? Disponível em< <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Por-que-as-conquistas-historicas-do-futebol-feminino-nao-saem-na-midia-/12/33711>> acessado em 15 de março de 2017.

¹³⁷ PASSOS, Najla,. Por que as conquistas históricas do futebol feminino não saem na mídia? Disponível em< <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Por-que-as-conquistas-historicas-do-futebol-feminino-nao-saem-na-midia-/12/33711>> acessado em 15 de março de 2017.

¹³⁸ PASSOS, Najla,. Por que as conquistas históricas do futebol feminino não saem na mídia? Disponível em< <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Por-que-as-conquistas-historicas-do-futebol-feminino-nao-saem-na-midia-/12/33711>> acessado em 15 de março de 2017.

práticas como a natação e o atletismo, mas, mesmo no país do futebol, não rompe a barreira dos espaços exclusivos dos homens.

Torero afirma que, mesmo na cobertura do jornalismo esportivo, o papel da mulher ainda é escasso. "Jogadoras como a Marta e a Formiga teriam muito a contribuir como comentaristas, mas não são sequer convidadas para falarem sobre partidas masculinas. O máximo de espaço que as mulheres ocupam é para comentar partidas das próprias mulheres", observa ele.¹³⁹

Considerações finais

O panorama geral sobre a mulher no esporte vem se modificando com o decorrer do tempo. A mulher atleta, a mulher profissional das ciências do esporte, a mulher torcedora que vai aos estádios, enfim a mulher que trabalha no esporte e que vem ganhando uma nova dimensão vem conquistando seu espaço. Não se pode negar que a mulher está ganhando terreno nesse campo, mas ainda há muita diferença e discriminação em relação ao homem.

Ressalta-se que há sem dúvida nenhuma, uma desigualdade entre homens e mulheres principalmente na questão de oportunidades e salários. O fator sociocultural é algo muito importante na vida das pessoas e nesse sentido carrega uma bagagem muito forte, que classifica os gêneros e os qualifica para determinadas atividades, ou seja, determina as atividades e comportamentos que a mulher e o homem devem ter e também sua contribuição para a sociedade.

Em tempos de ditadura da beleza em o corpo é exposto excessivamente que a mídia esportiva exige da mulher a valorização dos seus aspectos estéticos. É certo que, do ponto de vista da "mulher-atleta", as que se identificam com os papéis masculinos de campeão obtêm fama, satisfação pessoal, e emancipação financeira. Mas raramente frequentam as capas de revistas, ou manchetes televisivas. As belas personagens deste espetáculo esportivo se tornaram produto de consumo e da relação custo/benefício, levando-as a alcançar os mais altos patamares do prestígio e popularidade, quando conquistados os padrões institucionais e estéticos modernos.

A mídia tem sido um setor onde a mulher tem obtido conquistas, mas muito pequenas em relação aos homens. Ao comparar o número de aparições entre homens

¹³⁹ PASSOS, Najla,. Por que as conquistas históricas do futebol feminino não saem na mídia? Disponível em< <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Por-que-as-conquistas-historicas-do-futebol-feminino-nao-saem-na-midia-/12/33711>> acessado em 15 de março de 2017.

e mulheres a diferença é absurda. Outro fator importante a ser destacado é que pesquisas comprovam que a mulher está buscando mais conhecimento que o homem em todas as áreas, mas que nem por isso o salário recebido pelo mesmo trabalho executado por ambos os gêneros, são remunerados igualmente. Ou seja, as mulheres estão melhores qualificadas que os homens, mas ainda recebem menos que eles pela realização do mesmo trabalho.

O que nota-se é que por meio de seu esforço individual, a mulher vem construindo uma trajetória de sucesso, mostrando sua garra e aptidão, e assim fazendo uma nova história. Estão descobrindo seus próprios caminhos, mesmo enfrentando as resistências e as tensões próprias de um espaço que não era reservado a elas: liderança de esportes. Essa foi a maneira que ela encontrou para tentar driblar o preconceito e ter os mesmos direitos que os homens. Buscar a qualificação ainda não fez com que as oportunidades entre os gêneros se igualem, mas com certeza, está fazendo a sociedade repensar nos direitos da mulher.

Assim considerando, esporte e mulher carregam consigo um significado social e pessoal, cuja compreensão está além dos papéis e das definições de comportamento quanto ao gênero masculino e feminino. A consciência feminina não está mais restrita às atividades domésticas, limitações impostas pela sociedade e/ou falta de tempo livre para as práticas esportivas – por isso, a decisão de assumir um papel de “mulher-atleta” ou de abandonar esse perfil comportamental cabe a elas.

A mulher terá que lutar muito ainda para conquistar seu devido espaço na mídia e na sociedade. Ela terá que se desvincular dos modelos masculinos de dominação e buscar uma nova visão da sociedade para com seus esforços e desempenhos corporais e intelectuais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação do Masculino**. São Paulo: Bertand Brasil, 2007

CANNABRAVA, Beatriz. **Preconceito**. Disponível em, : http://www.Redemulher.org.br/_espanhol/beatriz.html. Acesso em: > 20 de janeiro de 2017.

CUNHA, J, ALTMANN, H., GOELLNER, S. V. e MELO, V.A. 1999. **Labrys, estudos feministas**, número 4, agosto/dezembro 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher** na *Revista Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003.

OLIVEIRA, G.A.S. **Reserva masculina no comando de equipes esportivas de alto nível: um estudo sobre mulheres que enfrentam o desafio de atuar em uma área de predomínio masculino**. Disponível em: <

www.br.groups.yahoo.com/group/cevcbce-L/message/17, Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

PAIN, M. C.C; STREY, M. N. **Marcas da violência de gênero contra a mulher no contexto esportivo.** *EFDeportes.com, Revista Digital.* Buenos Aires, Nº 103, 2006. Disponível em < <http://www.efdeportes.com/efd103/genero.htm>, acesso > em 20 de janeiro de 2017.

PASSOS, Najla,. **Por que as conquistas históricas do futebol feminino não saem na mídia?** Disponível em< <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Por-que-as-conquistas-historicas-do-futebol-feminino-nao-saem-na-midia-/12/33711>> acessado em 15 de março de 2017.

A presença das mulheres nos espaços de representação política

Autora: Mirtes de Moraes

A ONU Mulheres em parceria com Inter-Parlamentar Union (IPU), lançou no mês de março de 2017, mês de comemoração ao Dia Internacional da Mulher, dados que mostram um panorama da participação política das mulheres no mundo. Neles é apontada a 167ª posição no *ranking* mundial de participação de mulheres no Executivo. Essa posição é assustadora quando se observa o número de países analisados: 174 países! A situação não fica muito distante em relação ao ranking da participação das mulheres no Congresso, ocupando a 154ª posição, sendo que das 513 cadeiras na Câmara apenas 55 são ocupadas por mulheres e dos 81 assentos do Senado apenas 12 são ocupados por mulheres. (<https://nacoesunidas.org/>)

A história que entrelaça a lacuna estabelecida entre mulher e política é longa, já no século XIX, com a primeira Constituição Republicana de 1891 o texto final acabou não deixando clara a situação política da mulher. Ele não proibia explicitamente o voto feminino, mas também não a legitimava. A ambiguidade na redação permitiu que a grande maioria dos legisladores e o próprio poder judiciário interpretassem como ansiassem, e assim, a maioria dos deputados sob a alegação da inferioridade da mulher assentava que este direito colocaria em risco a preservação da família brasileira.

Diante dessa brecha na Constituição, algumas mulheres que lutavam pelo voto feminino, tentaram se alistar como eleitoras. No Rio Grande do Norte, Celina Guimarães Viana, 29 anos, foi a primeira mulher a votar. Ela cadastrou-se num cartório da cidade de Mossoró,

numa lista de interessados em tornar-se eleitora naquele ano, porém por decisão da Comissão de Poderes do Senado Federal, seu voto foi anulado, sob a alegação de que era necessária uma lei especial. Em Minas Gerais, Mietta Santiago, estudante de Direito, conquistou o direito por meio de um mandado de segurança, embasado no artigo 70, da Constituição de 1891. (SCHUMAHER, 2016)

Para chegar à conquista do voto feminino, inúmeras mulheres brasileiras lutaram com garra e determinação, dentre elas, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Natércia da Silveira, foram pioneiras no exercício pleno da cidadania por meio do voto.

Quatro décadas se passaram até que enfim as mulheres puderam escolher democraticamente seus governantes. Vale ressaltar, que no início, o direito era reservado somente às mulheres casadas, autorizadas pelos maridos a exercer o voto, e às viúvas e solteiras cuja renda era oriunda de seus próprios esforços. Apenas em 1934 essas limitações caíram por terra.

Se o direito ao voto político foi um campo de luta o que dizer então da representação da mulher na política?

Uma das primeiras vozes erguidas foram as da professora Leolinda Daltro e a escritora Gilka Machado que formaram o Partido Republicano Feminino, em que promoveram em novembro de 1917 uma passeata com quase 100 mulheres no centro do Rio de Janeiro com a finalidade de despertar a cidadania feminina.

Outra importante figura feminina que se engajou na luta a favor das mulheres foi a bióloga Bertha Lutz que organizou em 1922 o 1º Congresso Feminista e fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), sendo a primeira entidade feminista brasileira com expressão nacional e internacional. Entre os seus objetivos estavam: “assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa constituição lhe confere”

Em 1933, a paulista Carlota Pereira de Queirós foi a primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados. Carlota era formada em medicina e membro destacado da elite paulista. Bertha Lutz, apesar de seu esforço, não conseguiu se eleger pelo Rio de Janeiro, mas foi indicada Vargas junto com Nathércia para serem representantes das mulheres brasileiras, para a comissão especial encarregada de elaborar a proposta de constituição federal que seria apreciada pelo Congresso.

A Constituição de 1934 visava estabelecer o direito de voto para as mulheres. Naquela conjuntura diante da instabilidade do sufrágio universal, cresceu a influência da esquerda entre as mulheres, resultado disso é que, em 1934, foi fundada a União Feminina que se integraria à Aliança Nacional Libertadora, estiveram muito presentes nessas alianças, a participação de socialistas, comunistas e elementos anti-imperialistas que acabaram no ano seguinte sofrendo o seu esmagamento, levando presas as principais dirigentes da União Feminina. Como forma de calar toda configuração de expressão democrática abrolha em 1937, o golpe do Estado Novo, levando o movimento feminino na política, a um forte retrocesso.

Enquanto o processo de redemocratização não ocorre, Getúlio Vargas, assume o papel de líder carismático através do seu governo ditatorial e populista ao mesmo tempo, dissemina-se através dos meios de comunicação esse culto a imagem idolatrada do líder, mostrando de forma exacerbada e paternal concessões parciais às camadas mais pobres da população, visando desse modo, obter seu apoio, com astúcia, Getúlio passa a ser conhecido como 'pai dos pobres' colocando o Estado como mediador dos conflitos sociais e se utiliza da propaganda política como forma de persuasão social.

Com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda 1939-1945) há a popularização do rádio e o aparelho é usado para propaganda política passando a ser retransmitido obrigatoriamente por todas as emissoras do país, entre 19:00 e 20:00. O programa transmitia discursos do presidente e anunciava as realizações do seu governo. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, *Hora do Brasil* incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela "boa música" através da audição de autores considerados célebres. A música brasileira era privilegiada, já que 70% do acervo era constituído de obras de compositores nacionais. Comentários sobre a arte popular, em suas várias expressões regionais, e sobre pontos turísticos do país também eram incluídos na programação. Quanto à parte cívica, era composta de "recordações do passado", em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. A partir de 1946, o programa passa a ser chamado de *A Voz do Brasil* e é transmitido até hoje.

Além da Hora de Brasil que disseminava a palavra do presidente, começou a ser transmitido a partir de 1941 o *Repórter Esso*, o primeiro noticiário de rádio jornalismo do Brasil (também apoiado pelo presidente Getúlio Vargas e sob a orientação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP), se compunha de várias edições diárias

e entre suas notícias divulgava principalmente comentários ligados ao modo de vida americana da época, conhecida como *American way of life*, o estilo de vida dos americanos era também propagando pelas rádio novelas, nos anúncios dos produtos como o do famoso creme dental Colgate que apresentava: “Senhoras e senhoritas, apresenta o primeiro capítulo da empolgante novela Em Busca da Felicidade. Assim, o modelo ideológico se delineava, propaganda política atrelada ao entretenimento.

[...] Em um universo dominado pelo temor de ser entediante e pela preocupação de divertir a qualquer preço, a política está condenada a aparecer como um assunto ingrato, que se exclui tanto quanto possível dos horários de grande audiência, um espetáculo pouco excitante, ou mesmo deprimente, e difícil de tratar, que é preciso tornar interessante. Daí a tendência que se observa por toda parte, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, a sacrificar cada vez mais o editorialista e o repórter-investigador em favor do animador-comunicador, a informação, análise, entrevista aprofundada, discussão de conhecedores ou reportagem em favor do puro divertimento e, em particular das tagarelices insignificantes dos *talkshows* entre interlocutores habituais e intercambiáveis[...]

(BOURDIEU, 1997: 32)

O nascimento da chegada da televisão no Brasil coincide com processo de redemocratização no Brasil, se na época anterior, a centralidade dos programas de rádio focalizavam na disseminação da ideologia de Vargas combinando entretenimento com paternalismo, na fase seguinte, na da imagem, exagera-se no tom do entretenimento e no espelhamento da cultura americana de consumo.

A década de 50 estreia a TV Tupi para um público seletivo e elitista, ter televisão significava luxo. Na década de 60, a televisão começa a se popularizar, e sua programação voltava-se para a família, estabelecendo faixas de programas de acordo com a rotina da casa, novelas intercaladas por telejornal e no domingo com programação especial.

Observa-se que a partir de então a força da imagem entra no cotidiano dos lares brasileiros estabelecendo junto a programação uma divisão social do comportamento de gênero. A

construção do homem como provedor, que trabalha fora trazendo o dinheiro para casa, que gosta de futebol e política são reforçados a partir de então com imagens. Da mesma forma, observa-se a construção do gênero feminino de forma relacional, ou seja, enquanto o espaço do homem se localizava no espaço público, a mulher se encontrava no espaço privado, sendo desse modo, o espaço do doméstico, o lugar do feminino. Tudo que envolvesse o cuidado com a casa, filho, marido seria estabelecido para a mulher.

Por mais que os tempos tenham mudado nas sociedades ocidentais, consagrou-se um tipo de construção de divisões de papéis sociais diferentes para homens e mulheres, que acabaram sofrendo de uma frágil divisória, entre público e privado, delimitando nesses espaços determinadas funções sociais. Simbolicamente a menção de homem público se difere de mulher pública, se na primeira significa, renome, sucesso e importância social. Não se pode dizer a mesma coisa para a expressão ‘mulher pública’, interpretada de forma pejorativa. Assim as qualidades maternais e afetivas atribuídas ao privado são associadas ao feminino e, a esfera pública se traduz nas formas de produção capitalista e supremacia, estabelecendo um lugar para o chefe na família.

Se o lugar do feminino foi determinado como espaço do privado como pensar as mulheres que aparecem como forma de manifestação pública?

As lutas pela cidadania e pelos direitos sociais às mulheres procuraram romper esse modelo de construção de gênero, nesse processo de demolição, em que as estruturas patriarcais são rachadas, se fazem pauta de reivindicações das feministas, uma sociedade mais igualitária na divisão de espaços e funções sociais.

Assim, mulheres que reivindicavam seus direitos estiveram sua representação a margem desse sistema ideológico, no seu lugar criou-se uma imagem distorcida da mulher ideal, uma figura caricata, nesse ‘modelo enviesado’ encontram-se as vozes das operárias, que reivindicavam por meio de greves melhores condições de trabalho e de salário, a luta pelo sufrágio feminino, motivado por direitos democráticos como o direito ao voto, luta contra o aprisionamento da mulher ao seu corpo, tanto no que se refere a sexualidade, como beleza e maternidade e a luta pela conquista do espaço político.

Percebe-se um machismo enraizado e as formas de representação da mulher muitas vezes vinculam a construções sociais, muitas mulheres recusam trabalhos em que precisam ficar muito tempo ausente de casa, pois ainda hoje, os cuidados com os filhos ou a

administração doméstica ainda recaem sobre as mulheres, e, quando as mesmas não desempenham essas funções são vistas como mulheres inadequadas socialmente. O modelo dessas construções se amplia, afastando por sua vez, as mulheres da vida pública e política.

Questões do universo feminino começaram a ganhar espaço de representação na política: situação das creches, dos bairros, dos transportes, da violência começaram a ser pauta de discussão e muitas delas tinham como sujeito central a voz feminina. A atuação dessas mulheres possibilitou várias conquistas em relação aos seus direitos legais e deu significativa legitimidade na esfera da política institucional. Observa-se que esse quadro de reivindicações por parte das mulheres começa a ganhar mais visibilidade a partir dos anos 80, momento esse que coincide com o processo de redemocratização no Brasil.

Os impactos das políticas públicas pleiteadas por essas mulheres começaram a ganhar visibilidades em encontros com militantes de outros lugares, ampliando os horizontes sobre as diferentes experiências. Nesses encontros, outros sujeitos que dispunham de pouca visibilidade começaram a reivindicar demandas de inclusão política, na agenda de luta das mulheres, entre elas, destaca-se a representação diversidade étnico raciais.

Vale ressaltar com demasiada importância o quadro instalado pela ditadura militar resultando num primeiro momento através do AI-1 os poderes concedidos ao Executivo restringindo o campo de ação do Congresso Nacional. Em 1964 por meio da eleição indireta o general Castelo Branco assumiu o poder e durante aproximadamente vinte anos os militares ficaram no poder assumindo a vida política no Brasil. (MORAES, 1990)

O regime militar no Brasil, endurecia a cada dia, e o estopim se deu com o Ato Institucional nº5 (AI-5) além de conceder plenos poderes ao presidente da República, censurava severamente os meios de comunicação, isso num momento em que o mundo explodia em vozes manifestantes, seja contra a dominação do poder capitalista (maio de 68), seja contra a esfera de relação de espetáculo manipulada pelo Estado no regime socialista (Primavera de Praga) seja em vozes repudiantes aos terrores da Guerra do Vietnã causadas pela política imperialista dos EUA. Diante de todas essas vozes outras vozes são levantadas num brado retumbante, vindo da resistência negra nos Estados Unidos, em que reivindicam a luta pelos seus direitos civis.

Observa-se no contexto da década de 60 o aparecimento de vários movimentos sociais que traziam à tona diversas reivindicações, esses sujeitos ditos como minoritários (negros,

mulheres, pacifistas, estudantes, homossexuais) começaram a entrar em cena no espaço político, por meio desse deslocamento é possível observar o surgimento de novas identidades que começavam conquistar o direito de falar a partir de suas questões específicas, observa-se que esses discursos vão na contramão dos discursos políticos tradicionais, que costumavam falar em nome de um sujeito uno e universal. (HALL, 2015)

Dentre esses movimentos sociais, encontra-se o das mulheres americanas, inglesas italianas que começaram a ocupar o espaço das ruas com lema: “o privado é político, nosso corpo nos pertence” Com esse lema, essas mulheres começaram a repensar a dicotomia situada entre os espaços público e privado, em que por consequência, estabelecia funções e comportamentos sociais, determinando como deveriam ser as funções femininas localizadas no espaço privado para num mesmo movimento determinar as funções masculinas localizadas no espaço público. Acompanhar essa prescrição de determinação de espaços e funções fez com essas mulheres questionassem esferas de poder do masculino sobre o feminino. (SCAVONE, 2006)

Pressionada pelo crescimento das manifestações feministas que estavam ocorrendo em vários países a ONU (Organização das Nações Unidas) sugeriu uma em 1975 na cidade do México uma Conferência Internacional sobre a Mulher instituindo a data como Ano Internacional da Mulher inaugurando em todo o mundo a Década da Mulher que perduraria até 1985, nesse período foi lançado vários encontros sobre questões relativas à mulher. Vale ressaltar que embora o contexto tenha sido o de repressão aqui no Brasil é possível perceber algumas ações antes mesmo da década promovida pela ONU como relata:

[...] grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres. Essa tática desenvolveu-se espontaneamente. Surgiu pela necessidade de se romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas sociedades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente. A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se. Nestes grupos a mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais, mas, ao

contrário, são partilhadas por outras mulheres. A descoberta dessa experiência comum, a transformação do individual em coletivo, forma a base do movimento feminista ... Se o que era aparentemente individual e isolado se revela, na verdade, como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e de transformação. (PEDRO, 2006:52)

Dessas e outras experiências ‘feministas’ que passaram do universo particular para o coletivo, acabaram ganhando cada vez mais visibilidade até que foi organizado um encontro no Rio de Janeiro entre 30 de junho e 6 de julho de 1975, no auditório da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). O CMB (Centro da Mulher Brasileira) surgiu desse evento e passaria a fazer parte da agenda nacional com inúmeros depoimentos.

Por todo o país grupos autônomos dos mais diferentes segmentos foram se juntando: mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras urbanas e rurais , prostitutas, empresárias, produtoras culturais, educadoras e donas de casa reivindicavam questões relacionadas a desigualdade salarial, carestia, preconceito, racismo enquadrando em diversas formas de violência . Apesar do crescente movimento de mulheres pleiteando melhores condições, o número de mulheres eleitas em 1982 como deputadas federais foram apenas oito mulheres . (SCHUMACHER, 2016)

Em 1982, com a convocação de eleições diretas para governadores, os movimentos de mulheres reinauguram sua relação com o Estado e em 1985 o então presidente José Sarney pressionado pela corrente feminista encaminha para o Congresso um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vinculado ao Ministério da Justiça e com autonomia administrativa e financeira, triplicando a presença feminina no Congresso Nacional nas eleições de 1986.

A agenda feminista na década de 90 foi bastante agitada, marcada por várias conferências promovidas pela ONU, esses encontros marcaram de foram significativa o fortalecimento dos movimentos feministas no mundo inteiro. Entre elas, destacam-se a ECO-92 (no Brasil), em 1993 houve em Viena a Conferência Mundial de Direitos Humanos, no ano seguinte em Cairo aconteceu a Conferência sobre População e Desenvolvimento e em 1995 a IV Conferência sobre as Mulheres em Pequim, tendo como objetivo de alcançar a igualdade de gênero e eliminar a discriminação contra mulheres e meninas em todo o mundo. O documento, chamado “Declaração e Plataforma de Ação

de Pequim”, listou 12 pontos prioritários de trabalho, além de ações detalhadas para alcançar seus objetivos estratégicos: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra as Mulheres; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na liderança; Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a mídia; Mulheres e Meio Ambiente; Direitos das Meninas.

Embora os anos 90 tenha sido observado por vários especialistas como um momento de entrada de questões femininas na política, que pode ser articulado também através de um sistema que a partir de 1997 obriga aos partidos políticos destinarem 30% das vagas às mulheres. Ressalta-se que mesmo com a obrigatoriedade estipulada o número de mulheres foi insuficiente para levar adiante as mudanças estruturais no cenário político brasileiro (SCHUMAHER, 2016)

A falta de visibilidade das mulheres na política se deve, como já destacado anteriormente, a fatores culturais, a pressão social representada por uma violência simbólica de que determinadas funções como o cuidado da casa, dos filhos e do marido devem ser exercidas exclusivamente pelas mulheres, tornando-se desse modo, um certo desafio conciliar vida profissional com vida doméstica. Ainda o espaço privado é ditado para as mulheres assim como o espaço público é para os homens.

A década seguinte foi marcada na agenda política por luta de ações afirmativas em que as plataformas de igualdade e de empoderamento das mulheres vêm sendo cada vez mais olhadas com atenção, seguindo Schuma Schumacher afirma que

para garantir que essas plataformas se convertam em ações, o chamado feminismo contemporâneo conta com mais de mil grupos espalhados pelo Brasil atuando em diferentes setores que vão desde os partidos políticos, estrutura do estado e sindicatos, passando por grupos autônomos, organizações não governamentais, associações de moradores, instancias de controle social e universidades (SCHUMAHER, 2016: 297)

Como respostas a essas demandas sociais em 2003 foram criadas duas secretarias que intercederiam o diálogo entre a sociedade e o governo federal, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de

Igualdade Racial (Seppir) e no ano de 2006 foi aprovada a Lei nº11.340 que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa legislação foi batizada de lei Maria da Penha em homenagem a biofarmacêutica que ficou paraplégica após ter levado um tiro do marido na década de 80.

O plano de dar atenção as demandas femininas cresceram bastante na década seguinte quando observa-se que na disputa presidencial duas candidatas se apresentavam: Dilma Rousseff e Marina Silva junto ao candidato do partido PDSB, José Serra. Dilma Rousseff ganhou com 56% dos votos se tornando a primeira presidenta do Brasil. E logo que assumiu a presidência, Dilma Rousseff indicou nove mulheres para os ministérios com isso, a presidenta ampliou o posicionamento político em relação aos movimentos sociais, estabelecendo uma maior relação desses ministérios com uma grande participação das mulheres na política.

Entre março e dezembro de 2015 foi lançada a campanha Mais Mulheres na Política , organizada pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher e a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados. Essa propaganda institucional em rádio e televisão seria destinada a incentivar a participação feminina na política. A propaganda tem um minuto de duração e se inicia com uma mão segurando um quepe logo é dita a frase: “ mulher só sabe pilotar fogão” em seguida as palavras *só fogão* são retiradas do contexto, palavras que isoladas reservavam a um contexto específico do feminino. Dando ênfase a ‘mulher sabe pilotar.’ Em seguida, aparece num campo de futebol uma mulher apitando: “desde quando a torcida respeita”. O respeito se faz reverência a mulher num campo de futebol frente ao universo masculino das torcidas organizadas. Logo em seguida as palavras que indicam temporalidade, *desde quando* passa a ser demarcada por um novo tempo marcado com ‘a torcida respeita’. Na próxima cena, a frase destacada é “mulher na obra não dá certo” e a negatividade da frase é retirada redimensionando um lugar para mulher: ‘mulher na obra dá certo’. O propósito da campanha política é o derrubar rótulos estabelecidos pela sociedade machista que ainda é demarcada por alguns espaços como aviação, futebol e construção civil. E a propaganda finaliza com a pretensão de quebrar um outro rótulo, mulher na política que não aparece de forma explícita estampada em frases machistas, mas de forma invisível, em que número de mulheres que ocupam cargos políticos ainda é muito pequeno, ainda se fazendo de forma muito presente o controle masculino da máquina partidária.

Se por um lado, o sistema de cotas colabora com uma maior presença feminina na política, mas por outro lado, deve se observar que muitas mulheres são lançadas dentro dos partidos políticos apenas para o preenchimento das cotas. E as vozes que aí aparecem, apresentam-se de modo dissonantes com um discurso que preza por mais igualdade entre os gêneros.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre (1930-2002). *Sobre a televisão*: Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAIDOTTI, Rosi. *La convergence avec le feminismo*. Magazine Littéraire n.325. Paris:octobre 1994, p.68-70.
- BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. “Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Livia; MACEDO, Márcia. *Metamorfozes: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. p. 25-37.
- DRAIBE, Sonia Miriam. *Metodologia de análise comparativa de programas sociais*. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1991.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. *Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo*. São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 1998. Relatório de pesquisa n.18/1998.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro : Lamparina. 2015
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: Unesp, 1990

- MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995). Brasília, s/d. Disponível em: <http://www.celim.org.br>.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978) Rev. Bras. Hist. vol.26 no.52 São Paulo Dec. 2006 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011>
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003
- PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. “Trabalhando para mulheres”. In: IBAM. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991. p.111-118.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos- NIPAS/UNICEF, 1994.
- SARTI, Cynthia. “Feminismo no Brasil: uma trajetória particular”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 34, p. 38-47, 1988.
- SCAVONE, Lucila. “Nosso corpo nos pertence? Políticas feministas do corpo”, *XXX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu (MG), outubro de 2006.
- SCHUMAHER, Schuma, *Mulheres no Poder*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro. 2016
- SCOTT, Joan. Prefácio a “Gender and Politics of History”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p.11-27, 1994.
- _____. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SUÁREZ, Mireya et al. *Gestão local e desigualdades de gênero*. Brasília: Agende, 2002.
- SUPLICY, Marta. *Conferência Mundial. Brasília*, s/d. Disponível em <http://evirt.com.br/mulher/cap.23>.
- TABAK, Fanny. *Mulheres públicas*. Participação política & poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

